

**ANOS
QUE VIVEMOS
EM PERIGO**

A CRISE BRASILEIRA

WALTER SORRENTINO

**APRESENTAÇÃO POR
ALDO REBELO**



Fundação Maurício Grabois



Alina Giacchini

ANOS QUE VIVEMOS EM PERIGØ

A CRISE BRASILEIRA

Walter Sorrentino

São Paulo
2017



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S714a Sorrentino, Walter
Anos que vivemos em perigo – a crise brasileira./
Walter Sorrentino. – São Paulo : Anita Garibaldi ;
Fundação Maurício Grabois, 2017.
240 p.

ISBN 978-85-7277-178-8

1. Governo Lula – Presidente - Brasil. 2. Governo
Dilma - Presidente – Brasil. 3. Golpe político - Brasil.
4. Crise política – Brasil. I. Título.

CDU 32(81)
CDD 320

Catálogo na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

ANOS QUE VIVEMOS EM PERIGO

A CRISE BRASILEIRA

Coordenação Editorial

Walter Sorrentino

Preparação e Revisão de Textos

Maria Lucília Ruy

Capa

Caio Sorrentino

Diagramação

Laércio D'Angelo

Fotos

Capa: Juca Varella/Agência Brasil licenciada sob a licença Creative Commons 3.0 (CCBY3.0)

Linha do tempo: Eduardo Cunha, por Marcos Oliveira/Agência Senado – (licenciada sob CCBY2.0) – Manifestação Pro Impeachment por ABr (Agência Brasil) – (licenciada sob CCBY3.0) – Joaquim Levy por Wilson Dias/ABr – (licenciada sob CCBY3.0) – Marcelo Calero por Ana Nascimento/MinC – (Licenciada sob CCBY2.0)



Editora e Livraria Anita Ltda.

Rua Amaral Gurgel, 437 – Vila Buarque
São Paulo – SP – CEP 01221-001
Tel.: (11) 3129-3438
www.anitagaribaldi.com.br
livraria@anitagaribaldi.com.br



Fundação Maurício Grabois

Rua Rego Freitas, 192 – Sobreloja – Centro
São Paulo – SP – CEP 01220-010
Tel.: (11) 3337-1578
www.grabois.org.br
fmg@grabois.org.br

Copyright © 2017 – Walter Sorrentino

Todos os direitos reservados. Proibidos a reprodução, o armazenamento ou a transmissão, de parte deste livro, mediante quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito do autor e da editora.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil adquiridos pela
EDITORA E LIVRARIA ANITA LTDA

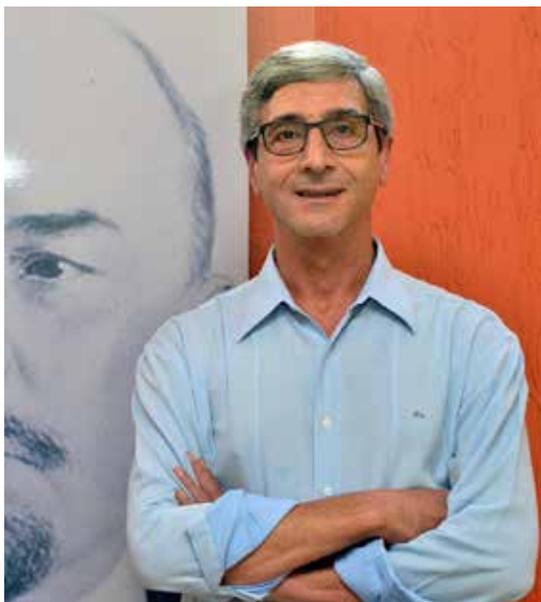
À Nádia,

Aos meus filhos, enteados e netos,

Aos meus companheiros de Partido

À Lilian Martins, *in memoriam*

Sobre o autor



Paulistano, filho de imigrantes italianos. Formado em Medicina pela Universidade de São Paulo (USP) – Ribeirão Preto, especializado em Pediatria e posteriormente em Saúde Pública, com carreira na Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo. Presidiu o Centro Acadêmico Rocha Lima da FMUSP-Ribeirão.

Fundou e dirigiu o Centro de Estudos Políticos e Sociais em São Paulo, instrumento de formação política e teórica do Partido Comunista do Brasil ainda na ilegalidade, sendo processado na Lei de Segurança Nacional em 1984-1985, arquivado com a redemocratização da República. Foi suplente do senador Eduardo Suplicy, por São Paulo, no mandato 1994-2001.

É membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil desde 1988. Foi presidente estadual do PCdoB-SP de 1992 a 2001; Secretário Nacional de Organização e atualmente é vice-presidente nacional. Integrou a Fundação Maurício Grabois e é diretor da União Brasileira de Escritores.

Sumário

Apresentação	17
Prefácio	19

2016

O novo ciclo político de lutas e os desafios ao campo democrático	
16/11/2016	21
O tenentismo de toga	
07/12/2016	31
“Temos que tirar lições do que passou”	
09/12/2016	34
Dinâmica da luta de classes na crise política	
09/07/2016	38
Donald Trump, o “exit” dos EUA	
09/11/2016	59
Instabilidade política e institucional, imprevisibilidade dos acontecimentos	
27/10/2016	64
Eleições 2016 – conservadorismo, fragmentação partidária e recusa à política	
03/10/2016	69
Reflexões pós-golpe de Estado	
06/09/2016	75
A agenda golpista e a encruzilhada do país	
12/08/2016	81
Bloco político-social de afinidade progressista com as bandeiras da esquerda	
13/07/2016	85

O “custo” da tentativa de <i>impeachment</i> e as saídas políticas	
3/06/2016 _____	89
A crise se arrasta e agrava	
20/06/2016 _____	93
A unidade é a bandeira da esperança	
08/06/2016 _____	98
Dilma, as Diretas Já e a história	
02/06/2016 _____	100
O país precisa de perspectivas frente ao governo de desastre nacional	
20/05/2016 _____	103
A crise nacional exige solução democrática	
06/05/2016 _____	106
Novos marcos na luta política	
17/04/2016 _____	109
Às vésperas de um dia histórico	
16/04/2016 _____	113
A falência de um “democrata”	
21/03/2016 _____	115
Reanimação nacional e Dilma Rousseff – integridade e compromisso	
19/03/2016 _____	118
O tempo político escasseia, é urgente a saída para a crise	
14/03/2016 _____	121

2015

José Goldenberg, a era Vargas e o PCdoB	
19/12/2015 _____	123
O golpismo engasgou!	
18/12/2015 _____	128
O golpe deu mais um passo	
10/12/2015 _____	131
Exasperação política atenta contra o interesse nacional	
01/12/2015 _____	135
Delcídio, o sincericídio e as instituições republicanas	
26/11/2015 _____	137
Tempo conquistado, base para retomar iniciativa	
25/11/2015 _____	139
Ponte de ilusões?	
16/11/2015 _____	142
Uma agenda imediata do governo se impõe	
06/11/2015 _____	145
O Brasil, a economia, a política, o projeto	
28/10/2015 _____	147
Batalhas decisivas	
25/09/2015 _____	153
O Brasil merece oposição mais responsável	
16/09/2015 _____	156
O tempo é agora	
14/09/2015 _____	157
Frente Brasil Popular: nasce um novo sujeito político	
08/09/2015 _____	161
A superação da crise passa pelo PMDB	
07/09/2015 _____	164

Frente Brasil Popular, de luta e conquista	
01/09/2015 _____	167
Renúncia, grandeza?	
19/08/2015 _____	171
Tempos bichudos para a democracia	
18/08/2015 _____	174
A crise é política, e na política é que se constrói a saída	
08/08/2015 _____	176
Justiça, ódio e intolerância	
03/08/2015 _____	179
Concluir o ajuste e fortalecer a agenda do pós-ajuste	
29/07/2015 _____	181
Muito cuidado nesta hora	
17/07/2015 _____	183
Um pacto universalista na disputa do orçamento público	
22/05/2015 _____	185
O que virá a seguir?	
20/05/2015 _____	188
Agendas e unidade para uma nova estratégia	
27/04/2015 _____	191
Um bloco político-social avançado para a união de amplas forças	
07/04/2015 _____	194
Um mesmo diapasão	
31/03/2015 _____	197
Em defesa do Brasil, da democracia e do governo eleito pelos brasileiros	
13/03/2015 _____	199
Afinal, qual a agenda política?	
11/02/2015 _____	201
A desfaçatez da mídia: N pesos, N medidas	
04/02/2015 _____	205

Se...

03/02/2015 _____ **209**

A crise, o Brasil, os dilemas de Dilma

25/01/2015 _____ **211**

Anexo 01

O que o povo brasileiro perderá com o golpe _____ **217**

Anexo 02

Linha do Tempo _____ **236**

Apresentação

Walter Sorrentino é um observador atento e arguto do ambiente político do Brasil. Treinou estas habilidades desde os tempos da militância clandestina na época dos governos militares, quando rusticidade e refinamento eram exigências da sobrevivência e da política.

Os textos que ora oferece ao leitor tratam dos sombrios episódios que levaram ao afastamento da presidente Dilma Rouseff por uma urdidura de elementos policiais, jurídicos e institucionais.

O governo Dilma caiu pela ação corrosiva antinacionalista e antidemocrática dos grupos conservadores, mas também por incapacidade de reunir amplas forças políticas e sociais para neutralizar a ofensiva conservadora.

A agenda conduzida pelo governo carregava uma ambiguidade que terminou por arruiná-lo. A questão nacional, que sem dúvida seduzia a presidente, perdia força quando confrontada com as demandas politicamente corretas das corporações públicas e privadas.

A agenda de consenso do cosmopolitismo deslumbrado defende causas, passa longe do drama concreto da sobrevivência das nações e, portanto, dos nacionais, sejam eles trabalhadores, empresários ou artistas.

A defesa do meio ambiente, a proteção dos animais, a luta contra a corrupção, a igualdade de raça e de gênero são temas muito mais caros às nossas instituições do que a soberania científica e tecnológica da Nação, o emprego dos nossos trabalhadores ou a sobrevivência das empresas brasileiras. Agen-



das que deveriam ser complementares se excluem.

Na Europa, tal conflito resultou na vitória, no referendo, da saída do Reino Unido da União Europeia. A mesma situação na França levou ao crescimento da Frente Nacional de Marine Le Pen.

Nos Estados Unidos, Donald Trump ganhou as eleições oferecendo aos americanos do Norte um caminho alternativo à plataforma da globalização financeira, das ONGs, e da mídia.

Como as caravelas de Cabral, os filmes de Hollywood e a Coca-Cola, a onda contra a agenda do consenso global chegará um dia por aqui. A esquerda poderá continuar a acusá-la de coisa do capeta, da direita e fascista, ou poderá também voltar seus olhos para o País subestimado, com seu povo, seu passado, presente e futuro.

Aldo Rebelo

Prefácio

Este livro compila escritos sobre a conjuntura política do país publicados no Blog Projetos para o Brasil (<http://waltersorrentino.com.br/>). O recorte é de 2015-2016 – do início do segundo mandato popular de Dilma Rousseff, até o fatídico golpe de Estado de modalidade parlamentar.

Neles desvela-se a crise política brasileira mais sua dimensão institucional, econômica e social. Foram anos duros para a democracia e para todos os patriotas, progressistas e democratas – a maioria da nação brasileira. Foram anos que vivemos em perigo e que permanecerão como testemunho da história de mais um golpe na democracia brasileira, de uma crise política ainda em busca de saídas até o presente momento.

Foram escritos no calor dos acontecimentos. Registram a imprevisibilidade política, os altos e baixos da encruzilhada do governo Dilma, os diferentes papéis do PMDB no período, a armação do golpe do *impeachment*, a ofensiva restauradora no país e a resistência democrática na sociedade. Inevitáveis certas assertivas que não se confirmaram: a presença de pessimismo da razão ou otimismo da vontade.

Mas há neles uma linha analítica coerente, cuja força explanativa cabe ao leitor e à leitora avaliar.

Os textos vão publicados em ordem decrescente de data, salvo duas exceções – o primeiro e o quarto dois primeiros textos, que dão uma visão



mais de conjunto das análises. São publicados sem alterações, salvo revisão ortográfica. Sou grato à Frente Brasil Popular cuja compilação comparativa da situação brasileira sob governos populares com os do período anterior de neoliberalismo dominante, falam mais alto que narrativas.

Com a edição deste livro espero contribuir criticamente para a necessária avaliação política e histórica dos graves fatos que acometeram a nação, bem como do período de governos populares aberto em 2003 com Lula presidente. Tal trabalho está ainda por realizar-se e dele dependem, em não pequena medida, as perspectivas que somos chamados a abrir para retomar a luta por um projeto nacional de desenvolvimento soberano, popular e democrático, de integração regional com a América do Sul e que trate o meio ambiente como um dos grandes ativos nacionais.

O ano que vivemos em perigo é o título de um grande filme, realizado em 1982, com roteiro e direção de Peter Weir e elenco fantástico – Mel Gibson, Sigourney Weaver, Bembol Roco, Bill Kerr e Linda Hunt (que ganhou Oscar de melhor atriz coadjuvante). A música é de Maurice Jarre e Vangelis. Os fatos se passam na Indonésia em 1965, numa guerra civil que massacrava praticamente 1 milhão de comunistas, na tumultuada e sangrenta subida ao poder do ditador Suharto nos anos 1960 (cujo governo só terminou 32 anos depois). A filmografia de Weir, australiano, é incrível: basta dizer que entre os dezesseis que já dirigiu estão, além deste, *Gallipoli*, *A costa do Mosquito*, *Sociedade dos Poetas Mortos* e *O show de Truman*. Um dos grandes!

Fevereiro/março de 2017

2016

2016

- A inflação acumulada em 12 meses pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) – alcançou 7,17% em dezembro em alta.

- Para o ano de 2016, crescimento negativo de 3,7%. Desde 2014, a economia acumula retração de 8,4%.

- O déficit nominal é de 10% do PIB.

- O desemprego alcança 12 milhões oficiais, mas é bem maior se considerados os desalentados.

- Entidades federadas passam por profunda crise fiscal, encabeçadas por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

- Os juros foram responsáveis por 81% do déficit fiscal, fazendo com que a dívida pública alcance 71% do PIB.

15 DEZ

PEC 55 é aprovada no Senado.

13 DEZ

São Paulo e Brasília têm atos contra aprovação da PEC do Teto no Senado.

9 DEZ

Odebrecht delata caixa 2 em dinheiro vivo para o governador Geraldo Alckmin.

7-8 DEZ

Segunda plenária nacional da FBP é realizada em Belo Horizonte.

4 DEZ

Manifestação contra a corrupção e a favor da Lava Jato.

19 NOV

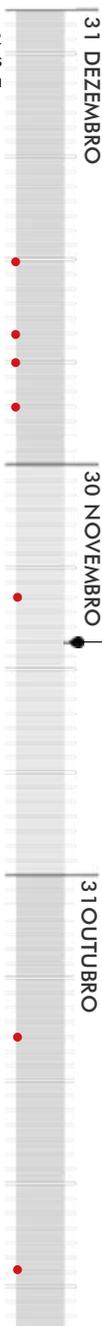
Fora do governo, ministro Calero acusa ministro Geddel de pressioná-lo para liberar obra.

19 OUT

Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, é preso e levado a Curitiba.

3 OUT

Eleições municipais



16 de novembro de 2016

O novo ciclo político de lutas e os desafios ao campo democrático

Por Walter Sorrentino e Rubens Diniz*,
artigo publicado na revista Princípios
em 16 de novembro de 2016

Abre-se um novo ciclo político no Brasil, resultado da consolidação do golpe que impôs uma derrota ao projeto político iniciado em 2003 liderado por Lula e Dilma. Esta nova ordem nasce de um parto traumático, produto da ruptura com a ordem democrática, em desrespeito ao sufrágio universal que elegeu Dilma Rousseff presidenta com mais de 54 milhões de votos e a condenou sem ter cometido nenhum crime.

Há quem diga que essa é uma forte marca política do Brasil: evoluir por ciclos que se esgotam com relativa rapidez histórica. Reitera-se mais uma vez a propensão da elite por criar atalhos rumo ao centro do poder que, ao sentir seus interesses ameaçados, não titubeia em macular o processo democrático.



Mostra disso é o fato de que nos últimos 71 anos apenas quatro presidentes terminaram seus mandatos. Este é mais um momento de encruzilhada na vida do país: com o golpe consumado, toma curso uma agenda de restauração conservadora feroz. Novas exigências táticas e estratégicas estão colocadas perante as forças progressistas e democráticas do país e a esquerda política e social. Visando a contribuir com o debate que se inicia, busca-se descortinar algumas questões em torno dos motivos que levaram ao golpe: a realidade social na atual quadra, a necessidade de recomposição de um bloco das forças democráticas e de esquerda e a retomada de uma agenda nacional de desenvolvimento.

Dar início a um balanço crítico e autocrítico da experiência

Os fatos ainda são muito recentes para uma análise mais conclusiva, no entanto, mesmo que de modo exploratório, é necessário iniciar um corajoso exame crítico e autocrítico destes últimos 14 anos, e decifrar a própria esfinge das limitações estratégicas do projeto, dos erros e limitações da condução política empreendida. O golpe não era inevitável. A junção de erros na condução política – na falta de uma visão mais estruturada em torno do projeto nacional, somada a elementos externos como a profunda crise econômica que chegou aos países em desenvolvimento – contribuiu para a derrocada da mais longa experiência de um governo popular e democrático no Brasil. A *Carta aos Brasileiros*, pacto que levou Lula à presidência em 2003, dava sinais de esgotamento já em 2014.

Afirmávamos naquele então a necessidade de se renovar o projeto, aprofundando as mudanças. Não era o caso de desconsiderar a correlação de forças, mas não se deveria ter aberto mão da disputa dessas ideias na sociedade, a partir do próprio governo. Na dimensão mais estratégica, talvez a principal dificuldade tenha sido a incompreensão em torno da centralidade da questão nacional, como base essencial para ampliar forças de sustentação ao projeto e articular as exigências econômicas, democráticas e sociais. Faltou

coesão e uma estratégia madura para impulsioná-lo. Deixou-se espaço para um republicanismo liberal-democrático, quanto à concepção do Estado Nacional e seu conservadorismo inerente. Nesse ponto, seria nevrálgica a reforma estrutural do Estado brasileiro – a reforma política, das comunicações, do Judiciário e mesmo a tributária. Na esfera política é inescapável também confrontar de maneira construtiva, mas criticamente, os limites do hegemonismo como prática política, próprio de um projeto centrado num partido-âncora. O processo de unir vastas forças se limitou a dar política de sustentação política congressual. Em termos estratégicos, abriu-se mão de sustentar a coalizão a partir de um núcleo de esquerda com vistas a sustentar o projeto nacional soberano, popular e democrático, de integração regional sul-americana. Com isto, o lulismo teve seu auge, mas perdeu progressivamente a capacidade de unir forças mais amplas, e mesmo a direção das forças centristas necessárias à coalizão nos governos Dilma, sob o impacto da poderosa crise econômica e social.

No tocante à dimensão econômica, a força dirigente principal do projeto e o conjunto da esquerda não lograram sequer teorizar em grau básico o modelo empreendido. Até hoje a matéria é controversa entre social-desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, modelo híbrido e possibilista, “populismo cambial”, dentre outros. Em certa medida, as esquerdas reiteraram as dificuldades de superar a vocação voluntarista em matéria de política econômica, desconsiderando relações de forças externas e internas: não basta a vontade política, há pesados contingenciamentos sobre aquela que está entre as dez maiores economias do mundo.

Na esfera econômica dois aspectos merecem ser aprofundados. De um lado, os motivos que levaram a burguesia brasileira a criminalizar o esforço de internacionalização do capitalismo brasileiro a partir das ações da Lava Jato, e do discurso ideológico da campanha eleitoral de 2014. De outro, a greve de investimentos realizada por este mesmo setor, e a adesão de setores produtivos à agenda ultraliberal e golpista. O conjunto desses fatores levou-o, nesse período, a sofrer uma das maiores regressões econômicas e sociais



da sua história: decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 7%-8% em dois anos, em meio à galopante desindustrialização, com grave impacto no desemprego e na renda média do trabalho, e a uma poderosa crise fiscal afetando a Federação, os serviços públicos e a vida do povo.

A dimensão internacional se entrelaça com a situação local. Além dos impactos negativos da crise capitalista mundial, pouco se sabe, até o momento, sobre o envolvimento de forças externas. No entanto, é parte do jogo das potências imperialistas cercar a emergência de novas potências como o Brasil, porque isso contribui para a manutenção do *status quo* atual e enfraquece a tendência à multipolaridade. É dentro desta chave que deve ser lida a contraofensiva que o imperialismo realiza sobre a América Latina, e sobre nosso país. Por último, a resistência democrática e progressista que se desenvolveu nesse período é certamente um ativo político alcançado, mas a esquerda mais uma vez atuou sem unidade quanto às saídas políticas para a crise. Examinar tudo isso criticamente é, certamente, uma das missões para uma nova tática consentânea com a situação instalada. Mais importante ainda que os erros é aprender com eles.

Características do novo ciclo político

O novo ciclo que se inicia, oriundo do golpe, ganha força com o resultado desfavorável para as esquerdas nas eleições municipais. As forças golpistas buscam se apoiar nesse resultado para intensificar uma feroz restauração conservadora, em sintonia com os ventos hegemônicos no mundo, provocando graves regressões democráticas e civilizatórias. Seu alvo prioritário é o desmonte por completo do pacto expresso pela Constituição Cidadã de 1988, tanto no que diz respeito aos direitos econômicos e sociais, como também no que se refere às garantias jurídicas. Surgem traços de um período de exceção no Brasil, de um Estado policalesco, sob o protagonismo de forças sem mandato popular. Vive-se um período de “tenentismo de toga” em pleno século 21, cuja expressão mais evidente é a Lava Jato em meio ao ativismo político do Judiciário, perigoso para a democracia ao confrontar-se com o sistema político partidário em crise.

No Brasil, o golpe de Estado abriu uma ferida política e institucional que não cicatrizará tão facilmente. As classes dominantes, cruéis e sagazes, mobilizaram o aparato político, empresarial, judicial e midiático com profundas incrustações no aparelho do Estado conservador. Lograram apoio de massa numa classe média intolerante e radicalizada, e manipularam um ideário conservador, de predomínio amplo de uma ética meritocrática. Assim, as forças centristas no espectro político se puseram sob a direção da direita neoliberal – o governo usurpador Temer atua com o fervor dos convertidos nessa direção.

O mantra das forças golpistas é de que a agenda ultraliberal proposta por elas de fato não “cabe” nesta Constituição. O papel do Estado Nacional está condenado, segundo tal agenda, no tocante aos gastos sociais e investimentos públicos. Impõem um choque fiscal estrutural, de austeridade, para preservar os ganhos rentistas das forças dominantes no Brasil e no mundo, e alinhar o país à agenda das grandes potências.

Polarização do país e contradições no seio das forças neoliberais golpistas

O governo Temer atua como síndico do condomínio das forças golpistas. As tensões sobre o protagonismo e os rumos do governo são visíveis. A unidade principal entre as forças golpistas foi retirar o PT do comando do país e, além da agenda ultraliberal, qualquer ação unitária para além deste aspecto é muito frágil. Com sua gestão sendo aprovada por apenas 14% da população, assenta sua força no estamento político, mas está de costas para a sociedade. Existem disputas em distintas esferas. Entre forças do próprio PMDB, há disputa com o PSDB em torno da agenda, todas elas vislumbrando as eleições presidenciais de 2018. Não está claro como isso evoluirá. Se tomar as medidas econômico-sociais amargas e não retomar o desenvolvimento, irá comprometer o programa liberal para a disputa de 2018; se resultar em retomada da economia, não haveria por que Temer deixar a vaga aos tuanos. Uma terceira variante seria Temer não terminar o mandato, devido à



Lava Jato e aos conflitos internos. A maior probabilidade é de que, enredado nessas contradições, evolua em meio a concessões sucessivas na agenda proposta e se perca de crise em crise. Seria um governo Sarney dos anos 1985-1989 revisitado, tutelado e chantageado, manobrando para reunir apoio congressual e garantir sua base, o que o colocará sempre mais na contramão da sociedade, e chantageando, por sua vez, o consórcio político, empresarial, judicial e midiático do qual emanou seu mandato espúrio.

Dessa forma, pode-se dizer que há uma fase transitória, com instabilidade política até 2018, e sem hegemonia política estável. A agenda neoliberal terá forte oposição popular. O golpe não possui condições de pacificar o país. O povo aguarda para seu último veredito: a agenda econômica e social golpista venceria as eleições em 2018? É nesse contexto que atuarão as forças democráticas, progressistas e da esquerda política e social, numa situação política amplamente desfavorável, em defensiva tática, em meio às águas conturbadas de um rio caudaloso. A nova tática necessária implica preservar forças e conquistas, ressignificar politicamente o movimento social, explorar contradições no campo adversário, com uma agenda em defesa da democracia, do patrimônio nacional e dos direitos sociais e trabalhistas. No curso disso surgirão novas lideranças e expressões organizadas das forças de esquerda. Mas, para além da resistência, uma tática precisa apresentar perspectivas. Para isso, há necessidade de precisar o quadro no qual iremos atuar na nova conjuntura.

Atualizar a análise da sociedade brasileira

Um primeiro ponto consiste em atualizar a análise da sociedade brasileira após as profundas mudanças econômicas, sociais e culturais pelas quais passou, definidoras de mudanças qualitativas da luta de classes no Brasil. O Brasil possui um amplo e complexo tecido social, envolvendo em contradições os interesses, comportamentos e anseios das diversas classes e frações de classes. Trata-se de uma sociedade complexa e vibrante, em mutação permanente, onde o papel da juventude e das mulheres é de primeira ordem, em meio a um novo palco de disputas hegemônicas nas redes sociais. Há

variadas extrações do povo brasileiro, setores das diversas igrejas, partidos políticos, movimentos de massa, tradicionais e de novo tipo, forças intelectuais e culturais, formais ou não. O tecido social apresenta fraturas na forma de precarização do trabalho e déficit do Estado social, uma medonha disparidade de renda, de acesso à educação e saúde em primeiro lugar. As comunicações estão monopolizadas em grau máximo; a elite econômica e boa parte da classe média é alienada do sentimento nacional.

As transformações vividas pelos brasileiros neste século 21, em grande medida graças aos avanços sociais nos governos Lula e Dilma, se deram sob o hegemonismo de uma cultura individualista em detrimento da ética coletiva, a qual não foi disputada na sociedade pelas forças dos governos alcançados desde 2003. Nesse cenário complexo, compreende-se por que se acentua a crise de representação política em face de uma democracia meramente instrumental.

O desfecho da crise capitalista mundial não está à vista. Mas, se não se impuser uma saída progressista a ela, tampouco à vista, impõe-se que a crise capitalista é também uma reestruturação capitalista. A atual, a da Grande Estagnação, ocorre em meio à 4ª Revolução Industrial, que encontra o Brasil com uma indústria inerte e produzirá uma nova geração de desmonte da materialidade e cultura do mundo do trabalho e do sindicalismo. Por um lado, essa evolução combina-se à crescente distopia democrática neoliberal, com crescente esvaziamento da representação democrática face à emergência de poderosos poderes reais da sociedade e à força das finanças e da comunicação hegemônicas, além da ação imperialista. A democracia se transforma num invólucro vazio. Por outro, é preciso compreender o papel, o comportamento e as perspectivas da burguesia brasileira, carente de um projeto próprio no interesse nacional. Há que se revistar um antigo debate para as condições de hoje e face à experiência destes últimos 20 anos, frente a características estruturais da burguesia, seja do ponto de vista da luta de classes, seja do ponto de vista ideológico, no ambiente hegemônico neoliberal prevalecente no mundo. Ocorre no Brasil



uma incompreensão da ideia de nação. A direita imagina que serão unicamente as forças de mercado a atenderem às necessidades de investimentos estruturais, pondo-se sob a direção das forças rentistas da financeirização, que renunciam ao desenvolvimentismo e, ao contrário, se põem contra ele. A esquerda, por sua vez, privilegia as políticas sociais necessárias, mas titubeia em coesionar forças rumo a projetos estruturantes e estratégicos. Esta situação torna nossa elite muito mais dependente ideologicamente de forças e visões externas.

Renovar o programa para retomada da agenda desenvolvimentista

O segundo desafio é o de atualizar programa, caminhos e meios para retomar uma agenda nacional autônoma e soberana na realidade presente, dada a derrota política ocorrida. As condições estruturais já descritas, acrescidas da grave crise fiscal em curso que enfraquece o Estado nacional, não permitem repetir, mas apresentar uma nova geração de medidas programáticas e de caminhos a trilhar para isso. O busílis da questão está na formulação de um projeto nacional de desenvolvimento maduro e uma estratégia consentânea, firme e hábil e ampla, para a disputa de hegemonia na sociedade, e a unidade popular em torno dela. Tal projeto nacional é o vetor da amplitude necessária para as forças transformadoras e é o problema maior do tempo histórico presente, ao permitir contar não só com a centralidade indispensável da luta de classes, a força do povo e das forças progressistas, como também com o poderio de um Estado voltado para a afirmação do interesse nacional e popular sob a hegemonia dessas forças. No atual quadro, para resistir aos ventos dominantes da globalização neoliberal, se faz necessário conexionar forças em torno de um projeto nacional robusto, definido, instrumentalizado por um capitalismo de Estado. Devido a seu vasto território, ao tamanho de sua população, ao PIB, às fontes de energia de que dispõe, o Brasil reúne forças materiais para tanto – o que lhe falta é clareza e convicção estratégica.

Reconfigurar e ampliar as forças necessárias para o novo ciclo

Consoante a essa pauta, o terceiro fator é debater a reconfiguração da esquerda, das forças populares e progressistas, em termos orgânicos. É necessário romper o isolamento vivido hoje pela esquerda. Parece clara a necessidade de uma formação ampla de união de forças, de caráter tático e mesmo estratégico, se se lograr uma unidade maior em termos programáticos. A noção de um partido-âncora para a esquerda já não basta, embora o PT, forte e clarividente, seja indispensável e a liderança de Lula seja um poderoso ativo político para quaisquer perspectivas.

O país reclama uma tal formação política aliancista, feita de diversidade e pluralidade de forças, com identidade programática e de valores, sem comprometer a autonomia de cada um dos integrantes. Assim, se pode integrar as forças da esquerda política e social, com personalidades progressistas do mundo cultural e intelectual, a força da juventude e das mulheres, os patriotas, os movimentos sociais organizados, entre os quais os do mundo sindical. Só assim se pode representar um apelo aos participantes de todas as manifestações que se realizam de forma horizontal. Enfim, uma formação política capaz de disputar a sociedade política e culturalmente, tornando os anseios reais da massa do povo trabalhador em projeto político capaz de empolgá-la numa nova jornada de avanço da luta pela afirmação nacional, em bases democráticas, populares e progressistas.

Existe, nessa direção, a proposição da formação de um bloco de afinidade progressista com as bandeiras da esquerda, capaz de aliançar programaticamente tais forças em sustentação ao projeto nacional de desenvolvimento, nucleada pela esquerda política e social, e dar-lhe até uma eventual dimensão eleitoral se necessário, como alternativa contingente para a reforma política que trará retrocessos democráticos ao sistema político-partidário. Resguardando todas as diferenças históricas, seria algo como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), um espaço que congregasse as distintas forças



partidárias, articulações e frentes, sem que percam sua identidade e autonomia, mas que se desenvolvam em torno de um programa básico e amplas bandeiras que mobilizem de forma unitária a luta popular, a ação política e eleitoral, o labor intelectual. Uma rediviva aliança pelo Brasil, o povo e a democracia, sustentada pelo patriotismo popular.

Coesionar um campo de esquerda é indispensável para um diálogo mais amplo com as forças democráticas de centro, indispensáveis para a consolidação de uma agenda em torno da questão nacional. A esquerda brasileira sempre foi muito inventiva, e os desafios que se apresentam nessa direção podem ser realmente enfrentados. Aprende-se, nesse sentido, a lição de que as situações em que persistem governos de esquerda, neste mundo em transição e de hegemonia conservadora, baseiam-se nessa estratégia frentista de diferentes feições, como no caso do Uruguai, com o Frente Amplio, e da África do Sul, com o Congresso Nacional Africano, sem mencionar outras do passado recente, como a Frente Sandinista ou a Frente Farabundo Martí; e do presente, como a do Nepal.

Um debate que se inicia

O Brasil e a luta dos brasileiros estão perante uma mudança de fase, não é apenas uma alternância de poder. Malgrado a força reacionária, não estão inscritos os desfechos possíveis para este momento. O objetivo deste texto é, à guisa de explorar temas e áreas, contribuir para o debate que se coloca para as forças democráticas e transformadoras. No centro da tática estão entrelaçadas a luta pela democracia e a afirmação nacional garantidoras dos avanços sociais – vetores indissolúveis para este tempo nas condições do Brasil. Compreender as mudanças ocorridas em nossa sociedade, recompor pontes, reagrupar um amplo espectro de forças com o binômio democracia/projeto nacional, a partir da unidade das forças da esquerda progressista, pode ser um caminho a ser percorrido com vistas a se superar este novo ciclo conservador e predatório.

** Rubens Diniz é pesquisador em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – USP.*

O tenentismo de toga

Artigo publicado em 7 de dezembro de 2016

É preciso muito discernimento e responsabilidade nestas horas de crise de governo. Sabe-se como elas evoluem, não se sabe como terminam – mais provavelmente em detrimento dos interesses da nação e do povo brasileiros.

As palavras são perigosas, *data venia* à ilustre ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O país precisa de Justiça e a Justiça precisa se amparar na Constituição. Certíssimo. Daí o direito às garantias individuais, direito ao legítimo processo penal e tantas outras coisas do Estado de Direito Democrático.

Há muitos juristas – respeitáveis, quero crer, aos olhos da própria presidenta do STF – que afirmam estar se insinuando medidas de Estado de exceção no Estado de Direito. É um debate não só legítimo, mas inteiramente agudo na presente situação. Precisa de respostas, não de arengas venham de onde for.

Carmem Lúcia alertou para o fato de que toda ditadura “começa rasgando a Constituição”. Certíssimo também. Referia-se à tentativa de “criminalizar o agir do juiz brasileiro”. Há exagero, e talvez aleivosia, na afirmação, em reação às aleivosias alheias, bem explícitas por parte de políticos que, não obstante, não “são todos iguais”. A temperatura e pressão estão em alta.

Porque, por outro lado, há fortíssimas opiniões no mundo jurídico e dos advogados quanto ao cerceamento de direitos nos processos da Lava Jato e quanto às forças comprometidas com os interesses maiores do Brasil no



mundo político, mesmo que com agendas antípodas entre si – é próprio da democracia.

Não bastasse isso, o principal é que exatamente o oposto parece estar comprovado na oratória dos próprios agentes. O Ministério Público (MP) e outras áreas do estamento burocrático do Estado brasileiro escolheram como alvo o conjunto do sistema político, depois de se mostrarem seletivos no modo de condução dos processos. Falam política e judicialmente fora dos autos, como requer a Constituição e a larga tradição de Justiça.

Quer dizer, porque não se debate essencialmente que em grande medida a Justiça se politizou facciosamente e “criminaliza todo o sistema político”, parafraseando a ministra presidenta pelo outro lado da moeda. Isso também pode ser um “rasgo” na Constituição, pois não?

Aliás, falar em rasgar a Constituição leva as coisas ainda mais para o impasse. Porque a atual agenda do governo – e o STF provavelmente não desconhece isso – é exatamente o desmanche da veneranda Constituição de 1988 em aspectos nevrálgicos. Também porque o governo foi alcançado por um *impeachment* cujos resultados são os de agudização da crise geral que vive o país.

Dizer que a “norma” foi seguida nesses casos não é suficiente nessas horas, porque claramente não dá conta da crise política e institucional entre o estamento burocrático e o estamento político. Estamentos não são instituições. São estas que precisam ser asseguradas quanto à sua hígidez. Isso morre se a ação de seus responsáveis for corporativa gremial.

O que é indigno, venha de onde for, e deixa a cidadania estupefata, é o cinismo de alegar que a crise vem unilateralmente do “sistema político” ao mesmo tempo em que este foi utilizado para um *impeachment*.

Ninguém nesse caso pode atirar a primeira pedra. Como se disse, é hora de mais estadistas, menos corporativismo gremial à frente das instituições.

Quanto à Constituição, ao STF e ao Congresso, pode-se pensar que nada seria mais perigoso para a democracia que o intento mitificado da redenção final, de “passar inteiramente a limpo” o sistema político. Sabe-se no que isso deu historicamente.

Há uma corrente que se pode chamar de tenentismo – nascido em outro momento de graves desencontros da nação na década de 1920 –, um tenentismo de toga. Ela sugere exatamente isso, com o fervor dos obcecados e sentindo-se fortes para tanto – o que é ainda pior porque extrapolam seu papel institucional e constitucional.

A função e o âmbito da Justiça e do aparato burocrático do Estado – Polícia Federal, MP, Judiciário – são bem definidos, não podem nem devem ser extrapolados. Igualmente, a função de fazer leis é do Congresso, e isso também é respeitar a Constituição.

Voltando à presidenta do STF: “A democracia depende de poderes fortes e independentes”. Não apenas: interdependentes, convergentes! “Juiz sem independência não é juiz”. Parlamentar eleito pelo povo sem independência não é parlamentar representativo!

O negócio é se respeitar, respeitar os recíprocos limites, e se entender. Fora disso, é insurgência, provenha de onde for.

Nesta marcha da insensatez melhor será a voz da razão, a voz serena em defesa da saída da crise, e a do entendimento de que só na democracia, no âmbito do sistema político instalado e das instituições existentes, se pode encontrar saídas. Instituições que não só se respeitam umas às outras nos termos constitucionais, mas também que se reúnem e constroem respostas equilibradas à situação.



“Temos que tirar lições do que passou”

Intervenção em Mesa de Debate da Frente Brasil Popular, em sua 2ª Plenária Nacional realizada em Belo Horizonte, em 8 de dezembro de 2016

No Brasil, a unidade é a bandeira da esperança – unidade do patriotismo popular com a defesa da democracia.

Vivemos a implementação de uma nova ordem política cultural que leva ao desmanche da Constituição de 1988, de sua norma de Estado de Direito democrática, dos direitos e deveres do cidadão e do próprio pacto federativo.

Um poder paralelo está se instituindo no seio do Estado de Direito e atua com os aparatos burocráticos do Estado brasileiro que se chocam com o próprio sistema político. Esse é o perigo imediato e maior, apoiado e sustentado pela Lava Jato, a Globo e uma base social de direita e extrema-direita. Esse é o caminho do fascismo. Esse é o perigo principal que atinge a democracia.

Dentro dessa realidade o governo Temer já se entregou, procura apenas se preservar, às forças da Lava Jato e da Globo. Temer pode cair, dando margem a eleições indiretas, ou ficar como o governo Sarney: em crise, chantageado e chantageando, entregando muito menos do que promete e agravando a crise econômica e social.

O quadro é de imprevisibilidade e incertezas. As nossas organizações e as lutas que representamos, sozinhas, hoje são insuficientes.

Nesse quadro se inscreve o tema da organização da Frente Brasil Po-

pular. A organização é sempre uma questão política. Nós nos organizamos para implementar uma política, uma política de resistência. O balanço que fazemos da atividade da FBP também interfere na proposta organizativa.

O dado mais marcante é que foi difícil forjar unidade tática na Frente Brasil Popular. Nem sempre tivemos clara a necessidade de unir todas as forças democráticas do povo brasileiro. Precisamos conjugar mais fortemente o verbo ampliar e não o verbo demarcar. Quanto mais amplas as forças se unem, mais o programa é mínimo. A bandeira hoje é da defesa da democracia e do Estado de Direito. A crise não será resolvida sem o povo eleger um novo presidente.

A Frente Brasil Popular acerta ao priorizar a mobilização política do povo brasileiro, isso é fator decisivo. Mas isso implica também o esforço de unir em torno dessa bandeira, desse tom – como na época da ditadura: Diretas já, fim do Estado de exceção, Constituinte – a maioria da sociedade brasileira, as forças vitais dos trabalhadores, da juventude e das mulheres, com largos estratos democráticos, patrióticos e progressistas em geral.

Devemos falar à sociedade, não só aos nossos. Oferecendo não só denúncias, mas bandeiras de esperança. Adotando formas de luta que ampliem, que falem, que alcancem contingentes maiores. Manifestações de rua não são a única forma de fazer a luta. É preciso trabalho permanente, agenda nas fábricas e nos bairros, nos núcleos ativos da luta juvenil etc.

O caráter da Frente Brasil Popular está sendo definido. Temos um programa da primeira Conferência, com caráter de massas, mobilizador, que visa a aglutinar as forças populares. Não somos partido, somos uma frente de ação de massas.

Mas precisamos resolver o problema principal: unidade tática. As classes dominantes brasileiras são reacionárias e cruéis, mas muito sagazes. Precisamos avançar na unidade tática face a isso e encontrar melhor forma de deliberações coletivas. Nossas plenárias podem ser mais amplas, e dialogar



com as elaborações das organizações integrantes, construindo sínteses.

Precisamos promover debates em todo o país, alimentar politicamente as bases. Aprimorar nossas publicações. É estimulando o debate que conseguiremos avançar na unidade de ação.

O denominador comum dessas necessidades é um regime de direção superior, que aprimore a construção do consenso e o respeito ao dissenso. Queremos horizontalidade, pluralidade e democracia, relevando o regime de direção nacional, mas com efetivo poder de consensuar posições.

Concomitante à luta de resistência, devemos abrir espaço para o debate das perspectivas. Precisamos elaborar uma nova síntese programática, para retomar o diálogo amplo com a sociedade, mostrar caminhos de superar os problemas que o povo vive e pela afirmação dos interesses nacionais. Precisamos ouvir muito, para que sejamos ouvidos novamente, com sentido autocrítico.

Desenvolver os esforços e organizar em torno dessa síntese programática uma organização frentista que pode até, quem sabe, disputar eleições. Cada força continuará autônoma, mas compartilhando um programa comum em uma organização frentista unitária.

A Frente Brasil Popular é parte integrante desse esforço que deve envolver partidos políticos, organizações sociais, personalidades e lideranças intelectuais e culturais etc.

Uns a chamam de Frente Amplo em alusão ao Uruguai, outros de Concertação, bloco de afinidade, Frente de Esquerda Progressista. Eu uso um paralelo histórico: uma grande aliança nacional libertadora rediviva para os tempos contemporâneos.

Essa síntese tem um foco: um projeto nacional, popular e democrático. O projeto nacional de desenvolvimento, compreendendo reformas estruturais para avançar, é a liga dos interesses democráticos e populares. Só nossas rein-

vindicações e bandeiras da luta social não constroem o projeto de nação, e sem um projeto de desenvolvimento nacional não há como atender às demandas sociais. Um desenvolvimento soberano, de integração com nossos vizinhos, respeitador do meio ambiente, assentado numa democracia popular.

O mundo vive o avanço do conservadorismo. A direita e a extrema-direita empalmam a bandeira nacional pelo lado xenófobo e protecionista. A democracia se tornou um invólucro vazio. Só nós da esquerda política e social, forças patrióticas, progressistas e democráticas é que podemos sustentá-las.

Esse projeto nacional envolve alianças não só à esquerda. Temos que a base da realização dessa síntese programática é uma pactuação entre a produção e o trabalho. Essa é a base da aliança.

Temos que tirar lições do que passou. O erro não foi fazer alianças – o projeto não pode ser só para a esquerda. O erro foi não ter um núcleo de esquerda programático governando as alianças.

É possível incluir entre as bandeiras a Constituinte, com o cuidado, porém, de ver o melhor momento. A propaganda sobre isso, hoje, pode enfraquecer nossa bandeira de defesa da Constituição de 1988.

No Brasil, a unidade é a bandeira da esperança – unidade do patriotismo popular com a defesa da democracia.



Dinâmica da luta de classes na crise política

*Mesa de Debate na Fundação Maurício Grabois,
em 9 de julho de 2016*

Agradeço pelo convite da Fundação Maurício Grabois para participar deste Ciclo de Altos Estudos, e pela honra de estar ao lado dos amigos Jessé de Souza e Armando Boito.

Estes são momentos graves no país que nos indagam de diferentes modos, táticos e estratégicos.

Estamos em meio a um debate em grande medida em aberto, numa luta dura, complexa e difícil pela retomada do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), numa situação de derrota política, de correlação de forças desfavorável ao nosso campo, numa dinâmica social muito alterada, e de luta política de classes radicalizada onde atuamos na defensiva. Talvez sejamos um tanto mais inclinados à crítica nesta ocasião, devido à derrota sofrida.

Vou procurar localizar alguns nós analíticos, não mais que isso, a partir da análise de conjuntura feita neste Ciclo de Estudos Avançados, problematizando três questões: O que é esta crise? Como o país chegou a isso? Que desenvolvimentos e perspectivas se colocam para as forças avançadas?

1) Crise de nosso projeto e crise transitória de hegemonia – uma encruzilhada – menos ou mais prolongada

Estamos diante do esgotamento de um pacto político aberto em 2003, a *Carta aos Brasileiros* do primeiro governo Lula, que realizou importantes

transformações sociais, democráticas e econômicas no país. Foi um pacto desenvolvimentista, que caracterizou os governos desde 2003, com base numa coalizão policlassista e produtivista, que levava todos os setores sociais “para dentro do Estado”, com ganhos para todos, embora uns mais, outros menos. O PT chamou a isso de estratégia ganha-ganha. Isso teve fim após as políticas de estímulo em face da crise em 2009-2010, e o insucesso das mesmas políticas em 2011-2012 dada a crise econômico-financeira global do capitalismo que atingiu em cheio os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

O balanço desses anos nos ocupou a todos durante todo o período. O PCdoB o sistematizou no 13º Congresso, 2013, mas há que atualizar isso. Talvez, dada a hora, é inevitável a impressão, neste momento, de acentuarmos aspectos de limitação de visões ou os erros cometidos.

De todo modo, o projeto em sua primeira fase representou enormes avanços sociais e nacionais, com maior participação democrática do povo. Foi a primeira vez na história brasileira em que essas três vertentes convergiram, levando o Brasil a um lugar altivo no cenário internacional e a uma elevada autoestima dos brasileiros. Foram quatro eleições presidenciais vitoriosas com essa perspectiva. Jamais baixaremos a cabeça na defesa dessas realizações, de importância histórica e que ainda residem na alma do povo mais simples (em anexo, segue breve roteiro das realizações alcançadas, belíssimo trabalho coletivo compilado pela Frente Brasil Popular. Todas as fontes citadas foram acessadas entre maio e junho de 2016).

Mas o Brasil sofreu a pressão da crise econômica mundial e das medidas contracíclicas adotadas para minorar os efeitos sociais da crise e salvar os interesses nacionais. Não se teve força suficiente para isso e importantes erros foram cometidos. O principal foi o de que se fazia necessária nova geração de projetos no rumo do desenvolvimento soberano, democrático, popular, altivo e ativo internacionalmente. Tratava-se precisamente de reformas estruturais que foram postergadas ou ignoradas.



As classes dominantes, na nova correlação de forças internas e externas, veem nisso também o fim do ciclo aberto no pós-ditadura, com a Constituição de 1988, que levou o país a uma era de reformas progressistas – entremeadas com o interregno neoliberal –, fruto da pressão democrática e popular. Teria sido, segundo esse ponto de vista, o fim da Nova República.

Para os setores econômicos dominantes, a Constituição expressa um “Estado que não cabe no PIB”. Para eles, “O Brasil se encontra encurralado pelo Estado”. Proclamar o fim desse ciclo se adequa aos propósitos de radical reformulação (negação) do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e garantidor de bem-estar social.

Não é óbvio que o pacto da Constituição democrática e de direitos sociais tenha se esgotado. Ao contrário, é com base nela que resistimos contra o golpe e em defesa das conquistas sociais alcançadas. Cumprir a Constituição, nesse mundo de completa dominância neoliberal, está longe de estar esgotado, a não ser, veremos adiante, quanto ao sistema político.

Vive-se, assim, uma transição, de desfecho incerto, numa crise de projetos e de hegemonia, por diferentes razões e perspectivas. Nós porque cumprimos com êxito uma etapa de transformações, às quais não alcançamos dar outra qualidade, com reformas estruturais. Eles porque não forjaram um consenso social-eleitoral forte que lhes possibilite o desígnio de alinhar uma das dez maiores economias do mundo com as cadeias globais neoliberais – embora estejam em franca ofensiva para retomar um ciclo conservador. Não há uma hegemonia estável para nenhum dos dois projetos.

A crise política em curso não terá desfecho com a votação do *impeachment*, posto que o processo é essencialmente ilegal e ilegítimo é o governo dele oriundo. A recuperação econômica, tendência objetiva, pode ser retardada, uma vez que é patente a dominância política na crise. Permanece a instabilidade. Dependendo das circunstâncias, ela pode se agravar e arrastar-se até 2018, com graves efeitos sociais e choques institucionais.

2) Como chegamos a essa situação? Que dinâmica de luta de classes se estabeleceu?

No Brasil, as classes dominantes jamais aceitaram o projeto de soberania, democracia e conquistas sociais, e uma política externa ativa e ativa, como o do ciclo aberto no país em 2003. Porque é verdade que foram bem aproveitadas as relações de troca favoráveis com a bolha dos preços das *commodities*. Entretanto, o modelo manteve uma política econômica de natureza híbrida, porquanto impulsionava o crescimento econômico alavancado pelo mercado interno a partir de maior poder de consumo do povo, impulsionava o papel Estado como indutor do desenvolvimento, mas mantinha a política instrumental clássica do tripé monetário-fiscal, com câmbio flutuante atuando como âncora no combate à inflação, levando a uma progressiva desindustrialização do país. Os ganhos rentistas, principal fator de déficit público, jamais foram arranhados, imperaram sem contrapontos.

Em nossos balanços, sempre relacionamos essa realidade a uma correlação de forças internas e externas, mas também a opções políticas feitas, que hoje exigem maior análise crítica. A teorização do modelo foi parcial e imperfeita, desde a improvável tese do modelo “pós-neoliberal”, até o social-desenvolvimentismo. A crítica ainda está por ser feita, predominando as teses do hibridismo, populismo cambial, keynesianismo tosco, neodesenvolvimentismo ou novo nacional-desenvolvimentismo.

Ao cabo, a experiência desenvolvimentista não se sustentou, apesar das grandes realizações citadas, o pacto produtivista ruiu, perdeu apoio social e no Congresso. Isso se deu sob o impacto da crise econômica mundial, do agravamento da situação fiscal do Estado, das pressões sociais resultantes para o povo e de certas características do projeto e da capacidade de sua liderança: o PT e Dilma. Isso afetou diferentemente as diversas classes e frações de classe. Criou-se uma poderosa crise política.

A crise econômica exerceu grande pressão nos acontecimentos. A estratégia para enfrentá-la não logrou sucesso nos anos 2011-2012 e criou gran-



de ônus fiscal para o Estado. A pressão social é incomensurável: afinal, o Brasil vai perder quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* nos últimos dois/três anos, nesta que é a maior crise econômica da história nacional, com traços distintos das anteriores no aspecto financeiro: levou a altos índices, a um só tempo, a dívida pública, a dívida das empresas e a dívida das famílias.

No entanto, esposo a tese de Elias Jabbour de que a crise econômica é um epifenômeno da crise política, sob a forma de *lockout* produtivo, uma greve de investimentos devido alegadamente à “falta de confiança”, mas com o aspecto objetivo das dívidas. Essencialmente foi isso, sem negar a autonomia do econômico, mas, neste caso, acentuando a questão do ciclo capitalista, sem o que não se compreende nem sequer por que se agravou a situação fiscal do Estado e como reagiram as frações burguesas brasileiras.

Com a crise econômica mundial e suas repercussões no país, o ciclo recessivo, mais o agravamento da situação fiscal do Estado sob o peso das medidas contracíclicas e sem afetar os juros descomunais da dívida pública, as forças empresariais buscaram se proteger, recuperar as taxas médias de lucro, remanejaram os interesses produtivos em direção à importação e derivaram para os ganhos de financeirização. Foi como se diz: “desconvergiaram as expectativas entre elas e o governo”. André Singer e Bresser Pereira, Boito e Jessé, por diferentes perspectivas, analisam de modo útil o comportamento da burguesia brasileira nessa viragem, suas contradições e opções, mas consensuando no reconhecimento da dominância rentista no processo de acumulação capitalista brasileiro. As frações dominantes da burguesia se reencontraram, deixando em segundo plano contradições reais de seus interesses, sob o vértice de uma agenda liberal, mais uma vez.

A sociedade brasileira foi conhecendo uma profunda viragem de forças rumo a um ideário conservador na sociedade e reacionário no sistema político, em sintonia com o ambiente profundamente retrógrado que emana das ideias dominantes no mundo e no Brasil sob hegemonia do neoliberalismo.

Estratos médios tradicionais, em grandes centros urbanos e mesmo da produção rural, ficaram profundamente ressentidos com o projeto e deixaram de se ver representados no governo. Pelo alto, por decréscimo relativo de seus ganhos. Por baixo, devido à ascendência social de novos estratos de trabalhadores que passaram a consumir. Alinharam-se radicalmente na oposição. Expressão mais grotesca disso foi a luta contra o **Mais Médicos**.

Os trabalhadores organizados deram apoio ao projeto e se viram nele aquinhoados, majoritariamente. Foram ganhos reais marcantes. Mas crescentemente reagiram a ele, no grau determinado de consciência e mobilização política com que foram liderados. Ganharam muito “pelo alto”; aos sinais de dificuldades, reagiram a partir de interesses econômicos imediatos, e acompanharam o ressentimento com a política – em especial aí, pesou muito a “questão moral” envolvendo o PT.

Os novos estratos de trabalhadores alcançaram uma situação técnica de quase pleno emprego. Não obstante, mesmo empregos de carteira assinada e com aumento da renda média do trabalho foram em boa medida precários: se sustentaram seu maior nível de consumo e alavancaram a produção interna, não poderiam sustentar o modelo. Por outro lado, sobretudo a fração emergente constituiu um ideário meritocrático que, com a crise econômica, gerou ressentimento – “pior que parar de subir é voltar a descer” na escala social. Há nesse estrato grande espírito conservador ou conservacionista nos costumes, elevando-se diante da influência das igrejas e seitas religiosas. Eles não foram disputados culturalmente, ao contrário até, com a ridícula pregação de “nova classe média” que alimentou a mistificação e a meritocracia.

Ao mesmo tempo, eleva-se a fragmentação política na sociedade e instituições, e aumenta a presença dos “não representados”, o que alimenta a “antipolítica”. Ecoaram, de diferentes modos e modalidades, o mal-estar com a política, o mau humor com o país, não raro capturado ou instrumentalizado pelas forças conservadoras contra o nosso projeto – nesse sentido, junho de 2013 ainda é uma esfinge por decifrar.



A dinâmica social se fez, assim, muito alterada e complexa, exigindo outra leitura atenta, outro grau e formas de disputa de corações e mentes. Porque, ao lado dessa inclinação conservadora, fatos novos de enorme impacto ocorreram nas relações sociais, sobretudo com a juventude de estratos médios urbanos, como se vê na reação ao golpe, pelo lado democrático e progressista.

Esses são fenômenos de alcance mundial que precisam ser muito estudados, inclusive quanto às formas de disputa cultural e política, particularmente na rede de internet como espaço de disputa de hegemonia.

A expressão cabal resultante desses processos é a inclinação do “centro” e centro-direita – parte da coalizão do governo anterior – decididamente à direita. Agiram aqui, modelarmente, as pressões econômicas sobre a vida da população, os aparatos de hegemonia cultural-ideológica, ao lado de uma determinada opção política dos governos progressistas de disputa de “baixa intensidade”, nunca disputada “a quente” nas ruas e instituições. Ao contrário, refugou-se várias vezes – mesmo quando a correlação de forças era favorável – a opção de disputar as reformas política e dos meios de comunicação, por exemplo. Ou melhor dizendo, a esquerda perdeu a capacidade de liderar e atrair o centro político, que passou a ser hegemônico pela direita, programaticamente. O mais essencial para esse desfecho: nosso projeto perdeu aceleradamente apoio social, facilitando nosso isolamento político.

Além da crise política e econômica, há claros sinais de crise institucional na situação do Brasil.

No Executivo, a presidenta foi afastada para julgamento sem crime de responsabilidade tipificado. A levar a sério a acusação, os governos anteriores a Lula, o próprio vice-presidente e mais 17 governadores atuais, deveriam ser enquadrados no mesmo crime. No Brasil, a chefia de governo, que no caso presidencialista é também a chefia do Estado, não pode comandar um aparato de Estado estratégico, como é a Polícia Federal. Por incrível que pareça, esta clama por autonomia – uma força nacional armada autônoma!

No Legislativo, em especial na esfera proporcional, acabaram as referências político-partidárias, deixou de imperar a política entre pares respeitante da Instituição. A face mais marcante da crise foi dada no dia 17 de abril na Câmara dos Deputados, um horror perante os brasileiros e o mundo. Uma presidenta com 54 milhões de votos foi condenada lá em nome de deus, da família, da cidade... A nação, distraída, foi subtraída nas tenebrosas transações operadas por Eduardo Cunha, Michel Temer e tantos outros. Difícil ser mais clara a crise de representação política na sociedade brasileira como se revelou nessa votação.

No Judiciário, o país vive a fase do *“tenentismo de toga”*. A operação Lava Jato se desvirtuou ao sustentar na prática que só se pode combater a corrupção ao custo de medidas de exceção e mesmo atingindo, se necessário, o interesse nacional. Judicializaram e criminalizaram a política, visando a atingir o conjunto do sistema, e comprometeram o interesse nacional ao condenarem as pessoas jurídicas, representadas por grandes empresas da engenharia nacional e a Petrobras, estratégicas, ao invés de se concentrarem na penalização das pessoas físicas. Agiram seletivamente contra a esquerda e o projeto representado por nossas forças. Quanto ao Supremo Tribunal Federal (STF), foi politizado, enredando-o, portanto, nas contradições da política nacional, sem que tenham esse papel e traquejo, limitando-o no seu papel maior de guardião da Constituição.

Evidencia-se nesses fenômenos o sequestro de bolsões do aparato de Estado, ditos *“autônomos”* – um republicanismo de fancaria –, mas obedecendo a um projeto partidarizado de oposição ao rumo da afirmação nacional e voltado seletivamente contra a esquerda que o sustentou.

Vistos de conjunto, tais fenômenos desvelam distopias democráticas. A sociedade, curiosamente, não se enxerga no Congresso. O sistema político opera para além da fadiga, em particular o presidencialismo de coalizão. Sob o neoliberalismo em escala mundial, há um verdadeiro esvaziamento de poderes eletivos democráticos, face à emergência dominante dos reais poderes das finanças e das comunicações de massa, dominados pelo imperialismo.



Fala-se em “democracia” como rótulo, ou de forma instrumental, desvinculando-a de um projeto de nação. O Estado de Direito fica subordinado diretamente à economia e vai sendo enxertado com medidas de exceção providas dos aparatos dos estamentos burocráticos do Estado Nacional, em nome do “combate à corrupção”.

Esses são aspectos marcantes da luta de classes em escala mundial hoje, relativos ao processo democrático. Esse foi o roteiro do golpe, o Brasil mais uma vez na “vanguarda”.

Mas o golpe vem de longe, não foi improvisado e se deu sob consideráveis pressões externas.

O golpe, à primeira vista, parece aquela história do *Assassinato no Trem Expresso*, como me disse certa vez o amigo de lutas Maringoni, em outra mesa de debates: todos tinham motivos e oportunidades para cometer o crime. O golpe acabou por assumir a modalidade parlamentar, mas foi produzido pelas forças ultraliberais, internas e externas, atuantes num poderoso consórcio político-empresarial-midiático-judicial. O deflagrador foi a não aceitação dos resultados das urnas em 2014, num prolongado terceiro turno eleitoral desde então. Sua base geral é o fato de que as elites econômicas dominantes jamais se conformaram com o projeto aberto em 2003. O sentido do golpe é restaurador, uma ofensiva restauradora da direita, com uma agenda ultraliberal, antinacional e antipopular, pactuado entre forças retrógradas e oligárquicas da política brasileira e forças cosmopolitas da plutocracia nacional.

Foi posto em movimento já no “mensalão”, em 2005. Vacilaram naquela ocasião, dada a força do projeto e da liderança de Lula. Com a vitória de Dilma em 2010, o poderoso consórcio opositor pôs em ação a segunda fase do golpe. A “agenda da faxina” visava a emparedar o governo, torná-lo refém daquela agenda. Em 2013, a mídia exacerbou as manifestações de descontentamento social, manipulando-as contra o governo – a Copa do Mundo foi vendida como um desastre nacional; e não poucos se enganaram sobre o sentido daquelas manifestações.

Em 2014, a denúncia obscura de um doleiro afeito às entranhas do sistema político transformou-se na Lava Jato, operação seletiva e condenatória *a priori* do PT. Com isso, entrou no alvo a esquerda brasileira como um todo. Passou ao primeiro plano a evidência de fortes tentáculos conservadores no aparato de Estado, até certo ponto autonomizados. A Lava Jato transformou-se num partido, cujo programa moralista seria a “redenção do sistema político”.

Na sequência, evidenciou-se o golpe de novo tipo, com a fabricação de suposto crime de responsabilidade da presidenta. Ao preço de réus aguardando julgamento por corrupção condenarem uma cidadã jamais acusada disso, e nem sequer ostentar contas no exterior.

O papel internacional no golpe ainda vai ser desvelado. Seu maior ponto de entrelaçamento é o protagonismo de forças e agenda ultraliberais, que disputa o botim de uma das dez maiores economias do mundo.

De vários modos, ele se insere na poderosa contraofensiva reacionária capitaneada pelos EUA, de forte impacto na situação sul-americana, especialmente no Brasil, ofensiva que se relaciona com a própria falta de saídas à crise capitalista mundial de 2008, ainda em curso, menos ainda pelo lado progressista. Os países centrais resgataram seus bancos às custas de toneladas de recursos públicos, golpeando os trabalhadores em todo o mundo desenvolvido sob a bandeira da austeridade.

A crise abriu uma situação mundial marcada pela polarização social, política e militar. Por isso, relaciona-se também com a estratégia norte-americana visando a contrastar a tendência à multipolaridade, pondo no alvo estratégico a China e a Rússia, donde também o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) de que participamos.

Finalmente, temos que nos haver com o fato de que o golpe não era inevitável. Certamente, foi motivado para derrotar o projeto vitorioso que fez o Brasil avançar desde 2003. Mas só foi possível devido aos erros cometidos.

A partir de 2011, além da marcante diferença de liderança política



da presidente, várias oportunidades foram desperdiçadas para um correto diagnóstico do impacto e da evolução da crise econômica mundial e da crise fiscal que sobrevieram. Vários enganos ocorreram sobre a evolução da real correlação de forças sociais e políticas, como em 2013 e na reeleição de Dilma Rousseff em 2014. A virada econômica na direção de choque fiscal, após as eleições de 2014, poderia até se justificar como política instrumental para salvaguardar o projeto, mas, sem ter sido debatido na sociedade e na campanha, foi um enorme erro político, posicionando mal o governo perante a base social de sustentação do pacto pelo desenvolvimento, e aprofundou a recessão da economia.

As brechas eram estreitas, mas havia a possibilidade de repactuações que garantissem a norma democrática e que dessem condições para se encontrar os caminhos da retomada do crescimento econômico, mesmo com recuos na política econômica instrumental, como aliás se fez no segundo governo Vargas. Um passo atrás (ajuste fiscal) para permitir passos adiante (a serviço do PND). O recuo se impunha pela realidade econômica (mundial e fiscal) e pela realidade política. Difícil afirmar, então, na ocasião e ainda agora, que se trata de uma viragem da política econômica à esquerda.

Mas era coisa para alguém com forte vocação e liderança política. O fato é que, em boa medida, jogou-se espertamente damas em meio a enxadristas profissionais. Difícil liderar o presidencialismo brasileiro sem liderança política.

A eleição da presidência da Câmara foi exemplo, entre outros, de uma grande limitação política do governo. Avaliou-se erradamente a vitória no segundo turno de 2014. A própria candidatura à reeleição poderia ter sido mais tematizada se tivéssemos clareza do chão que se pisava.

A esquerda – nós todos, e em particular a sua força maior, o PT – está diante de uma exigente narrativa crítica e autocrítica que levará tempo para ser elaborada e disputada na sociedade, porque os erros se ancoram em opções políticas feitas desde 2003.

Vejo esse problema numa chave de três pontos essenciais. Primeiro, expressou-se uma concepção primária de Estado e do poder de Estado. A estratégia ganha-ganha relegou o assunto a segundo plano. Curiosamente, dada a tradição histórica da esquerda, a experiência de governo da esquerda brasileira não produziu uma agenda de Estado, para adequá-lo funcionalmente ao projeto. Problema grave mormente no Brasil, dado o caráter profundamente conservador do Estado brasileiro, agravado com bolsões antinacionais em seu interior.

Mas há que se aprofundar o exame: uma agenda de Estado exigia uma concepção de projeto nacional e de ter claramente firmada uma estratégia básica para alcançá-lo. Esse é o segundo ponto. Havia um projeto de poder – não mais – que não dava conta de que nação se pretende e que Estado lhe corresponde, que disputa de hegemonia na sociedade isso exigia para vencer estrategicamente.

O fato de postergar e não disputar as reformas estruturais revela, então, ilusões, limitações e insuficiências de visão estratégica. O reconhecimento feito pelo PT de que isso levou à utilização dos mesmos mecanismos de sempre para financiar a atividade política e eleitoral é consequência disso: um projeto de poder estreito.

Só com um projeto nacional e uma estratégia bem definidos se poderia lograr ampliar de fato as bases sociais do projeto e do pacto que lhe dessem sustentação – para além do período da bolha das *commodities* –, tendo por núcleo a unidade da esquerda para um pacto produção-trabalho pelo Brasil, hegemonizando pelas ideias e pela força político-social do povo, forças progressistas e da esquerda política e social. Na ausência disso, a unidade da esquerda não foi favorecida. A partir de 2007, estabeleceu-se o PT-PMDB como eixo prioritário de aliança – necessária para a base congressual –, mas em detrimento de um núcleo de esquerda. Recorde-se que PCdoB, PDT e PSB formaram um Bloco de Esquerda, sem o PT. Que estratégia era aquela ainda no governo Lula? Que cálculos políticos e de correlação de força foram feitos?



Aí se desvela a outra questão inescapável, que é meu terceiro ponto: o hegemonismo, que transformou a força principal de condução do projeto, o PT – indispensável ao Brasil e que liderou esse ciclo positivo na vida nacional –, numa força quase exclusiva e se tornando alvo permanente do mundo político devido ao seu afã de ocupação de todos os espaços. A própria publicidade partidária falou sempre em “governos do PT”.

Nessa chave, devemos refletir criticamente também a experiência da esquerda social. Por positivo que tenha sido o papel dessas forças, por que de certo modo interditarão a aliança com partidos políticos, postos à margem desde o Fórum Social Mundial (FSM)? Os movimentos passaram a ser atores políticos (não eleitorais), os partidos eram anatemizados como “forças institucionalizadas”. Fez-se o jogo de quem? Não seria mais correto consolidar um bloco político-social formal, o bloco histórico da esquerda, junto com forças progressistas e patrióticas? Felizmente, essa experiência está sendo posta à prova na Frente Brasil Popular.

Essa narrativa é importante porque designa a emergência de novas contradições sociais e políticas, a correlação de forças em presença nesta última quadra da vida nacional. É o novo chão que se pisa, na busca de retomar os caminhos de um PND, sob forte pressão internacional. Sem isso não se compreende os fatos na América do Sul, a contraofensiva dos EUA e seus movimentos estratégicos, nem o golpe em curso no Brasil.

3) Que desenvolvimentos e desfechos podem se dar na crise?

Primeiro, há que se analisar o governo Temer, sua plataforma e seu futuro. Benefício-me da sessão anterior deste Seminário, não retorno ao assunto. Apenas afirmo que um golpe de Estado não une a nação, ao contrário, a polariza prolongadamente. Não obstante, não se deve subestimar a situação. É compreensível o movimento de Temer, um governo congressional para garantir o essencial: passar de interino a permanente, vencer o *impeachment*. Mas são diversas as contradições: entre manter a chamada sustentabilidade

da dívida pública sem aumentar impostos, entre os interesses dos juros-dependentes e os câmbios-dependentes (setores rentistas e produtivos), e entre as forças políticas que o sustentam. E, sobretudo, as contradições entre esse estamento político onde os golpistas dominam (mas de costas para a sociedade) e estamentos burocrático de Estado no Judiciário, Polícia Federal e Ministério Público, a Lava Jato, que tem como réus diversos ministros e personalidades do governo.

Nem se pode dizer inteiramente que o eixo político reside no PMDB-PSDB. São as forças principais que disputam o programa, o botim, as privatizações e as eleições de 2018. Mas, até o momento, na política não se estabeleceu um eixo estável para a composição do governo. Tudo parece ainda provisório, instável, em disputa. O PMDB não poderia se iludir em representar os interesses de fato da plutocracia brasileira – sempre será acusado dos pecados capitais de patrimonialismo, clientelismo e populismo, exatamente o que inviabilizou que em 50 anos nunca chegasse à presidência. A Lava Jato ainda produzirá muita fricção para o condomínio. Por ora, as tendências apontam para o fortalecimento do eixo Meireles/Serra, mas tudo ainda é imprevisível.

O que é preciso acentuar é que o país não conhecerá estabilidade por esse caminho, não haverá desfecho para a presente crise. Além da votação do *impeachment* (que define o fim dessa interinidade), uma eventual permanência manteria a instabilidade e levaria essas forças a buscarem uma repactuação.

Há sinais disso. Funcionaria à base de repactuar a crise política, à revelia da sociedade, por meio do Judiciário e do Congresso, mediante a reforma política que se encarregaria de encontrar o sucedâneo para o presidencialismo de coalizão. Em vez de coalizões pluriclassistas, coalizões classistas. Em vez de voto proporcional democrático, expressão pluralista da sociedade, um espartilho justo para confinar o quadro partidário em poucas legendas polares, com cláusula de barreira. Repactuar é também dar um desfecho à Lava Jato em troca desse sistema político novinho em folha.



Se se lograr isso, no limite, Temer não será essencial. As coisas poderão evoluir, nessa hipótese, até para as eleições indiretas. Nesse caso, a solução à vista, mancomunada possivelmente com Gilmar Mendes, é cassação dos mandatos de presidente e vice, e eleição indireta de Meirelles.

Que perspectivas se colocam para as forças avançadas por um Projeto Nacional de Desenvolvimento, nessa realidade?

No curto prazo, com a vitória parcial do *impeachment* e afastamento de Dilma, se expressa a situação de defensiva tática em que foram postas as forças populares de sustentação do governo Dilma.

Mas esta é uma hora em que, ao lado do “juízo” de Dilma pelo Senado, a população estará julgando o desgoverno Temer, que não será promissor para ele. A sociedade está aquietada do lado dos que apoiaram o *impeachment*. Envergonham-se dos resultados e da fotografia, esperam “limpar a cena do crime”.

De nosso lado, alcançou-se um grande ativo político que é a resistência democrática alcançada na luta contra o golpe. A sociedade politizou-se, entrando no debate de matérias de Estado e podendo se confrontar com sua representação parlamentar. A esquerda política e social uniu-se como poucas vezes ocorreu, com a Frente Brasil Popular – das maiores entidades sociais do país –, a Frente Povo Sem Medo, partidos como PT e PCdoB, mais PDT, PSOL, PCO, entre outros.

Mais importante ainda, a resistência reuniu essas forças ao protagonismo de enormes contingentes democráticos e progressistas da sociedade civil, reaproximando estratos das camadas médias dos grandes centros urbanos que estavam apartadas do apoio ao governo Dilma. O que as uniu foi o golpe na Constituição, não necessariamente a defesa do governo.

A presidenta Dilma surge com uma nova feição, líder democrata combatendo o golpe que sofreu. Até aumentou seu apoio, segundo pesquisas, nessa condição, enquanto Temer não sai do chão.

O futuro imediato é levar até o fim o combate contra o *impeachment* no Senado. A palavra de ordem *Golpe Não* envolve a questão democrática, de amplo apelo, e é mais uma vez a esquerda a sustentá-la. O *impeachment* pode ser derrotado. Para os votos faltantes é preciso oferecer uma perspectiva política. As condições para a volta da presidenta Dilma dependem disso, uma outra *Carta aos Brasileiros* que ofereça uma proposta para dar **desfecho** à crise.

Essa luta é imediata, temos 60 dias para travá-la. Há grande exigência de resposta a: Que Fazer? Qual a saída?

A saída é uma proposta de repactuação que se contraponha à deles, alimente a luta pelos votos faltantes no Senado e pela instabilidade do governo Temer. Uma repactuação que dê credibilidade e governabilidade à volta de Dilma. Que dê uma nova perspectiva política crível.

Porque aí há um vazio político, que precisa ser preenchido, como perspectiva, para alargar a confiança de maiores setores da sociedade que é o caminho para dar um desfecho à crise, e não a arrastar até 2018. Difícil convencer que Dilma volta e muda a política econômica à esquerda – difícil e inexecutável. Mesmo a anterior governabilidade, com uma base congressual de centro e centro-direita, não mais se coloca: esses setores voltaram-se decididamente à direita.

Difícil, igualmente, disputar a narrativa que se fará forte, quem sabe dominante, de que a saída de Dilma é inevitável e até representa um alívio para o PT – quem sabe, melhor votar logo o *impeachment* – e a esquerda se reconfiguraria na oposição a Temer para retornar às urnas forte em 2018. Ilusório isso, até porque, mesmo com pactuações, difícil Lula não ser declarado inelegível.

É certo que a volta de Dilma representará uma repactuação. Qual? Primeiro, de reafirmação do projeto e de renovação de caminhos para retomá-lo. Segundo, compor outras forças de sustentação.

Para todos aqueles que não dão por consumado o golpe na votação do Senado, neste momento é alvo do debate entre as forças de esquerda e pro-



gressistas apresentar ao povo a proposta de eleições diretas já para presidente, mobilizado a partir de um plebiscito sobre a oportunidade da iniciativa. É o aviso da repactuação que possibilite ao país preservar a democracia e seguir adiante.

O PCdoB considera isso um modo de ampliar a possibilidade de derrotar o *impeachment* no Senado, reforçar ainda mais a luta do *Fora, Temer*, mobilizar mais setores sociais e dar uma perspectiva para preencher esse vazio político de propostas imediatas frente à crise. A volta de Dilma precisa se ligar a essa perspectiva para repactuar o país e dar desfecho estável para a crise, pela força da soberania do voto popular.

Hoje ainda não há consenso sobre a proposta. Como, aliás, na própria frente ampla democrática contra o golpe – demorou a vingar! Outras forças, simultaneamente a isso, consideram a proposta de eleições gerais, ou mesmo de Constituinte, exclusiva para reforma política, de difícil realização ou de controversos resultados nesta correlação de forças no país.

Há diferentes argumentos jurídicos sobre essas propostas, e há enormes pedras no caminho da aprovação do plebiscito pelo Congresso, mas as saídas vão ser encontradas na política, na negociação política, e sob intensa pressão social, para o que o plebiscito é uma alavanca poderosa.

O principal óbice levantado, de modo construtivo, mas não necessariamente correto, foi o de que essas eleições para mandato-tampão são demoradas de conquistar e difíceis de vencer; ou de que não temos candidato para vencer. Mas isso justifica o vazio político? Justifica manter Temer até 2018 ou, se a crise sobrevier a partir de 2017, ir a eleições indiretas?

A maior parte da classe trabalhadora e vastos setores do povo ainda assistem aos acontecimentos. Não estão com Temer, não acreditam na possibilidade de Dilma voltar a governar com exequibilidade. Para disputá-los, é preciso reabrir o jogo, com uma proposta de saída política para o impasse.

A esta altura, a antecipação de eleições presidenciais mobilizadas, a

partir de um plebiscito, é a única capaz de **revolver** as forças sociais e políticas em confronto, alterando a correlação amplamente desfavorável ao nosso campo no Executivo, no Judiciário e no Legislativo. A mobilização pelo plebiscito e a força do presidencialismo sob soberania do voto popular recom põem as forças necessárias para se sair da defensiva.

Esse é um debate paciente, mas que tem tempo certo para ser definido. A própria evolução da crise pode pôr em centro tático a proposta de antecipar eleições presidenciais.

A pressão social, em todas essas fases, é fundamental, fator primeiro da resistência e perspectiva. Mas não bastará à esquerda demarcar seu território, entrincheirar-se nas montanhas, aguardar 2018, ver a banda passar pela planície liderada por forças conservadoras ou oportunistas. Ao contrário, é preciso encabeçar uma real resistência e alternativa no âmbito de forças mais largas, disputar a sociedade real, em especial os largos contingentes de trabalhadores e das camadas mais numerosas da periferia das grandes cidades, tendo em vista que não estão tendo voz ativa na resistência atual.

A Frente Brasil Popular é um dos atores privilegiados desse processo. Soma-se à Frente Povo sem Medo e a numerosas articulações da sociedade civil. Mas lado a lado com as grandes lideranças e forças políticas que precisam também protagonizar esse processo.

Então, de imediato, tem-se pela frente 60 dias decisivos. O país não pode ser mantido assim, com um desgoverno que fará o “serviço sujo” para aplainar o caminho a uma eleição em 2018. Há um debate necessário, paciente e perseverante, para maturar propostas que preencham esse vazio.

No curto prazo, a saída é uma proposta de repactuação que se contraponha à deles, alimente a luta pelos votos faltantes no Senado e pela instabilidade do governo Temer. Uma repactuação que, no limite, se vitorioso o *impeachment*, mantenha perspectivas para a nossa luta. Trata-se da antecipação das eleições presidenciais, único modo hoje de revolver as forças em confronto em nosso favor, seja pela mobilização popular por um plebiscito,



seja pela força da soberania do voto popular do presidencialismo, em face dos demais poderes institucionais.

Mas, nesse quadro estratégico e tático defensivo, que perspectivas em médio prazo e com horizontes estratégicos pensamos?

O Brasil ainda não completou seu projeto nacional de desenvolvimento. Ao contrário das potências capitalistas, eleições entre nós podem nos levar ao Norte ou ao Sul, e não apenas representar políticas instrumentais conservadoras ou socialdemocratas, próprias da alternância política em democracias eleitorais de massa.

Esse é o nosso dilema: retomar as condições para o PND com características progressistas. Ele será um projeto progressista com as bandeiras da esquerda – nacionais, populares e democráticas. Em tempo mais curto do que se pode imaginar o vazio político existente no espectro da centro-esquerda vai ser preenchido. Os anseios de centro-esquerda progressista estão na sociedade, mas sem representação política partidária definida e está em disputa. A esquerda precisa disputá-la, porque só assim forjará um campo político mais largo e potente, com base na retomada do PND. Fora disso, vingarão as forças estruturadas da política, com primazia conservadora, ou as forças da negação da política, quem sabe com correntes de opinião francamente fascistas no espectro partidário. Forças intermediárias, como Marina e outros, não têm ainda papel de força estruturante para a disputa polar de projetos para o Brasil, mas entrarão na disputa.

Na perspectiva de médio prazo, vejo um período de reformulação programática para a esquerda, bem como dos caminhos para a retomada do projeto, com nova geração de propostas e nova geração de lideranças da esquerda progressista. Novas bandeiras e amplitude são fundamentais e as reformas estruturais devem ser disputadas na sociedade. E disputar uma narrativa na sociedade sobre nosso legado em 14 anos de governo. Quer dizer, uma reconfiguração da esquerda brasileira.

O PCdoB pensa num bloco de afinidade progressista, com as bandeiras

da esquerda, uma formação política com programa e estratégia definidos, com a forma de frente política para reunir as amplas forças necessárias, ampliando sua base social pelo lado da defesa dos interesses nacionais – presente em vários setores e em várias frações de partidos. Teria como núcleo a esquerda política e social e seria integrada também pelas numerosas forças e personalidades intelectuais, do mundo jurídico e da cultura nacional de matiz progressista.

Dependendo dos desdobramentos da reforma política, poderia, se necessário for, ter dimensão de Federação Eleitoral, compreendendo a autonomia das organizações que a integrariam, mas com regras definidas para escolher seus representantes eleitorais unitariamente.

Será parte importante da reconfiguração política da esquerda brasileira, de todo modo, encontrar sucedâneos para o modelo que se constituiu em torno de um partido-âncora, mas será um debate necessário. No Brasil, a unidade é a bandeira da esperança, comprovada na sua história política. Um só partido, por mais forte que seja, não dá perspectiva às grandes e complexas tarefas da construção de um projeto nacional de desenvolvimento com atributos progressistas.

Estrategicamente, o horizonte de resistência ao neoliberalismo precisa se pautar pelo enfrentamento da contraofensiva imperialista, preservar conquistas, retomar caminhos para o avanço de um projeto nacional de desenvolvimento soberano, democrático e popular. Firmar uma estratégia de desenvolvimento mais madura, contando com o papel do Estado nacional para se contrapor aos verdadeiros poderes reais do mundo contemporâneo: o imperialismo e o neoliberalismo, o poder econômico-financeiro, político, midiático, militar e diplomático das potências.

Nesta quadra de resistência ao neoliberalismo, a luta de classes se agudiza em todos os terrenos e sentidos. Uma de suas formas mais agudas e exigentes é a que opõe as grandes potências, encabeçadas pelo imperialismo norte-americano, aos anseios de nações em desenvolvimento. A forma de luta nacional integra com centralidade o combate de classes no mundo atual.



Daí o forte papel do Estado nacional sob direção progressista no contraponto a esses poderes.

O desenvolvimento soberano é a base para as conquistas democráticas e populares. Trata-se, aqui, do horizonte de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, sob o capitalismo, por suposto, sob forte papel indutor do Estado no rumo de um poder democrático popular. Um Estado Nacional forte e autônomo, com empresas nacionais estratégicas como base para abrir caminhos a objetivos maiores de todos nós, o socialismo.

Enfim, a luta será dura, complexa e de longa duração. Tem sentido estratégico e se volta contra forças poderosas, externas e internas, do neoliberalismo e do imperialismo. Concretamente, fora da luta política, como forma mais elevada da consciência social e da luta de classes, e fora de uma ampla união de forças para a retomada do PND, não há saídas.

Igualmente, sem representar o anseio da grande maioria da classe trabalhadora e do povo, não haverá necessidade de uma esquerda classista e antagonista. Isso é o que queremos nós, comunistas, programaticamente.

Veja anexo,
O que o povo brasileiro perde com este governo golpista,
a partir da página 219.

Donald Trump, o “exit” dos EUA

Artigo publicado em 9 de novembro de 2016

A propósito da situação brasileira, me valho de uma citação de J. M. Thompson na obra *Napoleón Bonaparte*, abrindo o capítulo da campanha na Espanha do genial estrategista, por onde começaria a derrocada consumada em Waterloo:

“Suponha um amontoado de fatos, alguns promovendo a sobrevivência, outros a destruição; suponha ainda que eles se sobrepõem no tempo, de modo que o espectador no litoral da história não consegue saber ao certo se a maré ainda está virando: mesmo assim, se ele for suficientemente observador, notará uma onda que se eleva sobre todas as outras, e uma que assinala o primeiro malogro em alcançar aquele nível”.

A citação tinha o propósito de realçar as dificuldades analíticas da incerteza e imprevisibilidade dos acontecimentos, quanto à (in)determinação, ao papel do acaso ou do que é contingente.

Ela volta a calhar com a eleição de Trump para presidente dos EUA, muito possivelmente um fato de grande magnitude política.

A vitória se inscreve na crise e na instabilidade que marcam indelevelmente este início do século 21, próprias de uma fase de transição histórica, que condena a velha ordem sem que uma nova ordem fulgure, pois ainda impotente.

Em apenas dezesseis anos desde 2001, são pródigos os fatos. A emergência do terrorismo mundial que derrubou as Torres Gêmeas em 2001; a



resposta terrorista de Estado promovida pelos EUA; a Pax Americana pretendida; a alteração do equilíbrio internacional de forças em direção à multipolaridade; a segunda maior crise histórica mundial do capitalismo; a vitória do Brexit; e, sob o mesmo signo, a vitória de hoje de Trump nos EUA.

A tônica da maior parte da ideologia dominante acerca das eleições dos EUA, dentro e fora do país, foi pensar a partir dos próprios desejos – inclusive na mídia nativa brasileira, a vitória de Hillary era uma “necessidade histórica”.

Mas o resultado foi outro. Com Trump, por vontade da maioria dos eleitores, o sonho dos colonos fundadores e o ideário do destino-manifesto do povo norte-americano serão perseguidos de outro modo, não menos agressivo e arrogante – “olhar para dentro”, apesar da tradição republicana de livre comércio; promover o protecionismo que ameaça todo o edifício da globalização neoliberal; substituir o politicamente correto pelo discurso explícito da intolerância, capitaneando o ressentimento com a globalização.

Trump quer mais muros: contra os imigrantes, entre os países do Nafta (México e Canadá), contra o TTP (Tratado Transpacífico), afetando a ordem pretendida com a China e a Ásia em geral, sem falar dos países da América Latina às margens do Pacífico. Voltando-se “para dentro”, a sua proposta altera toda a arquitetura da atual ordem mundial.

A vitória atesta como reagem os trabalhadores à crise capitalista mundial, mobilizando o ressentimento com o discurso dominante que não melhora a condição de vida de vastas maiorias sociais (antes pelo contrário). O próprio Fernando Henrique Cardoso se pergunta (como deve estar ocorrendo com todos os pregoeiros da atual ordem, a globalização neoliberal) “como responder ao tempo de desemprego e de outorgar nova legitimidade ao pacto social de pós-guerra” que manteve uma ordem mundial estável? “Como responder aos novos tempos de desemprego e baixo crescimento e evitar a onda direitista e reacionária”? O Brexit na Grã-Bretanha já fora um sinal disso.

As reações à vitória de Trump, na França e na própria União Europeia (pela voz da ministra de relações exteriores), foram frias e nem citaram o nome do eleito. Hollande afirmou que a votação abre “um período de incerteza” nas relações internacionais. Em declaração austera e dura, disse felicitar o americano, “como é usual”, mas advertiu para as “incertezas provocadas pela desordem no mundo”.

De sua parte, entretanto, Putin parabenizou vivamente Trump e espera mudanças nas relações EUA-Rússia. Aliás, expressou sua preferência abertamente já durante a campanha. Afirmou que agora chega realmente ao fim o período da guerra fria. Já a China, alvo central da estratégia norte-americana em médio prazo, terá que examinar atentamente a evolução dos fatos, provocada pelo TTP, podendo acentuar a aproximação com a Rússia e a própria Europa.

No caso do Brasil, o governo torceu abertamente por Hillary – é a que estava mais em conjunção com a agenda ultraliberal em curso no país, atrelando a nação à locomotiva da globalização capitaneada pelos EUA.

Recolhe-se, nas eleições norte-americanas, o resultado de toda a poderosa ofensiva contra a política e os partidos, por meio da espetacularização e da “despolitização” da política enquanto forma mais elevada da consciência social para mediar o governo da sociedade e os interesses conflitantes.

Aliás, especificamente, o magnata Trump assentou toda a força de sua trajetória política no império midiático, e encarnou diretamente o discurso direto à massa da população quase sem mediações de seu partido republicano (cujos grandes próceres, aliás, o abandonaram).

Foi derrotada, com a vitória de Trump, a glamourizada “ilustração” liberal – o sentido identitário que fragmenta o povo em múltiplos interesses sem pressupor uma nova ordem social, sob a ideologia do multiculturalismo, do politicamente correto e do cosmopolitismo. Em especial, retorna ao palco principal o papel dos Estados nacionais para atender a anseios e aspirações



não cumpridos pela ordem da globalização neoliberal.

No panorama de conjunto, a pergunta mais ingente é: Terá chegado ao fim a Pax Americana? Muitos estão propensos a responder que sim, pode ser. O tempo dirá.

Enfim, são muitas as perguntas e poucas as certezas. Como responder ao que seria melhor no resultado da eleição norte-americana sem indagar: melhor para que e para quem? Tudo precisa ser respondido num quadro de referências analíticas que não são convergentes, mas contraditórias.

Em tais referências, para a luta pelo socialismo há que se considerar que há viragens históricas disruptivas e esta é uma fase pela qual passa o mundo.

O neoliberalismo desmancha no ar tudo o que foi solidificado pelas conquistas civilizatórias progressistas acumuladas nos 75 anos após o término da Segunda Guerra Mundial, favorecidas pela derrota do nazi-fascismo e pela disputa com o campo socialista então vigente. Ao mesmo tempo, está em curso uma poderosa crise mundial capitalista que não encontra saídas progressistas por ora e, por isso mesmo, promove grandes retrocessos aos trabalhadores e povos. O poderoso desenvolvimento de forças produtivas sob a 4ª Revolução Industrial emergente, em meio a tal estado de coisas, ao invés de favorecer os trabalhadores, promete nova geração de desmonte da materialidade e cultura do mundo do trabalho.

O neoliberalismo promove o esvaziamento da norma democrática face aos verdadeiros poderes da sociedade – o capital, as finanças, as comunicações monopolizadas, os poderes políticos, diplomáticos e militares imperialistas. Disso emergiram a pregação do choque de civilizações e a mobilização do sentimento mais bruto do ódio e intolerância ao “outro”. A crise humanitária da imigração é uma das faces mais horrendas da barbárie neoliberal e ilustrará os livros de História quando se apontar para a “globalização” triunfante.

Uma vasta agenda regressiva é o que o neoliberalismo propicia ao mundo. Agudizam-se a luta de classes contra os trabalhadores, e a agressividade imperialista contra o anseio das nações dependentes e a luta dos povos pelo desenvolvimento, trabalho, direitos e liberdade.

A eleição de Trump é fruto dessas circunstâncias. Mas a História profunda deve considerar, em essência, a natureza intrínseca da civilização do Capital e do imperialismo. A pretensão hegemônica e agressiva do imperialismo norte-americano pelo domínio mundial prosseguirá e permanecerá como o verdadeiro combate para o povo norte-americano e os povos do mundo todo, se se quer salvar e avançar nas conquistas civilizacionais.



Instabilidade política e institucional, imprevisibilidade nos fatos

Artigo publicado em 27 de outubro de 2016.

Amaré virou, como diz o ditado popular, e não foi de agora. No Brasil isso vem ocorrendo com relativa rapidez histórica, repondo os termos da encruzilhada histórica do país: rumar a um projeto afirmativo de seus interesses nacionais e populares, fortalecendo a democracia, ou a um projeto dependente, antinacional e antipopular.

Consumado o assalto ao poder neste terrível ano de 2016, está em curso a imposição de nova ordem no país em todos os aspectos da vida nacional.

Mas a crise política segue sendo a mãe soberana de todos os acontecimentos recentes. Ela prossegue, marcando com instabilidade e imprevisibilidade o panorama. Não será esconjurada antes de 2018.

O ambiente político e institucional está cheio de material comburento, e qualquer fio desencapado provocará grande estrago. Estão sob ameaça o Estado de Direito Democrático e a própria retomada do crescimento econômico.

A economia foi posta sob uma ordem totalmente convergente, relativamente blindada da política. O foco é radicalmente macroeconômico, tendo por âncora a questão fiscal. Gera-se uma agenda que polariza o país, malgrado a larga hegemonia do consenso das forças dominantes. São as chamadas medidas amargas para “devolver confiança” ao mercado. O programa de austeridade é violento e, se aprovado, marcaria a vida de todas as gerações atuais e futuras pelas próximas décadas.

A violência da PEC 241 congela por 20 anos o investimento social. Nessa ótica, a reforma previdenciária será indispensável: pretende-se impor

idade mínima para a aposentadoria e desvincular a seguridade social do aumento do salário-mínimo.

Já está em curso a flexibilização das leis trabalhistas. As privatizações e desnacionalizações estão programadas. A soberania nacional e o pré-sal estão em risco quanto ao conteúdo nacional e ao regime de partilha. O Brasil “está barato” e os credores estrangeiros se dão ao luxo de impor condições, como é o caso recente da exigência de cláusula de proteção cambial nas concessões.

Mas o investimento não foi retomado e a arrecadação segue em queda. A “confiança” está bloqueada pela crise política. Segundo o IBRE-FGV, a perspectiva para 2016 passou de recuo de 3,2% para retração de 3,4% no PIB, ao tempo em que as projeções para retomada em 2017 também estão em queda.

Imprevisível afirmar que, fixada como variável absoluta a questão fiscal para reduzir a dívida pública, sem que aumentem os impostos, tal agenda resultará na retomada do crescimento econômico sustentável.

A situação da economia internacional também não favorece – os efeitos da crise capitalista e as respostas produzidas pelas grandes potências em defesa de seus interesses prolongam a agonia e reduzem a margem de manobra nacional.

No sistema político e institucional, Executivo, Legislativo e Judiciário estão enredados da crise. É uma barafunda que se retroalimenta.

No Executivo, em condições normais não se reúne legitimidade e autoridade sem o voto popular. Nas condições extremas de Temer, menos ainda; provavelmente jamais as reunirá. Talhado para ser o governo do “serviço sujo” e levar as forças que assaltaram o poder à vitória em 2018, as contradições e disputas desse bloco acumulam-se.

Mal sucedidas as medidas econômicas em curso, sem que promovam sensíveis mudanças na situação social do povo, a agenda em curso estará condenada a disputar as eleições de 2018.



No Judiciário, a situação é grave, devido ao protagonismo da toga. Politizou-se a Justiça, judicializou-se a política. A situação é propícia à noção de cariz místico e fascizante de “passar o país a limpo” em detrimento de a política promover a “redenção”.

A Lava Jato é, ela própria, um fio desencapado. O chamado “direito excepcional” pregado por Moro e os seus, apoiado em elementos da alta burocracia do Estado, avançou sem freios, mas não sem contradições. A Operação paralisa ainda mais a economia e ameaça todo o edifício do sistema político. Alegar direito excepcional frente a situações excepcionais faz desmorrar o próprio ideário da Justiça, ameaça todo o sistema político e o próprio Estado de Direito Democrático.

No Supremo Tribunal Federal (STF), são manifestas e diuturnas as divergências políticas. Choques com a Lava Jato são explícitos por parte de ministros. Ações e reações se sucedem, em meio também a omissões da própria instituição. No caso da invasão do Senado, sem autorização do STF e sem comunicar o presidente do Congresso, a presidente do STF praticou o escapismo político ao proteger corporativamente os juizes sem qualquer consideração de mérito sobre o grave acontecimento. Enquanto isso, outro ministro determinou suspensão da Operação e determinou que o processo fosse enviado para o STF.

O Congresso reage, corretamente, ao desequilíbrio de poderes provocado pela sanha judiciária. Afinal, o Legislativo é consagrado pelo voto popular com atribuições bem demarcadas e autônomas enquanto Poder. Como não há mal isolado, o rechaço do presidente do Senado alcançou frontalmente também o Executivo, na figura do ministro da Justiça.

Pairando sobre tudo e todos, as delações premiadas que se seguirão acentuam a imprevisibilidade dos acontecimentos. Depois da mudança de qualidade do processo, com a delação de Sérgio Machado seguida pela de Delcídio do Amaral, os entendimentos do grupo Odebrecht com o Judiciário já promovem mais instabilidade e imprevisibilidade.

As perguntas se multiplicam. Temer manterá seu mandato tampão? Seu ministério será abalado em que medida pelos conflitos políticos e institucionais? O país marchará para eleições indiretas para presidente no Congresso? A Lava Jato alcançará os líderes do PMDB no Executivo e no Senado? Se houver eleições indiretas para presidente no Congresso, mudam por acaso as condições de “pacificação” da nação, como apregoado? O STF fará valer as garantias ao devido processo penal, ao *habeas corpus*, às garantias individuais? O Congresso votará sempre e alegremente contra os interesses populares vitais? Vai se manter sob a batuta da agenda do Executivo? Vai ser preservado um mínimo de institucionalidade nos seus trabalhos, sob o manto das relações políticas e institucionais entre suas diversas facções, inclusive a oposição?

São muitos os fatores de imprevisibilidade. Menos num aspecto nevrálgico: a nova ordem nascente com o assalto ao poder põe a democracia em crescentes riscos. No enfrentamento da situação, ao lado da luta social contra a agenda regressiva, torna-se também decisivo salvaguardar o Estado de Direito Democrático. O mais grave retrocesso a enfrentar é a marcha insensata do Estado de exceção.

As forças democráticas, progressistas e da esquerda precisam ampliar seu apoio social e, além da clareza política e da mobilização social, precisam travar o combate simultaneamente no terreno da legítima ação política e das instituições.

Não se trata de ser apenas presença testemunhal no litoral da história, não se deve temer unir amplas forças para uma missão comum – defesa da Democracia. Nessa grande luta, não bastam apenas as forças da esquerda política e social.

É preciso alcançar uma interlocução ampliada no Congresso, malgrado o conservadorismo acachapante. Neutralizar forças nesse terreno, e explorar as contradições existentes, disputar segmentos e bancadas, anda lado a lado com entendimentos tópicos que salvaguadem o terreno da política e das instituições como esfera de ação irrecusável.



Para tal empreendimento, é bom debater as palavras de André Singer em seu recente artigo *Por uma frente ampla, democrática e republicana*: “a batalha será árdua e exigirá alto grau de abertura, no sentido de constituir frente ampla [e] vai desafiar a capacidade política da esquerda [...]. O sectarismo precisa ser considerado pecado mortal. A frente ampla tem de [...]. reunir todos aqueles que são a favor da democracia”.

A frente imediata em torno da questão democrática é condição para seguir buscando, no seio da resistência, e em condições menos ásperas, a perspectiva de entendimentos progressivos para constituir uma organização frentista com escopo estratégico em torno de questões programáticas básicas, de caracteres nacionais e populares, de afinidade entre as forças progressistas e a esquerda política e social – dando-lhe até mesmo, se possível e necessário, dimensão eleitoral.

Eleições 2016 – Conservadorismo derrota as forças do campo popular em meio à maior fragmentação do sistema partidário e recusa à política

Artigo publicado em 3 de outubro de 2016

As eleições 2016 tiveram alguns fenômenos marcantes, sobre os quais se debruçarão as forças políticas. Restando ainda 55 cidades em que será realizado o 2º turno eleitoral, os resultados políticos atestam desde já o reflexo da onda golpista no país, com clara inclinação conservadora nos resultados até agora. Ao mesmo tempo, de certo modo, eles revelam a polarização que marca a sociedade, seja pela resistência ao golpe – cujas forças não são pequenas, embora tenham se dividido –, seja pelo lado da crise de representação, com a fragmentação do sistema partidário e recusa à política.

Houve maior pulverização de legendas que alcançam posições em governos municipais. Ela se expressa no aumento para 31 partidos que alcançam prefeituras, tendo sido 26 em 2012. Mas nas cidades que ainda completarão a segunda volta, fica mais expressiva a fragmentação – serão 8 candidatos do PSDB, 6 do PMDB, 3 cada do PSB e PSD, 2 cada PSOL, PR, PDT e PMN, 1 cada PCdoB, PHS, SD, PRB, PPS, PT, REDE, PTB e PP.

Do mesmo modo, foram recordes as abstenções, mais votos brancos e nulos, expressando o sentimento antipolítico, mesmo com as campanhas politizadas em grau elevado, envolvendo a noção de campos políticos em



disputa. Ficam à altura de 25-35% ou mais em grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Na capital de São Paulo, ultrapassaram os votos do prefeito eleito, do PSDB.

Em termos políticos, o fenômeno mais marcante foi a queda de votação e conquistas de governo por parte do PT. Evidenciou-se com clareza o efeito antipetismo bruto, alimentado diuturnamente na ofensiva do consórcio político, empresarial, midiático e judicial contra a esquerda, Lula e Dilma. Além disso, forças combatentes do golpe se dividiram. Mesmo assim, importa registrar a alta resiliência da polarização PSDB X PT em São Paulo, dado que Haddad ficou em segundo lugar, embora com a menor votação histórica do PT na cidade. O recado do eleitor foi claro: voto útil em Dória para isolar o PT, deslocando os votos de Russomanno e Marta que, todos juntos, investiram na invisibilidade e isolamento do prefeito Haddad.

O PSDB foi o vitorioso político entre os partidos, dada a vitória em São Paulo capital e os resultados do governador Alckmin no estado, o que faz parte da ofensiva pela candidatura presidencial do governador em 2018. Também porque levou duas capitais já no primeiro turno e comparecerá em outras oito no segundo turno. Essa vitória acentua as contradições entre as forças que assaltaram o governo central, não só entre Aécio, Alckmin e Serra, como, principalmente, com o PMDB. Temer não comandou o golpe para se desvencilhar do PT e cair no colo do PSDB, à guisa de fazer o “serviço sujo”, como afirmou FHC, para aplinar o caminho de uma pretensa vitória presidencial tucana em 2018. Essa briga promete.

Nas capitais, afora o mau resultado do PT, que só venceu em Rio Branco e vai ao 2º turno em Recife, no primeiro turno avançaram a votação o PSD, PR e PRB; recuaram PSB e PSOL; mantiveram-se estáveis o PMDB, PDT e PCdoB. Mas para quase todos, politicamente tudo dependerá do resultado do 2º turno. O PCdoB em Aracaju, o PSOL em Belém e Rio de Janeiro, o PRB no Rio de Janeiro.

Dos prefeitos eleitos em todo o país, embora o dado aguarde resulta-

dos das 55 cidades com segundo turno, também o mais marcante foi a queda do PT em todo o país – de 630 governos municipais, caiu para 256, seguida em outra proporção pelo recuo de prefeitos eleitos do PMDB, PSB, PTB e DEM, PPS e PV. Avançaram, além do PSDB, o PSD, PCdoB e PRB, PHS. Manteram-se estáveis PP, PDT, PR e PSOL (que só elegeu 2 prefeitos). Por último, debutaram as legendas REDE, PROS, SD, PSL, PMN, PTN, PRP, PTdoB, PTV, PRTB, PPL, PMB e PEN.

O PCdoB aumenta o número de prefeitos e vereadores, e vai ao 2º turno em Aracaju e Contagem.

O PCdoB alcança resultados importantes, embora modestos nesse contexto político. Lançou 320 candidatos a prefeito em todo o país, e elegeu 80, com importante eficiência de 25% eleitos. Alcançou 1,77 milhão de votos, mais os votos que computará no 2º turno em Aracaju (SE) e Contagem (MG). Haviam sido 56 eleitos em 2012, cresceu, portanto, 57% já no 1º turno em número de governos alcançados, que somam uma população de 2,12 milhões de habitantes. Acrescidos da pretendida vitória em Aracaju e Contagem, ultrapassará esses marcos em comparação com 2012.

Dos objetivos políticos traçados no projeto, priorizando as grandes cidades do país, confirma-se o êxito provisório em Aracaju com 38,76% dos votos, primeiro lugar. Nas demais capitais, as(os) candidatas(os) fizeram 14,55% em Salvador, 4,36% em Florianópolis, 3,34% no Rio, 0,76% em Belém – sempre em votos válidos. Nas capitais manteve a votação estável (0,41% dos votos contra 0,46% em 2012). Os candidatos a prefeito apoiados pelo PCdoB venceram já no 1º turno em 4 capitais – Teresina, Boa Vista, Rio Branco, João Pessoa. Vão ao 2º turno em outras 7 – Curitiba, Recife, Fortaleza, Vitória, Macaíó, São Luis e Macapá, afora a já mencionada Aracaju. Nas demais 13 não houve vitórias com aliados.

Marca negativa destacada foi não ter alcançado comparecer ao 2º turno em Olinda, com 16,57% dos votos, e no Rio, e perder vereador em São Paulo e Porto Alegre, além de não eleger no Rio, 3 importantes polos das forças po-



pulares. Mas cumpriram-se outros importantes objetivos: ir ao 2º turno também em Contagem (em primeiro lugar com 27,87% dos votos), ser o maior partido no Maranhão, onde o PCdoB elegeu 46 prefeitos, manter trajetória de crescimento do número de prefeitos eleitos em 57%, fazer 15% dos votos em Salvador. Especialmente, elegemos o prefeito em Nossa Senhora do Socorro (SE), além de Juazeiro (BA), Contagem (MG), Baixo Guandu (ES), já governadas pelo PCdoB, entre as cidades maiores. E entre as demais 304 cidades com mais de 100 mil habitantes, de Paço do Lumiar e Açailândia (MA)...

Nas eleições proporcionais, foram eleitos mil vereadores em todo o país, superando as marcas de 2012 (948 eleitos). Foram eleitos 20 vereadores em 15 capitais (menos que os 22 em 17 capitais em 2012). Elegem-se no Acre, Amazonas, Sergipe (2), Bahia (2), Ceará, Goiás, Maranhão (3), Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Roraima (2), Pará (2). Perdemos vereadores nas capitais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, ao tempo em que recuperamos em Piauí e Paraíba; e não conquistamos nas capitais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Há um predomínio absoluto dos eleitos na Região Nordeste, em primeiro lugar Maranhão, seguido da Bahia – respectivamente 212 e 208. Juntos, a região totaliza 696, quase 70%. Seguem-se a esses estados os bons resultados de Minas Gerais e Ceará, nesse quesito. Há nítido declínio em São Paulo e Rio de Janeiro no número global de vereadores eleitos, em comparação com os que integravam a legenda no início de 2016.

Nas cidades com mais de 200 mil eleitores, 92 no total, foram eleitos 32 vereadores em 9 estados. Entre as demais 212 cidades do país com mais de 100 mil habitantes, aguarda-se a compilação de mais dados, inclusive para comparação com os resultados de 2012.

Esses dados motivarão importantes análises políticas. A Comissão Política Nacional se reúne nesta próxima sexta-feira para debruçar-se sobre o tema, com mais informações e análises dos estados e exame pelo conjunto dos dirigentes nacionais. Na ocasião se debaterá um alinhamento nacional coerente das posições a ser adotadas no próximo turno onde nossos candida-

tos não se fazem presentes. Será preciso contextualizá-los no ambiente político nacional de predomínio conservador, mesmo no contexto latino-americano – com a incrível recusa ao Acordo de Paz entre governo e FARC. Tudo isso ensejará elementos para formulação de nova tática das forças de esquerda e progressistas, para resistir e abrir perspectivas novas para o Brasil e o povo brasileiro.



2016

20 SET

Em protesto contra Temer, países da América Latina abandonam plenário da ONU.

7 SET

Protestos e manifestações de rua contra Temer em todo o país.

31 AGO

Senado vota favoravelmente ao *impeachment* de Dilma e a presidente é cassada.

31 AGO

Grande ato pela democracia realizado em frente ao Senado Federal.

30 AGO

Manifestantes contra o *impeachment* e o governo interino de Michel Temer atearam fogo em pneus e bloquearam o trânsito nas Marginais do Tietê e do Pinheiros.

29 AGO

Acampamento Nacional em Brasília contra o *impeachment*.

9 AGO

Jornada Nacional pelo Fora, Temer com marchas em todas as capitais.

7 AGO

Odebrecht afirma que José Serra recebeu R\$ 23 milhões via caixa dois.

5 AGO

Manifestação nacional pelo Fora, Temer e denúncia do golpe na Abertura dos Jogos Olímpicos.

30 JUL

Atos esvaziados pró-*impeachment*.

6 de setembro de 2016

Reflexões pós-golpe de Estado

Artigo publicado em 6 de setembro de 2016.

Foi publicado também pelo Partido da Refundação Comunista, na Itália, e solicitado por Die Link, na Alemanha

Dois fatos auspiciosos na novíssima conjuntura. Um foi a manifestação de domingo passado, na avenida Paulista, a segunda maior realizada desde o início da luta contra o golpe. Multidão de juventude trabalhadora e estudantil, muitos da periferia, trabalhadores sindicalistas e segmentos médios progressistas, média idade. Nela se impôs decididamente o Diretas Já, para dar consequência política à luta pelo Fora, Temer e sua agenda regressiva. Ecoavam a resultante da polêmica, que dividiu parte da esquerda, sobre o Plebiscito proposto há algum tempo por numerosas forças, incluindo Dilma Rousseff.

Outro o precedeu: seis centrais sindicais articulam unidade de ação para a luta contra a reforma da previdência e da legislação trabalhista. Se houver em-



penho para uma “agenda de fábricas” e não apenas uma agenda das ruas em manifestações, num trabalho pedagógico de ouvir e debater com os trabalhadores, uma possível greve geral se insere entre as bandeiras de luta.

Isso mostra mais uma vez o que, na teoria e na práxis política, é uma verdade comprovada: nada evolui em linha reta e num plano, senão por movimentos contraditórios. Sempre há recuos e avanços, idas e vindas, fluxos e refluxos. Não há vitórias irreversíveis, nem derrotas definitivas. Não há ação sem reação.

Há quem diga que essa é uma forte marca política do Brasil: evolui-se por ciclos que se esgotam com rapidez histórica e nos levam, há décadas, à velha encruzilhada do país. Estamos novamente perante uma encruzilhada radicalizada de agendas para o país.

A derrota que sofreremos certamente é estratégica. Sem dúvida, encerra-se o ciclo aberto em 2002. Nosso projeto vitorioso em quatro eleições presidenciais consecutivas entrou em crise, porque, apesar das conquistas, se manifestaram limites estratégicos e diversos erros de condução política. Na correlação de forças estabelecida perdemos apoio social e político para sustentar e levar adiante o projeto nacional. A resistência democrática e progressista é certamente um ativo político que alcançamos, mas a esquerda mais uma vez atuou sem unidade tática. Examinar tudo isso criticamente é, certamente, uma das missões para uma nova tática consentânea com a situação instalada.

As classes conservadoras dominantes pretendem que tenha se esgotado também o ciclo da Constituição democrática de 1988, a Nova República, que querem enterrar. A agenda deles de fato não “cabe” nessa Constituição e, até por isso, ela permanece como baliza para a tática de combate ao golpismo e ao retrocesso. É uma agenda que não foi aprovada pelas urnas, feita de retrocessos, antinacional e antipopular – desestatização, desnacionalização, desproteção social, com uma saída para a crise econômica pela destruição de forças produtivas, essencialmente do trabalho e empregos. O papel do Estado nacional na promoção do desenvolvimento está condenado por eles, com

mudanças constitucionais que engessam seu papel pelos próximos 20 anos! A tal agenda está fora até dos padrões de resposta à crise mundial capitalista, uma austeridade que aprofunda a crise. Preserva os ganhos rentistas das forças internas e externas dominantes, e alinha o país na contraonda destinada a contrastar com a tendência à multipolarização nas relações internacionais.

O pior: foi alcançada com um golpe na democracia, um golpe de Estado de novo tipo. Uma cicatriz profunda que permanecerá na vida política nacional. Mais uma vez a democracia é atingida pelas classes dominantes, cruéis e sagazes, mobilizando o aparato político, empresarial, judicial e midiático e logrando apoio de massa numa classe média intolerante e radicalizada.

O governo Temer assenta sua força no estamento político, mas não na sociedade. É essencialmente contraditório e seu rumo está em disputa política. Disputa de forças no próprio PMDB – veja-se a atitude de Renan Calheiros –, disputa com a velha oposição tucana e asseclas, disputas para 2018. Não está claro para onde evoluirá. Se tomar as medidas econômico-sociais amargas propostas e não retomar o desenvolvimento, compromete o programa para a disputa de 2018. Se resultar em retomada da economia, Temer poderia almejar 2018, ou Meirelles – não haveria por que deixar a vaga aos tucanos. Pode mesmo, em terceira variante, não terminar o mandato, devido à Lava Jato e aos conflitos internos. É muito crível que evolua em meio a concessões sucessivas na agenda proposta e se perder de crise em crise. Seria um governo Sarney revisitado, do velho PMDBão, jogando prá cá e prá lá, tutelado e chantageado, mas manobrando sempre, para reunir apoio congressional e garantir sua base, o que o colocará sempre mais na contramão da sociedade, e chantageando, por sua vez, o consórcio político, empresarial, judicial e midiático do qual emanou seu mandato espúrio.

Aliás, sempre disse: achar que o PMDB representará o interesse do mercado e da plutocracia é ingenuidade ou desatino histórico, frente à operação de desmonte que lhe moveu nestes 30 anos pós-ditadura – quanto a ser essencialmente clientelista, fisiológico, patrimonialista, nacionalista atrasado



–, a velha e má sociologia uspiana (relativa à produção acadêmica majoritária na USP) em ação. Duvido que eles próprios se enganem. E, convenhamos: Michel Temer não tem estatura para dar fim à crise política.

Numa visão de conjunto, atuamos num quadro de crise capitalista poderosa – que não encontra saídas progressistas –, com conseqüente contraofensiva capitalista-imperialista de clara feição, sobretudo na América Latina. Portanto, numa defensiva estratégica. Com a derrubada golpista do mandato de Dilma, consolida-se que fomos postos também em defensiva tática.

Atuar em resistência, preservar conquistas e forças, combater retrocessos é uma essência de tática defensiva. Unir forças e explorar contradições estão no centro dessa tática. Nesta hora, uma nova tática se impõe. Seu foco é claro: contra a agenda ultraliberal; Fora, Temer; Diretas Já e pela reforma política; e, eventualmente, a Greve Geral contra a agenda antipopular da Previdência e das relações de trabalho – são suas palavras de ordem.

Apesar de haver uma clara tendência predominante rumo a um novo ciclo conservador, mais ou menos prolongado, o país permanece em disputa até 2018. Para a esquerda política e social, coloca-se a questão de como disputar as forças progressistas e democráticas, uni-las e mobilizá-las, para não se isolar, não se autobastar enquanto esquerda, não sucumbir ao esquerdismo voluntarioso e, sempre, preservando as relações políticas e institucionais como palco de combate.

Para além da resistência, uma tática tem que oferecer perspectivas políticas à luta do povo brasileiro, na forma de palavras de ordem e mobilização que não se restrinjam apenas às eleições de 2018.

Junto a isso, será necessário o corajoso exame crítico e autocrítico da experiência dos últimos 14 anos, e mesmo de antes, que vai ocupar boa parte dos esforços da esquerda e forças progressistas. Mais importante ainda que os erros, é aprender com eles. Compreender, como eixo vertebral, por que se fizeram ausentes um projeto nacional e uma estratégia nacional maduros,

teórica e praticamente, o que nos relegou à ausência de autêntica agenda de Estado na experiência destes 14 anos, em consonância com as tarefas de abrir caminho à afirmação nacional e fortalecer a democracia, ausência que resultou num republicanismo liberal. E, ainda, os limites revelados pelo hegemonismo como prática política, próprio de um projeto de poder partidista, que limitou o alcance das frentes e alianças necessárias para sustentar o projeto nacional soberano, democrático, popular e de integração regional sul-americana, sob direção autenticamente frentista.

Nesse debate, se apresentará a questão de como proceder para a reconfiguração da esquerda progressista brasileira, à base de nova abordagem programática para a retomada do projeto nacional, popular e democrático nas atuais condições, e também organizativa, no sentido de uma formação aliancista de ampla união de forças, de caráter tático e estratégico se possível. A noção de um partido-âncora para a esquerda não basta, embora o PT forte e clarividente seja indispensável. O país reclama uma tal formação política, feita de diversidade e pluralidade, mas com identidade programática e cultural, assim como teve enorme apelo, em seu tempo, nos anos 1935, a Aliança Nacional Libertadora.

Só assim se pode integrar as forças da esquerda política e social, com forças e personalidades progressistas do mundo cultural e intelectual, a força da juventude e das mulheres e, ainda, representar um apelo aos participantes de todas as manifestações que se realizam de forma horizontal, sem as marcas da estrutura institucionalizada dos movimentos sociais e demais partidos políticos, as quais estão em ascenso. Enfim, uma formação política capaz de disputar a sociedade, o senso comum da maioria da população, política e culturalmente, tornando os anseios reais da massa trabalhadora em projeto político capaz de empolgá-la numa nova jornada de avanço da luta democrática e progressista.

Existe, nessa direção, a proposição da formação de um bloco de afinidade progressista com as bandeiras da esquerda capaz de reunir progra-



maticamente tais forças, nucleada pela esquerda política e social, e dar-lhe até eventual dimensão eleitoral se necessário, como alternativa na reforma política que trará retrocessos democráticos ao sistema político-partidário.

A esquerda brasileira sempre foi muito inventiva, e os desafios que se apresentam nessa direção podem ser realmente enfrentados. Aprende-se, nesse sentido, a lição de que as situações que persistem de governos de esquerda no mundo baseiam-se nessa estratégia frentista, como no caso do Uruguai, com o Frente Amplio, e da África do Sul, com o Congresso Nacional Africano, sem mencionar outras do passado recente, como a Frente Sandinista ou a Frente Farabundo Martí, e do presente, como no Nepal e, em outras circunstâncias, na Índia.

O PCdoB atuou com coerência, coragem e determinação na luta contra o golpe. Acumulou prestígio e autoridade para a resistência. Mas quer mais que tudo seguir afirmando sua identidade política e dar perspectiva à luta dos brasileiros. Sem dúvida, isso invocará mais ainda o conteúdo estratégico-programático, próprio do PCdoB, centrado no Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento com as características já apontadas. Com base nele é que se ampliam forças para a resistência e alternativa política progressista ao país. Uma tática e estratégia política que propõe considerar, inclusive, a apresentação de nomes de lideranças comunistas para a renovação da esquerda e para a disputa presidencial de 2018, como instrumento para esses dois propósitos, emulando as esperanças de nível mais maduro e unitário de luta por democracia, afirmação nacional e avanços sociais.

A agenda golpista e a encruzilhada do país

Artigo publicado em 12 de agosto de 2016

Estão em curso duas grandes batalhas, ambas muito desafiadoras e difíceis para a jornada democrática e progressista no Brasil.

Uma é aquela relativa ao julgamento de Dilma Rousseff no Senado, em duas semanas. Por mais que se o considere invencível, a denúncia de uma ruptura institucional golpista é importante como marco de resistência das forças democráticas para o que vem a seguir – pelo que se deve manter a mobilização até o último *round*.

A outra batalha já foi iniciada e se prolongará. É a que opõe dois projetos antípodas, duas agendas políticas, sociais, econômicas e de inserção internacional do Brasil. O golpe abre curso para uma restauração conservadora aguda nessa agenda e o país está polarizado.

De um lado, esgotou-se um ciclo na vida do país, especificamente o pacto da *Carta aos Brasileiros* que levou Lula à presidência em 2003. O campo político vitorioso em quatro eleições presidenciais consecutivas cumpriu com êxito uma vigorosa etapa de transformações, às quais não se alcançou dar outra qualidade, com reformas estruturais.

O advento da crise capitalista mundial, em sua presente etapa atingindo em cheio os países em desenvolvimento, estancou as condições de o país fazer a inteira defesa de seu interesse nacional e perseverar nas conquistas sociais. O Brasil conhece uma das maiores regressões econômicas e sociais da sua história: decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 9-10% em dois anos de crise, grave impacto no desemprego, na renda média do trabalho e na vida do povo.



Aos êxitos se somaram também muitos erros de condução. Combinados aos efeitos sociais da crise econômica, estreitou-se notavelmente a base de sustentação política e social ao governo Dilma, o que permitiu constituir-se que fosse submetido a um cerco político. Nessas condições, possibilitou-se o golpe sem que a maioria da sociedade se insurgisse. De um lado, sem compreender essa dinâmica e esses erros, a esquerda brasileira tardará a se reconfigurar e retomar protagonismo no rumo do projeto nacional, democrático e popular.

De outro lado, as elites se puseram em ofensiva para reinstaurar um ciclo francamente conservador. O consórcio político-empresarial-midiático e jurídico construiu persistentemente essa estratégia nos anos do governo Dilma, manipulando alterações de sentido conservador ocorridas na sociedade brasileira. As forças políticas centristas se inclinaram decidida e vastamente nessa direção, pondo-se sob o manto de uma agenda antinacional e antipopular, em bases democráticas fraudadas. Atuam hoje com o fervor dos convertidos com a agenda ultraliberal.

Não se entenderá tal ofensiva sem relacioná-la à restauração conservadora galopante no mundo. À carência de saídas progressistas, para a já citada crise capitalista mundial, corresponde uma contraofensiva imperialista, em especial no subcontinente sul-americano encabeçada pelos EUA, de notável resultado, não apenas no Brasil.

Enfim, retornou o projeto ultraliberal acelerado, que implica pôr fim ao pacto da Constituição de 1988 por meio da dilapidação do Estado brasileiro nas funções definidas constitucionalmente, com um choque fiscal estrutural que provocará restrições orçamentárias permanentes face a demandas crescentes de serviços públicos, desnacionalizações, desestatizações e desregulamentação dos direitos do trabalho (os três trágicos “Ds” do neoliberalismo, aos quais inevitavelmente se soma o quarto: desemprego). Nada disso foi legitimado pelas urnas, donde se pode esperar mais e crescentes ofensivas antidemocráticas.

O governo interino atua como síndico do condomínio das poderosas

forças empresariais, midiáticas e políticas que assaltaram o poder. Sua força maior está no estamento político conservador, repudiado pela sociedade e alvo notório da Lava Jato, da qual tenta se desvencilhar com arranjos de cúpula. O governo goza de uma lua de mel irresponsável que o blinda na área da economia, mesmo que tenha adotado medidas que só agravam o déficit fiscal e dificultam a própria retomada da economia – “paga-se a conta” do *impeachment*.

Com Temer ou sem ele na presidência, sem reverter o golpe, será um período de conchavos pelo alto e às costas da sociedade, escalada autoritária, criminalização das oposições e dos movimentos sociais, cassação de registros de funcionamento partidário, promoção da intolerância e atentados aos direitos civis e poderosas regressões no mundo do trabalho e da aposentadoria. Mas o governo está marcado por poderosas contradições e disputas, que não projetam o fim da crise política e nem apresentam perspectivas para o país.

Dessa forma, há uma encruzilhada, uma fase transitória sem hegemonia estável e, portanto, sem estabilidade política. O caminho de novas eleições presidenciais antecipadas é o único que pode modificar as condições presentes, mobilizando outras forças sociais que alterem a correlação atual. É a perspectiva que pode mobilizar a maioria da população, para que ela tome nas mãos, mediante o voto, as saídas para a crise política. Sem isso, a nova oposição estaria abstraindo o presente e se iludindo com o futuro. Mas têm havido várias dificuldades para unir em torno dessa bandeira, até agora, toda a resistência ao golpe.

É nesse contexto que atuarão as forças democráticas, progressistas e da esquerda política e social, numa situação política amplamente desfavorável, mas com um ativo de mobilização dos movimentos sociais e progressistas de razoável força e unidade.

A oposição à agenda do governo golpista é o centro tático que permanecerá. Envolve a luta política e social permanente, união de forças amplas, com núcleo na esquerda política e social, que pode levar o povo a se conflagrar contra tal agenda. De todo modo, envolverá também movimentos polí-



ticos para somar forças, dividir os adversários, explorar suas contradições, preservar condições democráticas e institucionalizadas para a vida política e, mais que tudo, dar perspectivas realistas à sociedade de outro caminho para a superação da crise.

Mais que isso, envolverá reformulações táticas mais de fundo, para outra fase de acumulação de forças, para o balanço crítico e autocrítico da experiência percorrida e para outra geração de medidas programáticas para retomar os caminhos de afirmação nacional, desenvolvimento soberano, democracia e promoção de direitos sociais do povo. De vários modos, maior grau de unidade das forças de esquerda e progressistas estará no centro dessa pauta.

De vários modos, também, as eleições vindouras já serão palco dessa tática, porquanto não está isenta de disputa política das narrativas sobre o golpe, também porque já é a busca de acumulação de forças da esquerda e projeção de caminhos para a sua maior unidade. Para dizer o básico: não obstante serem eleições municipais, a vitória dessas forças em São Paulo e Rio de Janeiro, com Fernando Haddad e Jandira Feghali respectivamente, mudará profundamente o signo das perspectivas vindouras.

Bloco político-social de afinidade progressista com as bandeiras da esquerda

Artigo publicado em 12 de julho de 2016

Aldo Fornazieri vai ao ponto em matéria publicada pelo GGN, na qual o professor afirma que o momento angular da disputa de rumos em curso no país será em 2018, nas eleições presidenciais, e propõe um giro na história, uma mudança de paradigmas conceituais e organizativos da esquerda.

O Brasil ainda não completou seu projeto nacional de desenvolvimento. Eleições entre nós podem nos levar ao Norte ou ao Sul, e não apenas representar políticas instrumentais conservadoras ou socialdemocratas, próprias da alternância política em democracias eleitorais de massa.

O país voltou a uma encruzilhada. Esgotou-se o pacto político desenvolvimentista aberto em 2003 com a *Carta aos Brasileiros*, com base no qual se realizaram importantes transformações sociais, democráticas e no interesse nacional. Foi a primeira vez na história política brasileira em que forças convergentes nesses três componentes governaram o país.

Mas se fazia necessária nova geração de projetos programáticos para seguir adiante, num mundo cada vez mais hostil e assimétrico em forças, envolvendo reformas estruturais que foram postergadas ou ignoradas.

O projeto golpista em curso, na nova correlação de forças internas e externas, vê nisso também o fim do ciclo da Constituição de 1988, da Nova República. Para os setores econômicos dominantes, o Brasil “se encontra encurralado pelo Estado” e a Constituição expressa um “Estado que não cabe



no PIB”. Proclamar o fim desse ciclo, como o fazem, se adequa a engatar de forma subordinada uma das dez maiores economias do mundo aos vagões da locomotiva neoliberal, o que exige radical reformulação (negação) do papel do Estado nacional como indutor do desenvolvimento, do bem-estar social e da democracia.

Vive-se, assim, uma transição, uma crise de projetos e de hegemonia, por diferentes razões e perspectivas. O campo popular porque cumpriu com êxito uma etapa de transformações, às quais não alcançamos dar outra qualidade, com reformas estruturais. As forças conservadoras porque não forjaram um consenso social-eleitoral forte que lhes possibilite o desígnio de alinhar uma das dez maiores economias do mundo com as cadeias globais neoliberais – embora estejam em franca ofensiva para retomar um ciclo conservador.

Essa transição tem desfecho incerto. Não há uma hegemonia estável para tais projetos e um novo consenso forte só pode se estabelecer com eleições presidenciais.

Nessa perspectiva, se coloca um período de lutas duro, complexo e prolongado para as forças populares e progressistas. Estrategicamente, será central preservar conquistas alcançadas, renovar caminhos para a retomada do projeto de desenvolvimento à base de reformas estruturais. Politicamente, o desafio é o de compor forças de sustentação que prescindam da atual configuração do presidencialismo de coalizão. Tudo envolve firmar uma estratégia de desenvolvimento mais madura, e contando com a força social, consciência nacional e o papel do Estado nacional, para o Brasil avançar em seu desenvolvimento soberano.

Isso torna imprescindível disputar na sociedade uma narrativa crítica e autocrítica sobre o legado de 14 anos de governo, cujas realizações, sem dúvida, estão na memória da maioria do povo brasileiro, mas cujos erros, limites e insuficiências tornaram possível o golpe.

Portanto, abre-se um período de reformulação programática para a es-

querda, reconfiguração da própria organização política da esquerda brasileira, que dará ensejo a uma nova geração de propostas e nova geração de lideranças.

Penso num bloco de afinidade progressista com as bandeiras da esquerda, uma formação política com programa e estratégia definida, com a forma de frente política em torno da defesa dos interesses nacionais, populares e democráticos – presente em vários setores da sociedade civil e em várias frações de partidos. Teria como núcleo a esquerda política e social e seria integrada também pelas numerosas forças e personalidades intelectuais, do mundo jurídico e da cultura nacional de matiz progressista. Uma aliança pelo Brasil, pelas conquistas populares e pela democracia.

Ampliar o leque político e social das alianças é decisivo, não bastará apenas a esquerda para a retomada do projeto nacional de desenvolvimento. Os anseios de centro esquerda progressista estão presentes na sociedade, mas sem representação política partidária definida, e a esquerda precisa se apresentar nessa disputa.

Fora disso, vingarão as forças conservadoras já estruturadas ou as forças da negação da política, provavelmente com correntes de opinião francamente fascistas no espectro partidário.

Dependendo dos desdobramentos da reforma política, essa formação poderia assumir o papel de uma Federação Eleitoral, compreendendo a autonomia das organizações integrantes, mas com regras definidas para escolher representantes eleitorais unitariamente. Um tipo de Frente Amplo do Uruguai, mas à brasileira.

O fundamental é a noção estratégica de um bloco político-social com expressão política. No Brasil, um só partido, por mais forte que seja, não dá conta das grandes e complexas tarefas da construção de um projeto nacional de desenvolvimento com atributos progressistas. Por isso, a reconfiguração política da esquerda brasileira precisará encontrar sucedâneos para o modelo que se constituiu em torno de um partido-âncora, gerador de hegemonismos que dividem e não somam.



Concretamente, fora da luta política de classes como forma mais elevada da consciência social, e fora de uma ampla união de forças para a retomada do projeto nacional soberano, democrático e popular, não há saídas. Igualmente, sem representar o anseio da grande maioria da classe trabalhadora e do povo nesse projeto, não haveria necessidade de uma esquerda classista e antagonista. Isso é o que o Brasil precisa: uma esquerda protagonista, a sua unidade como a bandeira da esperança, uma estratégia madura para levar o Brasil a novo patamar civilizatório.

2016

28-29 JUN

Atos com Dilma no Ceará e Pará.

25 JUN

Sócio e ex-presidente da OAS denuncia propina para assessor de Aécio Neves.

21 JUN

Ato com Dilma com as Mulheres em São Paulo.

15-16 JUN

Atos com Dilma em Pernambuco, Paraíba e Bahia.

10 JUN

Dia Nacional de Mobilizações e Paralisações "Não ao Golpe, Fora Temer".

6 JUN

Ato Nacional contra as Privatizações das estatais, na Fundação Progresso no Rio de Janeiro.

1-7 JUN

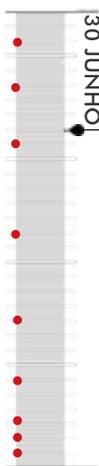
Semana de Mobilização em Defesa do SUS e da Seguridade Social. Fora, Temer!

3 JUN

No Rio Grande do Sul ato com Dilma em Porto Alegre.

2 JUN

No Rio de Janeiro ato das Mulheres com Dilma.



23 de junho de 2016

O custo da tentativa de *impeachment* e as saídas políticas

Artigo publicado em 23 de junho de 2016

Não há como computar o custo que tem um golpe na democracia consagrada na Constituição de 1988. Será um custo histórico, uma cicatriz que se manterá aberta por décadas na vida política e social do país, se for consumado o *impeachment*.

Mas, vejamos o “custo” da solução de Temer. Um governo alcançado fora da legalidade e sem legitimidade, para deixar de ser interino, precisa antes de tudo aprovar o *impeachment*. Depois, serão outros quinhentos.

Para aprovar o *impeachment*, faz-se um governo “congressual”, ou seja, paga-se o botim ao malfadado Centrão; e a política econômica fica blindada, à margem da crise política, esta que era a segunda perna de união entre os golpistas.



tas, sendo a primeira o compromisso de derrubar Dilma.

De imediato, uma conta é simples. Aprovou-se um déficit fiscal de R\$ 170 bilhões. E aprovou-se um teto para gastos do Estado – mais uma regra que limita seu crescimento por vinte pretendidos anos! Isso feito por um governo interino, uma aventura irresponsável com a nação.

A mídia plutocrática saudou como “transparência” essa irresponsabilidade de engrossar o déficit para comprar o essencial: Temer deixar de ser interino. Sabia-se que o consórcio golpista daria uma moratória ao governo, uma espécie de lua de mel, só não era evidente o tamanho do cinismo.

Com esse déficit, deram bondosamente perto de R\$ 60 bilhões para aumento dos servidores públicos, em especial do Judiciário (!). Depois, um acordo com governadores, ao custo de R\$ 50 bilhões. Mais uma pequena ajuda de emergência de R\$ 3 bilhões ao Rio de Janeiro em estado de calamidade. Sem falar na autorização das emendas parlamentares, mais alguns bilhões. Tudo é parte da regra, mas contradizem o rigor fiscal.

Quer dizer, são R\$ 170 bilhões de imediato, por assim dizer, para comprar a aprovação do *impeachment*. Estava precificado, como se diz no jargão estúpido do senhor mercado.

Afinal, derrubar Dilma e tentar desmontar 14 anos de avanços de um projeto democrático e de interesse nacional e popular não tem preço. Para a plutocracia, vale qualquer preço mudar a Constituição quanto aos deveres do Estado e direitos do cidadão. Meirelles declara: “Ou mudamos a Constituição, ou não resolvemos a dívida”, a malfadada falácia de que o Estado não cabe no Produto Interno Bruto (PIB).

Como disse, depois serão outros quinhentos. Aprovado o *impeachment*, vem na esteira a reforma da Previdência – não uma reforma em defesa da Previdência, mas em desfavor dos trabalhadores. Mais: no fim do arco-íris há um pote de ouro. Nele estão as desnacionalizações e privatizações, o regime de partilha do pré-sal e muito mais bondades contra o interesse nacional –

ontem mesmo se aprovou autorização para empresas aéreas com 100% de capital estrangeiro, imaginem os interesses envolvidos! Aliás, esta é a parte do botim disputada a tacape entre tucanos e peemedebistas.

Isso tudo serve, mais uma vez, para compreender algumas coisas. Primeiro, não se enganar quanto à real correlação de forças que abriu caminho para pôr o país na marcha da regressão nacional e de direitos sociais de modo violento. É um quadro que impõe ao campo democrático, progressista e popular uma situação de defensiva e resistência, mas acumulando forças na luta se for hábil, firme e amplo.

Segundo, não desprezar a crueldade e sagacidade das forças do governo interino para fazer o “serviço sujo” que limpa o terreno onde se semeará a regressão. As mesmas características que estarão presentes quando elas se contrapuserem entre si, motivadas pelas inúmeras contradições do consórcio golpista, vão tirar Cunha da cena do crime... Podem mesmo chegar a substituir Temer, se for necessário, depois da “prestação de serviços” contratada, mediante, por exemplo, eleições indiretas.

Terceiro, mais que tudo, dar à luta de resistência ao golpe e ao governo ilegal e ilegítimo com seu programa ultraliberal uma perspectiva política, propor saídas políticas que se sobreponham a qualquer pacto das elites. Sem isso não há desfecho para a crise, ela se prolonga até 2018. Deixar o país sangrar até 2018, como se quanto pior para o país melhor para a oposição popular, seria uma irresponsabilidade, nem sequer discutível – explicitaria a falta de opção de nossas forças. O mais fundamental será a esquerda política e social, as forças democráticas e progressistas protagonizarem a luta por essa perspectiva, para reconquistar a confiança da real maioria do povo trabalhador.

Há aceso debate sobre saídas possíveis na esquerda, nas forças progressistas, na sociedade. Dilma mostrou ter apreço e aceitar uma que vai se fazendo de crescente apelo: antecipar eleições diretas se o povo assim o decidir em um plebiscito convocado para esse fim. O trabalho de consenso em



torno disso vai se lavrando e pode representar a bandeira que vai mais à mente e ao coração das massas, à compreensão da maioria do povo: Fora, Temer e remeter as saídas que deem desfecho à crise política a um mandato presidencial confirmado pela força do voto popular, para que não fique refém de um sistema político que já passou, há muito, do ponto de fadiga.

A crise se arrasta e agrava

Artigo publicado em 20 de junho de 2016

Há muita matéria comburentes no ar e risco de qualquer faísca de um fio desencapado incendiar o ambiente. Refiro-me, para além da crise política interminável, à crise institucional que toma corpo.

O Judiciário foi invadido pelo ativismo político. O Ministério Público, a Lava Jato e a Polícia Federal, numa autonomização relativa de seu papel no Estado, enredaram-se na criminalização geral da política e partidarizaram a Justiça. Fazer justiça com vários pesos e várias medidas, seletivamente, é promessa de imprevisibilidade e de justicamentos.

A Lava Jato promove um Estado policialesco quanto à política e aos políticos. Faz do sistema político uma terra arrasada, com o que se promovem no país as tendências mais reacionárias e intolerantes.

Ao transformar a política num “caso de polícia”, a delação premiada, instrumento que poderia ser importante arma no combate à corrupção, vai sendo desvirtuada. Delações obtidas sob pressão, o que não tem outro nome senão tortura psicológica, e que muitas vezes são utilizadas como “provas” únicas para solicitar indiciamentos, fazem com que delatores engrossem o relato de crimes – supostos, sugeridos ou inexistentes – para aumentar o prêmio perante a Justiça e diminuir suas penas. A partir delas, o aparato policial-judicial se encarrega de vazamentos seletivos contra alvos políticos: seletivo quanto a quem será espancado na opinião pública e seletivo porque cada nicho policial-judicial é fornecedor de determinados órgãos da mídia como servidores dedicados.

Já é uma grande demonstração de fragilidade das instituições pretender que não se combate a corrupção sem apelar à exceção. Não bastasse, assim agindo, o Judiciário choca-se com o Legislativo. A Câmara dos De-



putados está com seu presidente afastado, após ter acatado um *impeachment* fraudulento para chantagear seus pares e usar a situação para tentar safar-se da condenação. O Senado, por sua vez, tem diversos de seus próceres envolvidos na Lava Jato e pode acatar o pedido de *impeachment* do procurador-geral da República que se sente acima dos mortais comuns.

Ambos os movimentos envolvem o Executivo, privado de legitimidade básica, mas que age como se fora permanente, alterando fundamentos constitucionais na interinidade, fazendo o “serviço sujo” que dele se espera. Além disso, é intrinsecamente dependente do Congresso, acatando as chantagens de Eduardo Cunha e mantendo-se sob tutela até alcançar a votação do *impeachment*. Sem falar do fato de vários de seus ministros terem caído por envolvimento na Lava Jato.

No “novo normal” vigente por ora no país, a esquerda e seu projeto dos últimos 14 anos são o alvo central; vai se somar a isso tentar criminalizar todo o movimento social, que reagirá. Balas perdidas podem atingir indiscriminadamente qualquer um, desfazendo o sentido de justiça. É o caso, por exemplo, de tentar alvejar nessa sanha o PCdoB. “Denúncias” contra Jandira Feghali e Aldo Rebelo são magnificadas por *Veja* e Globo, depois repercutindo em ondas de choque no restante da mídia. Até a União Nacional dos Estudantes (UNE) invocaram, supostamente para “atingir” o PCdoB, por meio de uma CPI que está em vias de ser instalada. Configuram-se aí aqueles casos do tipo “diz-me quem te ataca e te direi quem és”: tiveram e terão resposta à altura, se se fizer realmente Justiça.

Enquanto isso, o governo interino segue de crise em crise. O que o consórcio político-judicial-midiático conseguiu por ora, junto à anterior oposição política, foi blindar a política econômica, deixada à margem da crise política. Era o que os unia, além de derrubar Dilma e dividir o butim.

Temer vai promovendo uma poderosa regressão com respeito ao ciclo aberto em 2003: derrocada dos direitos do trabalho, privatizações e uma “adequação” funcional do Estado por meio de tornar letra morta a Constitui-

ção democrática de 1988 – a qual já violaram na norma democrática com a fraude do *impeachment*.

A maioria da nação assiste com estupor aos acontecimentos. E mais grave: a pátria é subtraída em tenebrosas transações – não bastassem aquelas até aqui apuradas na Lava Jato. Vão sendo destruídas bases importantes do desenvolvimento nacional, pondo ao chão as poderosas empresas da engenharia nacional. Aplina-se o caminho no qual as forças antinacionais semeiam a “nova agenda” pretendida: engatar o Brasil nas cadeias globais do neoliberalismo, de modo subordinado e dependente, oferecer o mercado brasileiro à sanha dos poderes financeiros internacionais, aprofundar a desnacionalização e a desindustrialização e emascular o Estado nacional ao nível de um aparato corporativo.

Em síntese, o sistema político omissivo abre caminho para o ativismo judicial, este se desvirtuou no necessário combate à corrupção, e a presidência de Temer, interina ou não, será sempre carente de forças para ter algo mais que um papel de biônico e pau mandado dos setores mais retrógrados da política brasileira.

O entrecruzamento dessas vertentes é garantia de agravamento da crise política e institucional, e tal instabilidade impede retomar o crescimento da economia. Como não há vazios na política, e dado que a “classe política” brasileira é sagaz e profissional, o risco é de serem pactuadas entre eles saídas à margem da sociedade. Seriam saídas que limpem a “cena do crime” do *impeachment* e da Lava Jato, e, no limite, sacrifiquem eles próprios o governo interino. Na negociação entre o sistema político e a Lava Jato, seria oferecida uma reforma política draconiana e antidemocrática e, no limite, se inviabilizado o governo Temer, eleição indireta à presidência.

O país está numa encruzilhada sem desfecho à vista, por ora. Há uma crise de hegemonia para qualquer dos projetos em disputa. O Brasil está em risco, a democracia está em risco. Situação de excepcional complexidade política e institucional, que pode evoluir para uma crise nacional geral, vai en-



volver saídas necessariamente para além da moldura institucional de tempos normais de temperatura e pressão.

As forças comprometidas com o projeto nacional, a democracia e os interesses populares precisam disputar propostas de saídas políticas que impeçam a rota de colisão, promovam o reencontro da sociedade com a política, fortaleçam a democracia e os interesses do desenvolvimento nacional.

Proposta que combata o *impeachment* e o governo Temer. Proposta que impeça acordos de cúpula produzidos pelas forças dominantes hoje no governo. Proposta que seja exequível quanto à governabilidade aos olhos da maioria do povo, e ofereça perspectivas de que o país e o povo podem seguir adiante, com sacrifícios, mas sem destruir as conquistas alcançadas.

Combatendo no terreno político, social e cultural, é preciso reunir forças largas e poderosas, nucleadas pela esquerda, para se contrapor ao *impeachment* e ao governo ilegítimo de Temer. Além disso, igualmente no terreno democrático, é preciso propor caminhos para renovar o sistema político, não o destruir na onda da Lava Jato.

São dois sistemas de contradições a enfrentar, lado a lado, para preservar a democracia. Com relativa autonomia de cada qual, exigem movimentos e exploração de contradições, alianças e neutralizações de forças de diversos tipos.

Não há como reunir poder capaz de se contrapor à crise e à realidade atual das instituições, se não for invocado o primeiro dos poderes: a soberania do voto popular. Ou seja, realizar eleições presidenciais antecipadas. O presidencialismo e sua tradicional força no Brasil têm sido – haja vista a longa história de golpes entre nós, sempre promovidos pelas forças reacionárias – a arma que permitiu avanços dos interesses nacionais e populares.

Esta será uma maneira de dar perspectiva de saída política aos olhos do povo para a luta sem tréguas às forças que promoveram o golpe institucional do *impeachment*, à ilegitimidade do governo Temer – mesmo que fosse

aprovado o *impeachment* – e contra o seu programa antinacional e antipopular: mobilizar a sociedade pela realização de um plebiscito que leve o povo a se manifestar se deseja eleições antecipadas para presidente, após a derrota do *impeachment* no Senado Federal e a devolução do mandato legítimo de presidente da República a Dilma Rousseff.

Com a sinalização e concordância da presidenta, estariam criadas as condições de força necessárias para retornar o governo Dilma, com a missão de propor um desfecho à crise, não apenas um remendo que se arrastaria até 2018, e pôr fim a essa página obscura da vida nacional.

As largas forças democráticas e progressistas, mais a esquerda política e social, precisam ter paciência, sim, para formar consenso para tal proposta, mas também senso de urgência para propor uma saída política a tempo de produzir efeitos na derrota do *impeachment*, impedir pactuações que se realizem à margem do povo, e disputar de fato os vastos setores da sociedade que ainda assistem aos acontecimentos.



A unidade é a bandeira da esperança

Artigo publicado em 8 de junho de 2016

Fui convidado na última semana a debater com a Executiva Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) a realidade política em curso e nosso papel enquanto esquerda política e social na atualidade.

Foi um debate extraordinário, ao lado do amigo Márcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo. Ele debruçou-se a fundo, e com o brilho costumeiro, sobre a realidade estrutural do capitalismo e as profundas transformações trazidas à luta dos trabalhadores. Relacionou isso com a economia e a política brasileiras, procurando indicar conclusões mais estratégicas.

De minha parte, tratei de fazer uma narrativa sobre como evoluiu até a presente e grave crise a realidade brasileira nos anos dos governos de Lula e Dilma. Situei isso para melhor se conhecer a correlação de forças políticas da atualidade brasileira e mundial, que condicionam as possibilidades da presente luta contra o golpe.

Tratei do fim do pacto de 2002 – a *Carta aos Brasileiros*, de Lula –, da viragem à direita no quadro político nacional, da crise de projetos e de hegemonia, que levou à presente crise política e institucional em curso. Situei, desse ponto de vista, a contraofensiva imperialista na América do Sul, em relação com o seguimento da crise capitalista mundial que não encontra saídas. Portanto, afirmei que o golpe vem de longe e não é circunstancial; se relaciona com os êxitos do projeto aberto em 2003, mas só se tornou possível devido aos erros cometidos.

Lidei também com estes primeiros dias de desgoverno Temer, ilegítimo e sem futuro, com o mesmo objetivo, para debater a fundo: Qual a saída? Que fazer?

De imediato, afirmei, tem-se pela frente 60 dias decisivos. O país não pode ser mantido assim, com um desgoverno que fará o “serviço sujo” para aplinar o caminho a uma eleição em 2018. Há um debate necessário, paciente e perseverante, para maturar propostas que preencham esse vazio.

A antecipação de eleições presidenciais, decididas por via de um plebiscito, é uma saída para dar desfecho à crise sob soberania popular.

Nos próximos dias publicarei os termos da minha intervenção aqui no blog. Por ora, vai o vídeo de minha alocução final, quando demos, eu e Márcio, um balanço no debate havido. Abordando as perspectivas de médio prazo, disse que entendo ser este um período de reformulação programática para a esquerda, bem como dos caminhos para a retomada do projeto, com nova geração de propostas e nova geração de lideranças da esquerda progressista. Novas bandeiras e amplitude são fundamentais e as reformas estruturais são seu fundamento para disputar a sociedade.

Afirmar que o PCdoB fala em forjar um bloco de afinidade da esquerda e forças progressistas para essa missão. Exigirá inventividade política e institucional, mas é o caminho de uma estratégia frentista que se impõe. Pode até alcançar ser alternativa eleitoral, que é mais difícil. Ela será a alavanca para a reformulação da esquerda política e social, com uma franca estratégia frentista – para preservar conquistas, retomar caminhos para o desenvolvimento e disputar a sociedade.

No Brasil, a unidade é a bandeira da esperança, comprovado na sua história política. Um só partido, por mais forte que seja, não dá perspectiva às grandes e complexas tarefas da construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

Enfim, a luta será dura, complexa e de longa duração, tem sentido estratégico e se volta contra forças poderosas externas e internas do neoliberalismo e imperialismo.



Dilma, as Diretas Já e a história

Artigo publicado em 2 de junho de 2016

Dilma Rousseff tem a oportunidade de optar pelo modo como será retratada na história. A líder democrata, pessoa honrada e honesta, patriota que deu o melhor de si para fazer o Brasil e seu povo avançarem, e foi vitimada por uma poderosa ofensiva político-midiática-judicial das forças conservadoras.

Uma grande brasileira injustiçada por um golpe. Merecerá sem dúvida esse registro nos livros de história do Brasil e quiçá no mundo.

Se o *impeachment* se consumir.

Mas há outro registro possível, mais à altura da encruzilhada brasileira e de sua própria biografia.

Dilma tem a oportunidade de entrar para a história em chave maior, como a estadista que pagou alto preço, defende a democracia, mas apresenta uma saída e um desfecho para a crise, em defesa do Brasil.

Enquanto corre o julgamento no Senado, o que a sociedade está julgando é o governo biônico de Temer. Um governo que só tem maioria nos estamentos políticos do país, de costas para a sociedade – que não se reconhece neles –, que cala a voz de quantos foram às ruas bradar pelo *impeachment*.

Se o governo afundar na instabilidade, antes ou depois da votação do *impeachment* aprovado, que fazer? Vamos a eleições indiretas, por esse mesmo Congresso?

E se o *impeachment* não se consuma? Como repactuar o país? Quando anunciar os caminhos da repactuação? Como conferir credibilidade e confiança a esses caminhos?

Dilma tem a outra opção: apresentar à nação os meios para se repactuar, a partir da única fonte de soberania: o voto popular, com a antecipação de eleição presidencial.

Basta-lhe dizer que ouve o clamor da sociedade e, sendo a vontade da maioria, que não se oporá à proposta.

Fazê-lo antes da votação do *impeachment*, fortalece a saída democrática e conquista votos para derrotá-lo no Senado. Já estará sinalizada a repactuação que ela propõe à nação. É preciso torná-la um fato político.

Há um campo para disputar e unir em torno da proposta, mesmo que motivada por diferentes perspectivas. O PCdoB a propõe, Psol, Rede e Frente Povo sem Medo a defendem, setores vários das forças democráticas e progressistas, lideranças sindicais e estudantis, ícones da mídia e análise política como Teresa Cruvinel, Luís Nassif e Paulo Henrique Amorim. Não será difícil a adesão de forças mais amplas no campo popular, ao contrário: pode-se contar com apoio das ruas bastante marcante.

As contradições do bloco ora governante motivam outras possibilidades. É preciso explorá-las. A *Folha de S. Paulo* optou por seu próprio caminho, também de antecipar eleições.

Assim ocorre nas propostas de saídas para grandes crises. Elas não se dão nas molduras já estabelecidas, exigem inventividade. As coisas vão moleculando, num debate paciente e perseverante. Projetos legislativos engavetados são resgatados para dar opções concretas às saídas. Há horas em que a própria evolução dos acontecimentos se encarrega de colocar no proscênio a solução que ainda não houvera maturado.

O importante é progredir o debate nas forças democráticas, progressistas e da esquerda, para mobilizar amplas forças – mesmo as que não apoiavam o governo Dilma nem o PT – por um plebiscito para decidir se se deve antecipar eleições presidenciais.



Getúlio Vargas, num momento igualmente crítico da nação, deu sua própria vida para paralisar os intentos golpistas. Saiu da vida para entrar na história – seu gesto até hoje é considerado uma das páginas mais marcantes da história, pela demonstração de compromisso e integridade.

Os gestos têm grande valor simbólico e moral na luta dos povos. Um gesto de Dilma, na direção de antecipar eleições, fará com que mereça um registro maior, à altura de seu verdadeiro valor, nos livros de história.

2016

20 de maio de 2016

O país precisa de perspectivas frente ao governo de desastre nacional

Artigo publicado em 20 de maio de 2016

13 MAI

Temer toma posse.

10 MAI

Em diálogos gravados, o senador Jucá (PMDB) fala em pacto para deter avanço da Lava Jato e pede demissão.

10 MAI

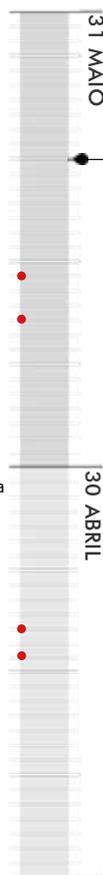
Manifestantes da Frente Brasil Popular bloquearam vias em protesto contra o *impeachment* na capital paulista.

17 ABR

Impeachment votado e aprovado na Câmara dos Deputados. Manifestações contra o golpe em Brasília e todo o país.

15-17 ABR

Manifestações da FBP contra o *impeachment* em todo o país, e novamente dia 17 de abril em Brasília.



Jamais se imaginou em tão curto espaço de tempo tamanha dessintonia entre o governo interino e a sociedade. O governo Temer se mostra desastrado, derruba expectativas das conquistas de mulheres, jovens e negros, combate o SUS e o respeito entre países sul-americanos, faz desfeita aos setores culturais, ataca a preparação das Olimpíadas e ameaça de criminalizar as lutas sociais. A lista é interminável.

Amparar um governo em negatividades raivosas não pode ir longe. A primeira de todas, contra a democracia e a Constituição. Às quais se seguem o desmonte, a perda de direitos da previdência, do trabalho, do Bolsa Família, e as medidas antinacionais das privatizações.



Estava claro que isso ocorreria porque é um governo ilegítimo, que não nasce de um debate eleitoral, mas de um golpe. Ainda mais porque é um governo voltado para a base congressual, do Centrão e da antiga oposição. É meridianamente claro que o polo de união dos golpistas era o golpe mesmo – tirar Dilma – e a política econômica de “notáveis”. O resto é um caldeirão de contradições.

Presidente fraco, disputas na base no Congresso, papel de Cunha como fiador do governo. Sete ministros implicados na Lava Jato. Núcleo duro tem sete PMDBistas da pesada, e seis da antiga oposição. É a escória golpista, um amontoado de bucaneiros.

Mas nem mesmo a política econômica vai soldar unidade e gerar expectativa. Nela não há nada de notável e de notáveis. Envereda pelo caminho da dominância fiscal, que só aponta para recuperação econômica após 2018 e tergiversa quanto à necessidade de aprovar a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) ou elevar a alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Vai aliviar a carga de governadores e prefeitos, agravando a questão fiscal, ao mesmo tempo em que os desobriga dos gastos em saúde e educação. Vai gerar atritos e grande reação da sociedade, ainda mais em ano eleitoral como este de 2016.

A indústria e o comércio estão nas mãos de deus, outros órgãos nas mãos do Barão da Mooca no Itamaraty, outros em disputa quanto a quem vai gerir as privatizações, outros ainda no planejamento. Uma algaravia.

Enfim, até o momento nada indica que esse governo possa aguentar até 2018. Está destinado a ter a desconfiança crescente da população. A própria mídia nacional, zelosa com o golpismo, é desmentida e desmoralizada com a cobertura internacional do que ocorre no país.

Custa crer que o governo imagine ser a representação da plutocracia brasileira que quer conduzir o país aos mares do liberalismo. No máximo vai ser tolerado para fazer o serviço sujo e aplainar o caminho para o choque libe-

ral. Mas será uma opção perigosa: pode não se viabilizar e nada garante que, com seu fracasso, deixe caminho para a plataforma eleitoral vencer eleições.

Quanto às forças democráticas e progressistas, não devem esperar até 2018 para disputar rumos do país. Ao lado da luta contra o *impeachment* no Senado e da oposição frontal ao governo ilegítimo, precisam debater mais a proposta de se antecipar as eleições presidenciais como desfecho para a crise. Um movimento pelo plebiscito para indagar isso dos eleitores é o caminho de manter elevada a resistência democrática, alcançar mais votos no Senado e confrontar o governo Temer. Trata-se de dar perspectiva política sobre qual o rumo, se derrubado o *impeachment*. A soberania do voto popular é o caminho para o desfecho da crise brasileira.



A crise nacional exige solução democrática

Artigo publicado em 6 de maio de 2016

Muito difícil e fragilizada a situação brasileira. Até este momento, nada indica que, com o eventual afastamento de Dilma, o governo interino de Temer, por ser fruto de uma subversão institucional, dê desfecho à crise política. A esta altura, devemos falar em uma crise nacional geral, fruto do fim de um pacto político instaurado com a vitória de Lula em 2002 – o da *Carta aos Brasileiros* –, ao qual as forças conservadoras sobrepõem o fim do pacto da Constituição de 1988. Coisas, portanto, tempestuosas na vida da nação, da democracia e do povo, uma encruzilhada em sua trajetória.

Tudo que é sólido vai se desmanchando no ar no sistema político brasileiro. A judicialização criminalizante da política inclui a politização do Judiciário, o que o enreda em contradições políticas impróprias para seu papel de guardião da Constituição. O sistema político partidário já passou do ponto de fadiga. A velocidade e o teor dos fatos são estonteantes, eivados de contradições e até paradoxos. Ninguém tem hegemonia plena sobre os fatos. Nem mesmo Temer, pretense sucessor de Dilma, que se revela um pequeno ator em meio a contradições tempestuosas da vida nacional e de sua base. O Estado brasileiro foi capturado nessa lógica perversa, emasculado em nome da “democracia” e de um projeto antinacional.

De imediato, a unanimidade do Supremo Tribunal Federal (STF) contra Cunha tem mais de um lado, e eles são contraditórios. Antecipou-se o julgamento, incluindo a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) da Rede, mas ficou demarcado em limites, de modo a não interferir com o impedimento de Dilma. Até a Rede teve que desmentir in-

tenções quanto a esse quesito. Com isso, mais uma reviravolta no quadro de forças: Temer vai acusar o golpe da queda de Cunha, Renan Calheiros se fortalece frente a Temer, o Senado avulta perante a Câmara, as contradições e inconsistências do pretense governo Temer pululam em águas turvas.

No julgamento de Cunha, a banda conservadora do STF insistiu na “excepcionalidade” de suspender um mandato eletivo, nada menos do que o de presidente da Câmara dos Deputados, e vai usar isso se e quando for questionado o mérito do impedimento de Dilma Rousseff. Mas Cunha era réu no STF, cometeu crimes inequívocos, tipificados sem dúvida razoável quanto a indícios e provas. “Crimes” de Dilma foram arrançados de ocasião e não tipificados como sendo de responsabilidade, apesar de toda ginástica do consórcio oposicionista (a cobertura da mídia internacional é um bom indício desse pecado original).

A Lava Jato hibernou durante esses dias. Mas pode-se apostar que amanhã ou em poucos dias volta ao ativismo, e seu alvo é Lula. Se alinhados todos os acontecimentos, a única agenda que está abrindo caminho sem barreiras é a da Procuradoria-Geral da República (PGR), Rodrigo Janot. Com a suspensão de Cunha, limpou-se a cena do crime, tirou-se o pistoleiro, mas não se apagou o crime. Vai ser necessária muita ginástica para o STF afastar Cunha, por manipulação, obstrução e desvio de poder, sem rejeitar encaminamento feito por ele sobre o impedimento, presidindo a Câmara.

A luta para barrar o impedimento no Senado vai até o último limite e tem como reserva indireta o STF, se necessário. Os acontecimentos, contraditórios por excelência, mantêm em pauta a possibilidade de alcançar um terço dos votos dos senadores. Soma-se a isso a oposição clara e cristalina à agenda do pretense governo de Temer, que não tem condições básicas para representar um desfecho para a crise durante o julgamento de Dilma pelo Senado, se for aprovada a admissibilidade. Toda margem de manobra precisa ser levada em conta nesse período.

Mas não há como: sem perspectiva política, a crise nacional não será



debelada, o país não reencontrará os eixos. Há que se considerar para isso a proposição feita pelo PCdoB, de um movimento de massas amplo e potente por um plebiscito para convocar nova eleição presidencial. Ela se soma à luta sem quartel contra o golpe e em oposição à agenda ultraliberal que se quer implantar no país por eleição indireta de um biônico.

O importante e substantivo é envolver a soberania do voto popular como saída para a crise. É o único caminho, a esta altura. Situação extraordinária exige solução política extraordinária, que envolva líderes políticos responsáveis, sem comportar soluções golpistas contra a Constituição, que ainda é a baliza para a democracia brasileira.

Novos marcos na luta política

Artigo publicado em 17 de abril de 2016

Neste 17 de abril de 2016 haverá o desfecho de uma das batalhas mais importantes de uma guerra prolongada: a radicalizada luta política de classes no Brasil. Batalha cujo resultado tem sentido estratégico para a causa da democracia e, com ela, os interesses do povo e da nação. Qualquer que seja o desfecho, a luta seguirá, mas terão se alterado vivamente as condições das forças em luta.

Não é o caso de examinar cenários alternativos pós-votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados neste momento. É o caso, sim, entretanto, de registrar que as condições de luta da esquerda política e social no país, junto a amplas forças democráticas e progressistas, se alteraram decididamente. Tal fato é um poderoso ativo político para levar a cabo a refundação da governabilidade com Dilma se vencer a causa democrática, ou levantar um poderoso movimento de oposição a um governo ilegítimo e ilegal acaso oriundo de um fraudulento *impeachment* nas próximas semanas.

Desde as jornadas de 2013, passando pelo segundo turno das eleições de 2014, e com um forte salto neste período de 2015-2016, o movimento social, junto às forças da esquerda, alcançaram uma nova e mais elevada politização. Estiveram em debate matérias essencialmente de Estado, de seu caráter conservador, lidando com o poder político e suas instituições e sua reforma inevitável para poder seguir adiante na luta por um projeto nacional. A Constituição de 1988, conquista relevante da luta democrática, jamais foi tão defendida pelas forças populares, como marco ainda referente para a luta democrática, atacado pelas forças golpistas.



Houve lições de tática e estratégia que levaram, em meio a naturais controvérsias, à firme conclusão de unidade de ação em torno da formação de uma ampla frente democrática no país. No centro estabeleceu-se a esquerda política e social com forte protagonismo, dando mais uma vez aos movimentos sociais, na nossa história, uma perspectiva diretamente política, sem a qual não se alcançam as conquistas populares. Lições de que é meridiana a necessidade de se estabelecer com acuidade as condições de força entre os campos em disputa, formular bandeiras e formas de luta amplas e ao mesmo tempo radicais – o que encontrou sua máxima expressão com o *Não vai ter golpe!* e uniu em torno de si vastos setores da sociedade.

Igualmente, alcançou-se um novo patamar de unidade política de ação da esquerda brasileira, em meio à natural unidade e luta no seu seio. A força principal dela é um novo bloco de afinidade nucleado pelo PT e o PCdoB e os combativos movimentos sociais organizados (com os quais vencemos quatro eleições presidenciais consecutivas), e segmentos de outras forças como o PDT, inserções sociais ligadas ao PSB e outras – o que é promessa de uma reconformação da esquerda como esperança renovada no plano da condução política, programática e organizativa para o projeto em curso desde 2003.

Tão importante quanto isso tudo é também a reaproximação promovida entre esse bloco com o sentimento progressista de vastas parcelas médias urbanas dos grandes centros, o qual havia se dispersado ou se desiludido nestes últimos anos. É impressionante o movimento que levou a 400 manifestos de largos setores e personalidades da sociedade civil, da consciência jurídica democrática brasileira, das entidades de classe, do mundo artístico e cultural. O terreno foi semeado com novo adubo.

Pode-se dizer que as esperanças residem nessa unidade, numa estratégia política frentista e numa nova geração de medidas programáticas para retomar um projeto nacional soberano, altivo, democrático e de forte componente social.

Os desafios, de certo modo, são maiores ainda que antes, porque o

nível da luta política se elevou e as conquistas dos treze anos de governo exigem novo alcance em reformas estruturais. Antes, ainda, será preciso esgotar por completo a condição defensiva atual, derrotando o golpismo em toda a linha.

O PT é parte indispensável desse ativo. A liderança de Lula um trunfo vigoroso, como o melhor intérprete dos interesses e do que vai na alma da maioria do povo brasileiro. Nos desafios em perspectiva, a capacidade desse partido de fazer uma narrativa crítica e autocrítica, sobre seu papel como força principal do ciclo em curso e hoje ameaçado, é incontornável, para não se isolar no petismo, dispondo-se, quiçá, a revisar a estratégia política com que se conduziu.

O PCdoB alcançou compreender a natureza mais essencial da batalha em curso já em sua Conferência realizada em maio de 2015, apontando para a emergência de ampla frente democrática contra o golpe, e essa foi a tônica do que ocorreu desde então. Com maturidade política, presença destacada no movimento social, coerência, coragem e determinação política desveladas na condução das batalhas no parlamento, nas ruas e nas redes, fez-se maior, alcançou reconhecimento e respeito mais amplos em todo o arco político do país.

Com uma nova, mas experiente, direção, sob a condução de Luciana Santos, lideranças como o governador Flávio Dino, a deputada Jandira Feghali, o ministro Aldo Rebelo, a senadora Vanessa Grazziotin, entre outras, são a expressão concentrada de uma militância aguerrida, unida e combativa. O importante é que seu fortalecimento avaliza a constituição de um bloco político e social de afinidade da esquerda e das forças progressistas no país, que extrapole a experiência recente.

O fato novo é que tudo isso resulta num ativo político poderoso e de enorme valor estratégico, qualquer que seja o resultado da batalha de hoje dentro da guerra política em curso. Acresce-se a isso o fato de se poder defender um legado vigoroso de feitos por estes quatro governos em prol da nação e do povo brasileiro. Legado que, considerando-se erros e acertos, é comba-



tido pelos êxitos e deve manter de cabeça erguida cada um dos militantes da grande causa popular.

Prepararam-se, assim, as condições para travar a luta dura e prolongada em curso, na qual a votação deste domingo não constitui o desfecho da crise.

Às vésperas de um dia histórico

Artigo publicado em 16 de abril de 2016, véspera do impeachment

Votar um *impeachment* não é julgar uma instituição, nem uma política à frente de uma instituição. É julgar uma pessoa, cidadã, que ocupa uma posição de chefe do Executivo.

No comando de uma instituição, os cuidados para julgar pessoas se revestem de cuidados e garantias especiais. Mas são pessoas e suas condutas que são julgadas.

Julgar Eduardo Cunha presidente da Câmara dos Deputados é julgar alguém que foi denunciado, investigado, indiciado e aguarda pronunciamento da Justiça na condição de réu. Contas bancárias no exterior não declaradas segundo as leis do Brasil, vastos esquemas de lavagem de dinheiro, propriedades várias e financiamentos escusos com dinheiro público são parte das acusações.

Em que foi denunciada a pessoa de Dilma Rousseff? Nunca foi denunciada. Nunca foi investigada. Nunca foi indiciada. Não tem dívidas com a Justiça. Não enriqueceu com trinta anos de vida pública. Não tem contas no exterior. Nunca lavou dinheiro. Nunca foi imputada como parte dos esquemas investigados pela Lava Jato.

As pessoas honestas e de bem de nosso país, assim como sólidas instituições políticas, jurídicas e midiáticas ao redor do mundo, defendem com sinceridade que Dilma Rousseff não deva ser julgada pelos motivos arranjados no processo em curso do *impeachment*. Uma fraude, ilegítima e ilegal, portanto. Uma violência institucional que desmonta a tese da maturidade das instituições da democracia brasileira, expõe a violência das classes domi-



nantes contra políticas que defendem interesses nacionais e da população e desmoraliza o país perante o concerto mundial.

As pessoas honestas e de bem de nosso país jamais esquecerão se essa violência for aceita pelo Congresso Nacional. Será um tapetão, o maior da história, que buscará preservar o sistema político viciado e contornar as apurações e condenações da Lava Jato. Dará origem a um governo cujo DNA tem o gene da ilegitimidade e da ilegalidade. Só o cinismo inveterado do estamento político deste país pode imaginar que isso seria a saída para o impasse desta crise política, pois terá diante de si a marca da ilegalidade e contra si vastas parcelas da população brasileira.

O Brasil precisa de outra coisa: pacificação em torno de uma agenda de interesse da economia nacional e das conquistas populares, cuja condição primeira é a democracia, o Estado de Direito, a preservação do mandato constitucional da presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil a partir da próxima semana não será o mesmo. Esperemos que melhor, com a derrota desse *impeachment* fraudulento.

Se for a vitória do opróbrio, lembremo-nos sempre a história política brasileira, a luta pela democracia tarda, mas não falha: termina por ser vitoriosa, cedo ou tarde, como o foi mesmo quando derrotada a emenda das Diretas Já há mais de 30 anos atrás. A resistência pela democracia nos mobilizará, pelo resto da batalha, do mesmo modo até o último instante, para deixar gravado a fogo na memória histórica que o golpe foi, é e será sempre lembrado para alimentar as esperanças deste país e de nosso povo.

2016

31 MAR

Manifestações em mais de 100 cidades brasileiras, FBP e FPSM, contra o *impeachment*. No exterior, houve ato em Lisboa e em Londres.

8 MAR

Manifestação em São Paulo a favor da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nomeado ministro-chefe da Casa Civil. Protestos foram realizados em ao menos 45 cidades.

17 FEV

Ato em frente ao Fórum de São Paulo em solidariedade a Lula (com o lema: Investigação de todos, sim, linchamento não).

31 MARÇO

29 FEVEREIRO

31 JANEIRO

21 de março de 2016

A falência de um “democrata”

Artigo publicado em 21 de março de 2016

Fernando Henrique Cardoso decreta a falência da Constituição em entrevista a *O Estado de S. Paulo* neste domingo, defendendo o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em impressionantes 24 parágrafos, 1.026 palavras e 5.874 toques, na versão eletrônica (mais ainda na impressa), a palavra Constituição é citada uma única vez ao afirmar “Você tem momentos no Brasil de mudança qualitativa. A Constituição foi um, o Real foi outro” (como se vê, *après* FHC, *le déluge*).

O termo crime de responsabilidade como único fator definido para acatar processo de *impeachment* não é citado. O casuísmo de apensar outros argumentos ao atual pedido de *impeachment* – que alega as pedaladas fiscais – não merece menção.

Estado de Direito Democrático, direito ao devido processo penal, conde-



nação a extrapolações judiciais ilegais e abusivas como condução coercitiva, delações sob pressão e usadas como provas, vazamentos seletivos para a mídia, gravação de conversas presidenciais sem mandado judicial – aliás com mandado espúrio no tempo, como se sabe – não merecem atenção do príncipe dono da voz. Para ele, o importante seria o que foi dito nas gravações, afirmação irresponsável, segundo o melhor direito, porque se dispõe a condenar a partir de ilícitos judiciais. E mais: Lula ser investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre esse pretense crime cometido nas gravações não pode: tem que ser pelo juizinho da exceção.

Decididamente, não é conduta de democrata. Parafraseando Jânio de Freitas, nenhum democrata pode apoiar de ocasião a transgressão constitucional para tentar eliminar a corrupção, desejo de todos, nem mesmo para sair de uma crise política. Ao contrário, é exatamente nessas horas que a Constituição precisa ser invocada para não dividir a nação e gerar feridas incicatrizáveis.

Vindo de pregar repetidamente a renúncia da presidenta porque o *impeachment* seria um “perigo” e contrário ao caráter íntegro e honrado da presidenta (sic), agora ele pede o *impeachment* porque “Dilma deu um sinal de que renuncia ao poder. Só que não foi institucional”. Quer dizer, indicar como ministros pessoas que não sofreram condenação judicial transitada em julgado seria golpe e não medida institucional própria do Executivo.

Fica aí mal disfarçada a preocupação com Lula no governo. Aliás, Lula é citado sete vezes na matéria, três a mais que Dilma. Eduardo Cunha, zero. Temer, zero na versão eletrônica.

Incrível a afirmação de FHC de que “as ruas pediram três coisas basicamente, eu não estou endossando: Dilma fora, Lula na cadeia e viva a Lava Jato”. Porque é exatamente o *impeachment* a alternativa que ele endossa abertamente, aliás, o *leitmotiv* (objetivo de fundo) da entrevista. Não sem antes fazer uma defesa da Lava Jato que é perigosa e cínica. Perigosa porque conclama indiretamente ao espírito justiceiro, contorna o envolvimento dos

próprios parceiros tucanos envolvidos e elude o fundamental – não se pode admitir juízo de exceção num Estado de Direito, porque fora disso desacredita-se a Constituição. E cínica porque alega, nesse diapasão, a demonstração suposta de maturidade das instituições.

Fazer a enfática defesa de que a Constituição seja contornada desta vez é um desserviço à nação e expõe o país à desmoralização. Gonzáles, amigo de longa data do ex-presidente, e numerosos editorialistas de EUA e Europa já registram preocupações com a violência institucional que se pretende no Brasil com a atual condução do *impeachment*.

É do feitio do tipo falar e tergiversar em cima. Mas até a máscara de liberal lhe cai nesta hora, em que ex-presidentes deviam ser expressão de equilíbrio e sensatez. FHC rende-se ao vale-tudo, perde aquela fina camada de verniz que procurava manter. Quem não respeita a Constituição não pode ostentar o título de democrata. Essa tomada de posição vai ficar na história, mais uma vez, com a imagem de que ele não gosta: a de um sujeito da democracia instrumental, de conveniências, de costas para o povo e a nação. O homem ladino, o da política com punhos de renda, FHC expõe nessa entrevista os punhos sujos.



Reanimação nacional

Artigo publicado em 19 de março de 2016

Lula ministro! Para um Plano de Reanimação Nacional, ao qual chamei em artigo anterior um plano de emergência nacional.

A missão é reverter a tendência dominante hoje, que é a do *impeachment* golpista da presidenta, e romper o isolamento do governo, que é a questão da hora. Pode-se mobilizar forças mais largas para a nova fase do governo.

Por esse meio pode-se estancar o esvaziamento da base política no Congresso, ganhando tempo para um rearranjo mais amplo, nos termos de um governo que não precisa nem pode ser o governo do PT, mas efetivamente de coalizão, com figuras nacionais mais representativas e fortes no ministério.

Se se logra isso, o segundo ponto é dar perspectivas de reanimação da economia. Um consenso básico pode ser formado em torno de medidas imediatas, como comentei em artigo anterior. Isso acompanha a tendência que se formou com as medidas anteriores tomadas por Dilma, favorecidas pela declinação da curva da inflação e o câmbio favorável às contas externas e à indústria. Juros sinalizados para a queda alimentariam esse caminho.

Conquistas alcançadas pelas parcelas mais necessitadas do país, a ampla massa de trabalhadores hoje às voltas com desemprego crescente, precisam ser garantidas, sob pena de não sinalizar à sociedade um novo esforço de mudança de expectativas.

Não é o fim de mundo na economia. A questão é a da estabilidade política e normalidade institucional, para encerrar essa greve do capital quanto

aos investimentos. Por isso, o terceiro ponto indispensável é que qualquer arranjo em prol do país precisa incluir também a correção da Lava Jato quanto ao devido processo penal, para que ela não se arvore em destruir o sistema político. Isso significa mobilizar a consciência jurídica democrática e, espera-se, a voz autorizada do Supremo Tribunal Federal (STF) precisa ser incluída numa concertação em prol do país. Do mesmo modo, chama à responsabilidade maior o sistema político-partidário, omissos quanto a esse risco (as ruas o demonstraram dia 13 de março).

Não é no grito das ruas que se pode decidir os interesses do Brasil, embora não se possa desconhecê-lo. Não é por pretensa República de Procuradores que se vai redimir o sistema político indispensável ao Estado brasileiro. A corrupção precisa ser extirpada, sim, com maturidade institucional, que implica recusa a métodos de exceção e facciosismo político com que, em boa medida, tem sido conduzida a Lava Jato. Se a bruxa existe, um bonapartismo redentor deve ser posto definitivamente fora da tela do radar dos que dirigem em última instância a Lava Jato.

A expectativa de poder fica para 2018, segundo o calendário democrático, com outro cardápio de opções para levar a política à normalidade – fim de reeleições, fórum especial para todos os ex-presidentes da República, entre outras.

O importante é criar uma curva de incremento voltada contra o quanto pior, melhor, mobilizando forças e chamando à responsabilidade não apenas a base do governo como também forças da sociedade e até mesmo figuras mais sensatas da atual oposição.

Dilma Rousseff, integridade e compromisso

Curto e grosso, escrevo para homenagear a presidenta Dilma Rousseff. Nem me atendo à conveniência política ou não de convidar o ex-presidente Lula ao ministério de seu governo. Registro apenas o quanto ela revela de compromisso, integridade e convicção para com um projeto político e com a democracia e o Brasil.



A história o registrará, depois de todo esse facciosismo político que vivemos: a medida demonstra preocupação com a democracia, a nação e a estabilidade política. Lula está na posse de seus direitos políticos, como qualquer cidadão que não sofreu condenação alguma. É um engodo considerar que Dilma e Lula pretendem o foro privilegiado para o ex-presidente. O foro privilegiado não obstrui nem as investigações e muito menos a Justiça. Acentuar isso é o esforço da mídia golpista, alimentando a intolerância e o ódio.

Uma pessoa forjada nos mais duros combates e que aprendeu a prezar a lealdade. Nosso respeito, presidenta!

O tempo político escasseia, é urgente a saída para a crise

Artigo publicado em 14 de março de 2016

O país está num grande impasse e envolvido em situação de emergência nacional. O impasse é para todos os lados envolvidos. O desfecho para os impasses não pode se dar à força, muito menos à base de intolerância e ódio. Dar trelas às provocações extremadas da direita nesse ambiente, e ampliar a ressonância delas pela mídia, é caminho para o caos.

As forças nacionais responsáveis precisam assumir as rédeas em defesa de saídas que não envolvam violência institucional e não atentem contra a democracia.

Impeachment sem crime de responsabilidade definido não tem outro título senão o de uma violência institucional, um golpe. Será uma mácula permanente nos livros da história política do país. Vai abrir uma ferida política, institucional e social que não cicatrizará ao longo de toda uma geração. É irresponsabilidade. Agrava a crise econômica, atenta contra os interesses e a imagem do país. Não demonstra senão imaturidade institucional e política, abrindo perigoso precedente ao Estado de Direito, desvirtuando seu propósito para fins instrumentais.

Saídas institucionais não podem ser improvisadas, sob risco de enfrentar resistências nesse ambiente antipolítica que viceja na sociedade. As ruas o demonstraram neste último domingo: ninguém ganha com o espírito justiceiro, nem sequer o proclamado combate à corrupção, apesar das aparências.

As saídas precisam ser laboriosamente construídas na política, com espírito público, respeito democrático e em prol da economia do país. Portanto, envolvendo forças amplas dispostas a sair do estado de guerra política permanente.



É preciso entendimentos, a partir da salvaguarda do mandato presidencial e do calendário das eleições em 2018. Não apenas por ela, Dilma Rousseff, pessoa íntegra, que não cometeu nenhum crime de responsabilidade no exercício do cargo, mas em resguardo de preceito democrático fundamental.

Afora isso, um plano de emergência nacional, envolvendo, a partir do governo, forças novas, mais extensas e influentes, para sustentar medidas consensuadas, uma agenda concreta e imediata que sinalize uma perspectiva de estabilidade institucional e retomada do crescimento econômico. Apontar para a queda dos juros para sanar a crise fiscal do Estado que não seja às custas da manutenção dos custos da dívida pública. Sustentação do câmbio favorável às contas externas e à indústria. Acelerar a leniência das empresas envolvidas na Lava Jato que aceleram empregos e investimentos. Entre outras, são medidas que merecem encontrar um consenso superior entre as forças políticas e na sociedade.

O governo pode se reformular para essa emergência, voltado a esse entendimento.

As forças sociais fundamentais que o sustentam lutarão por incluir na agenda de emergência a preservação de direitos sociais e conquistas alcançados nestes anos. O mundo os reconheceu e saudou. São conquistas cumulativas da nação e só um sectário as desconsideraria. Retrocessos nisso serão alimento para maior instabilidade, em qualquer cenário de desfecho para a crise.

A partir dessas balizas, são indispensáveis mediações, as quais invoquem o espírito de responsabilidade às forças políticas, econômicas, sociais e jurídicas. A Constituição de 1988 em seus preceitos não está esgotada. O maior deles, e o melhor para o Brasil e sobretudo para os trabalhadores, é assegurar a estrita norma democrática para o devido processo penal, sem apelar à exceção. Não é momento para soluções impostas à força, sob pena de agravar os impasses e não responder à crise que acomete o Brasil.

2015

2015

- O PIB 2015 registrou 4,6% negativos, tendo sido em 2014 0,4% negativo. O total de desonerações tributárias no ano alcançou 4,5% do PIB.

17 DEZ

O STF derruba o rito adotado por Eduardo Cunha no processo que pode afastar a presidente Dilma. Indica que quem decide sobre a instauração do *impeachment* é o Senado, com maioria simples na votação.

16 DEZ

Grandes manifestações da Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo "Contra o golpe, em defesa da democracia!", "Fora Cunha!" e "Por uma nova política econômica".

5 DEZ

Polícia Federal faz busca e apreensão na casa de Eduardo Cunha.

3 DEZ

Grupos pró-*impeachment* realizam atos com público menor do que os protestos anteriores em 100 cidades do país – em algumas capitais, contudo, público não chegou a mil pessoas.

2 DEZ

Cunha aceita pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff.

1 DEZ

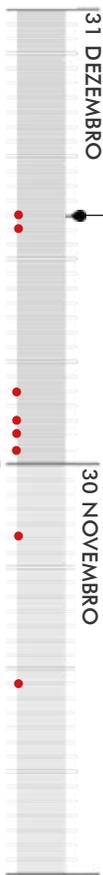
A economia recua 1,7% no 3º trimestre, e país segue em recessão. Frente ao 3º trimestre de 2014, a queda é ainda maior, de 4,5%.

25 NOV

PF prende o senador Delcídio do Amaral, do PT, acusado de atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato, e se tornou o primeiro senador em exercício a ser preso no Brasil.

13 NOV

Jornada nacional de mobilização da Frente Brasil Popular em Brasília



19 de dezembro de 2015

José Goldenberg, a era Vargas e o PCdoB

Artigo publicado em 19 de dezembro de 2015

Sem um Estado nacional à altura da vocação de um projeto nacional soberano, a nação estaria de mãos atadas para fazer valer seus interesses num mundo de assimetrias de poder tão atordoantes. Sem isso, restará a esta grande nação engatar-se como vagão na locomotiva dos poderosos.

“Queria ouvir um pouco o senhor sobre os rumos da política energética nacional”, indagou a *Folha de S. Paulo* ao físico José Goldenberg, 87 anos, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A entrevista versava sobre a Usina de Belo Monte e foi publicada hoje. O físico respondeu: “Houve uma visão dos anos 1950 da Presidência. É uma ideia nacionalista, de que o sistema tem de ser estatal, de que as empresas estavam ganhando muito dinheiro. É uma visão ao

estilo PCdoB". E mais adiante, quanto às "mágoas" das empresas do setor elétrico com o governo federal, cravou: "Tem um pouco do voluntarismo da Dilma... uma visão meio stalinista das coisas".

Vejamos. Anos 1950 se referem à era Vargas. Muitos pretenderam enterrá-la sem consegui-lo. FHC não substituiu, na história nacional, as figuras gigantes de Celso Furtado, dos boêmios cívicos e de tantos outros nacionalistas daquele tempo, entre os quais avulta o estadista presidente Getúlio Vargas. Não era ele comunista nem stalinista, ao contrário, mas tinha o senso estratégico nacional.

Nem era o caso de tal enterro, mas de atualização do projeto. A obra da construção nacional está inconclusa, nos termos do tempo presente e exigente de novo patamar. Isso tem a ver com estratégia de desenvolvimento nacional, um debate nevrálgico. Aliás, a globalização sob a égide norte-americana repôs tais exigências com ainda maior nitidez. Sem um Estado nacional à altura da vocação de um projeto nacional soberano, a nação estaria de mãos atadas para fazer valer seus interesses num mundo de assimetrias de poder tão atordoantes. Sem isso, restará a esta grande nação engatar-se como vagão na locomotiva dos poderosos.

No mínimo, o físico Goldenberg deveria ter percebido que o tema não se presta a representar um senso comum, digo, um pensamento único.

Do mesmo modo, quanto ao PCdoB. Posso crer que ele não acompanhe a vida real do mais antigo partido do país em atuação sem interrupções, ao custo de muita luta e sacrifício pela liberdade, progresso social e soberania nacional. Uma pena! No fim dos anos 1970 conheci o professor, antes de ser reitor da USP onde estudei, na condição de um democrata. Também porque era pai de um preso político, comunista do PCB, a quem prestei solidariedade e ajuda por razões que não vêm ao caso.

Queria crer, por estas circunstâncias, que o professor tivesse interesse em saber da *démarche* (evolução) dessa grande corrente, mesmo discordando dela, o que respeito, como contribuinte destacado pela democracia. E que,

sendo democrata como é, compreendesse que esse atributo, desligado de um projeto nacional que integre o povo à nação e alcance-lhes novo patamar civilizatório, é uma ideia manca.

O termo PCdoB, quando usado em termos adjetivos, até mesmo na mídia plutocrática, o é para indicar autenticidade. Aquela de quem reage à apostasia e à descaracterização, renova o ideal, mantém sua identidade, coerência, seus princípios. Essa foi a base para o PCdoB, sem cabotinismo, se destacar como capaz de se renovar permanecendo o mesmo, e conquistar cada vez maiores respeito e prestígio pela sua determinação e firmeza, como se viu este ano nas ruas, no movimento social, na sociedade civil e tribunas do Congresso. Uma corrente política respeitada mesmo pelos adversários políticos, no que são retribuídos.

Mas, mais que um termo, o PCdoB é um partido que tem um Programa. Não tem “uma ideia nacionalista, de que o sistema tem de ser estatal, de que as empresas estavam ganhando muito dinheiro”. Aliás, em seu Programa um dos tópicos é precisamente “o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo [dos anos 1950]”.

Lá se diz: “O PCdoB está convicto de que, no transcórre das primeiras décadas do século XXI, o Brasil tem condições para se tornar uma das nações mais fortes e influentes do mundo. Um país soberano, democrático, socialmente avançado e integrado com seus vizinhos sul e latino-americanos”. Então, tem a ideia, transformada em prática política, de que o Brasil necessita de um novo projeto nacional de desenvolvimento, com aqueles atributos, e mais o da sustentabilidade ambiental, que hoje, concretamente, propõe reformas estruturais democratizantes que destravem o processo de afirmação nacional, democrática e popular.

O professor erra formalmente. O PCdoB propõe, nesse projeto, “uma economia mista, heterogênea, com múltiplas formas de propriedade estatal, pública, privada, mista, incluindo vários tipos de empreendimentos, como as cooperativas”. Como se afirma no mesmo Programa: “Poderá contar com a existência de formas de capitalismo de Estado, e com o mercado, regulados pelo



novo Poder [político instaurado]. Todavia, progressivamente devem prevalecer as formas de propriedade social sobre os principais meios de produção”.

Nas condições do mundo hoje, da globalização imperialista, do pós-guerra fria, em meio à segunda maior crise capitalista da história, considera que esse projeto tem no fortalecimento republicano do Estado nacional um elemento fundamental para indução do desenvolvimento, inclusive a partir de empresas estratégicas postas sob o comando dessa perspectiva, num sistema todavia capitalista.

Isso está inserido numa grande e longa transição histórica, na qual o projeto nacional de desenvolvimento representa o caminho para abrir perspectivas a um socialismo renovado, fincado no solo da história política, econômica e social do país, no caráter de nosso povo trabalhador, sem modelos pré-determinados. Socialismo que consideramos um sistema capaz de sustentar a soberania da Nação e a valorização do trabalho e que, por sua vez, não triunfa sem absorver a causa da soberania e da afirmação nacional.

É esse o programa que norteia sua ação. Pode-se concordar, ou discordar, com o PCdoB, mas a entrevista com o físico Goldenberg, nesse caso, incorreu em dois erros muito frequentes de quem se aventura nesse terreno do alegado anacronismo. Um foi o de considerar que se critica uma “era” encerrada ou que não pudesse ser ou tenha sido *aggiornata* (atualizada). Outro, por extensão, o de se mostrar mal informado sobre tais atualizações, conferindo à crítica vieses ideologizados, com um tom adjetivo e, não raro, panfletário, rebaixando o debate de ideias.

O juízo cristalizado do professor ficou nos anos 1950. Há os que cometem o erro do presentismo, que analisam o passado de modo descontextualizado, aplicando os contextos do presente. Ele, no caso, foi passadista, analisando o presente com os olhos de epígono, obnubilando a dinâmica do pensamento que ele critica. Pior, no caso, e incrível, é que invocou categorias do tempo da guerra fria.

Já nem falo de suas ideias sobre energia – uma dentre muitas em de-

bate dos especialistas – apresentadas com o fervor dos donos da verdade única. E em tempo registro que a Fapesp foi constituída por projeto de um comunista na Assembleia Legislativa de São Paulo. Em época áurea, professor, quando se fortalecia o Estado nacional.



O golpismo engasgou!

Artigo publicado em 17 de dezembro de 2015

O processo de *impeachment* engasgou. O atropelo institucional de Eduardo Cunha na Câmara foi barrado. As forças golpistas estão desacorçoadas, nas ruas e nas tribunas.

As regras do jogo foram mantidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com respeito ao *impeachment* de Collor.

A Comissão Especial na Câmara dos Deputados não pode ser eleita arbitrariamente, com chapa avulsa e voto secreto.

Embora não admitida no STF, na defesa prévia da presidenta, antes da admissibilidade do processo pelo presidente da Câmara, tudo terá que ser refeito com a indicação dos membros da Comissão Especial pelos líderes partidários, e com votação aberta, conforme a Constituição.

O Senado tem o direito da admissibilidade do processo eventualmente aprovado pela Câmara, julgando o parecer condenatório da Comissão Especial, antes de impor a licença à presidenta. Ganha a relação justa entre a Câmara e o Senado, a quem competirá não apenas julgar – presidida pelo presidente do STF –, mas também julgar politicamente, se admite a instauração do processo. Fá-lo-á por maioria simples, havendo presença da maioria de seus membros.

Vitória do Estado de Direito Democrático e das prerrogativas da Constituição.

Ganha o governo com sua justa causa, indicando que, se o *impeachment* é previsto na Constituição, é golpismo se não tiver fundamento jurídico com

base na lei. A presidenta Dilma não cometeu crime de responsabilidade nos termos da Lei. Inventar crimes para destituí-la é golpismo indisfarçável.

Ganha o STF, pela defesa da Constituição.

Ganham as forças populares nas ruas, barrando o processo.

Ganha a civilidade do sistema político na Câmara mediante o Colégio de líderes, contra o arbítrio e o casuísmo de Eduardo Cunha.

Ganha o PCdoB que protagonizou desde a primeira hora a causa da ADPF julgada hoje.

Foram derrotados os baixos instintos golpistas que comungaram a oposição no Congresso e nas ruas com as chantagens antirrepublicanas de Eduardo Cunha. Dá-se o Brasil ao respeito!

Foram derrotadas as forças do partido da imprensa golpista, açulando as manifestações odientas da direita nas ruas.

Foram desmoralizados os tucanos, cujo ex-governador de Minas Gerais foi condenado à prisão por vinte anos e, na caradura, jogam contra o país, a normalidade política e os interesses do povo.

Perdem Eduardo Cunha, Michel Temer e o histórico manifesto golpista proclamado hoje por Paulo Skaf em nome da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – nem Roberto Marinho, no auge de sua prepotência, iria tão longe quanto ele.

Alterou-se a disputa no PMDB. Nova indicação da bancada devolve a liderança usurpada pela manobra de Temer-Cunha em destituir a ala que apoia o governo.

Amanhã o governo anuncia MP (Medida Provisória) da leniência das empresas envolvidas na Lava Jato. Hoje Dilma se reuniu com o povo das ruas que ontem mobilizaram cerca de 300 mil manifestantes.



Ela ganha tempo político para anunciar rumos imediatos pactuados para minorar a crise. Foi aprovado o orçamento que mantém os investimentos do Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, descontados se necessário do superávit primário acordado.

Medidas já anunciadas por Dilma Rousseff ao longo deste ano – enfraquecidas pela crise política – passam a ter horizonte para a repactuação entre as forças interessadas na retomada do crescimento econômico. Exemplos: Compromisso pelo Desenvolvimento, entre as forças industriais e as centrais sindicais, pode ser ativado com a sinalização da retomada da queda dos juros; estímulo às exportações, proteção do emprego.

Criam condições para um reencontro entre forças produtivas da indústria, os trabalhadores e as ruas.

Vai ficando claro que a estabilidade institucional e a normalidade política, com Dilma no comando, são o caminho mais curto e consequente para se enfrentar a crise e pôr a economia nos trilhos.

Fora disso, é ilusão imaginar que um *impeachment* fraudulento criaria condições para a pacificação nacional. Ao contrário, a instabilidade e a ingovernabilidade se agravariam.

Grande dia, de uma grande luta ainda inconclusa.

A democracia vencerá. Com ela, as condições para o povo manter as conquistas alcançadas, e para o governo se reencontrar com sua base social para aprofundar essas conquistas com reformas estruturais ao longo dos três anos restantes do governo.

Dilma precisa liderar com amplitude a luta por essa saída: um gabinete de crise, mudanças na orientação do ajuste, e determinação em unir forças e medidas nessa direção. O país precisa de sinalização de futuro!

A luta continua. Nas ruas e nas tribunas. Não foi vencida, mas agora em condições menos desfavoráveis, embora ainda instáveis e imprevisíveis.

O golpe deu mais um passo

Artigo publicado em 10 de dezembro de 2015

A batalha contra o *impeachment* é cruenta, complexa, de duração e desfecho imprevisíveis. Nem se fale em subestimá-la. Com a velocidade dos desenvolvimentos em curso, será perdida se se estabelecer uma visão estanque e estática sobre os campos em confronto, ou se se desconhecer as mutações produzidas neles em cada uma de suas fases e etapas.

No tempo em que se aprovou a Comissão Especial da Câmara dos Deputados para apreciar a admissibilidade da denúncia contra a presidenta da República, o vetor central das lutas é a garantia da democracia e do Estado de Direito contra o golpe.

A vitória desta terça-feira última na eleição da Comissão Especial estabelece um novo quadro na correlação de forças em confronto, numa batalha em que ressaltam os atropelos institucionais.

A Constituição Federal prevê os casos em que se institui o voto secreto no Congresso. Entre eles não está incluído o voto para eleger comissões em geral no Congresso, a Comissão Especial em particular. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o impôs sob violência institucional.

O Regimento da Casa prevê a composição da Comissão Especial referida mediante indicação dos líderes de bancadas. Em nenhum caso é prevista a possibilidade de chapas avulsas em confronto. Mais uma violência institucional que Eduardo Cunha impôs, e exigiu uma ginástica medíocre de nomes, que nem grêmios estudantis utilizam mais.



O rito congressional para a admissibilidade do *impeachment* está *sub judice*, aguardando parecer do ministro Edson Fachin para juízo do Supremo Tribunal Federal (STF). Há vazios entre a Lei específica sobre o tema, de 1950, a Constituição Federal e o Regimento e, nele, Eduardo Cunha respondeu à questão de ordem apresentando um rito arbitrário e monocrático. Uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, protocolada pelo PCdoB – à qual se uniram como amigos da causa numerosas entidades da sociedade civil – provocou a manifestação do Supremo. Não obstante, Eduardo Cunha atropela a tudo e a todos.

Assim, na Câmara dos Deputados, a Casa do Povo, vão sendo derrogados o Regimento e o próprio colégio de líderes como organizadores do rito de deliberação em matéria sensível e excepcional para o país e sua história.

É todo um sistema político e o papel das bancadas que vão sendo atropelados. Cunha dá um apagão no sistema e suas normas para que, nas trevas do casuísmo, todos os gatos pareçam pardos. Assim, ele pretende que se mantenham fidelidades para se ver livre do seu destino incontornável, que é a destituição da presidência e eventual cassação do mandato – seja no Conselho de Ética e plenário, seja no STF mediante ação da Procuradoria-Geral da República.

Hoje, entre as instituições da República, o fator de maior instabilidade é a Câmara dos Deputados, o que já é um profundo desserviço à nação. Combinada aos arbítrios da Lava Jato, põe em perigo conquistas fundamentais da democracia e Estado de Direito.

Turvadas as águas, a oposição vai à pescaria. Confirmam a tradição golpista feita de crueldade e falta de escrúpulos, com sagacidade e sem maiores requintes. Acelera o passo, e seu núcleo político centrado nos tucanos joga no agravamento da instabilidade política, econômica e social do país. Docemente constrangidos, festejam o rito decidido por Cunha. Depois pretendem expeli-lo.

A mídia plutocrática se apressou em editorializar o golpe, como foi o caso do *Estadão* dos Mesquita e da Globo dos Marinho.

Unidos, parecem julgar que a história se confundiria quanto às motivações e aos arbítrios. Em pleno século 21, uma das maiores e mais pujantes democracias eleitorais do mundo – e ainda a mais jovem, em tempo de vigência – vai sendo golpeada.

Precisaremos esperar mais cinquenta anos para que venham depois pedir “desculpas” ao país e à opinião pública pelo “erro” que cometeram também em 1964 e 1989? Como será lembrada nesse mesmo tempo a atual legislatura da Câmara dos Deputados, onde figuras menores da República se saciam de interesses inconfessáveis e atentam contra a normalidade política e a estabilidade institucional do país? Até mesmo figuras que se imaginava maiores se apequenaram. Lá em surpreendente medida não atuam mais partidos e líderes, mas radicais livres, sujeitos à negociação política um a um.

Não se deve subestimar a gravidade desses fatos e as ameaças que representam. Em prol da democracia já se travaram batalhas históricas memoráveis, ao custo de muitas vidas, que a fazem o esteio fundamental para o povo brasileiro prosseguir na jornada da construção e afirmação nacional, soberana e de progresso social, fortalecedora de suas instituições.

Nas condições absolutamente excepcionais de temperatura e pressão atuais, é indispensável o senso de urgência para barrar o golpe nas ruas e tribunas, nas redes sociais e associativas. Nosso povo tem nisso um forte e poderoso ativo político e precisa pô-lo em ação.

Mas toda guerra depende da direção justa. Comando, foco e amplitude são decisivos para vencer.

Comando instituído como Estado-Maior, com forças experientes para batalhas no seio dessas instituições, com capacidade de concatenar os movimentos entre o Executivo e o Legislativo, a consciência jurídica democrática, com as ruas e forças vivas da sociedade e dos indispensáveis movimentos sociais mobilizados. O próprio comando precisa ser mais amplo que o governo e seu principal partido de sustentação.



Foco, porque é central uma bandeira ampla e radical da defesa da democracia e do Estado de Direito contra o golpe. É a batalha tática de alcance estratégico, que define se o país vai para o norte ou para o sul, se se mantém um governo avançado do povo ou se obtém uma derrota estratégica para as forças progressistas brasileiras, latinas e mundial.

Foco também, em outro sentido complementar, porque se é verdade que sem o apoio das mobilizações sociais essa seria uma batalha de Itararé – segundo a lenda, a que não houve –, também é verdade que o golpe se desmonta no Congresso e, eventualmente, com apoio no Judiciário. Precisam se coadunar, mas exigem uma pressão concentrada sobre os parlamentares, na votação em todas as fases do processo em curso.

Amplitude, que é corolário para a luta no Congresso, como também porque barrar o golpe é, ao mesmo tempo, reunir forças em torno de um consenso que apresente perspectivas para a normalidade política, estabilidade institucional e saídas para a crise econômica com a retomada do crescimento. Isso precisa unir forças largas, porque, no fundo, a luta neste momento é entre consensos polares e opostos que vão se formando em torno das saídas para o impasse.

Todas essas exigências implicam forte protagonismo presidencial, liderando as forças antigolpistas e o novo consenso, a partir da condição e força de ser governo num regime presidencialista, capaz de iniciativas indelegáveis no contexto de defesa da democracia e da legalidade, enfrentar a crise e oferecer novas perspectivas de futuro para a maioria do povo, ou seja, medidas econômicas que sinalizem proteção aos interesses populares e nacionais, estimule a atividade econômica.

Não faltarão à presidenta os verdadeiros democratas e patriotas, a esquerda política e social, as ruas enfim. Não apenas por ela, pelo seu mandato legítimo conferido pela soberania popular do voto, mas sobretudo pela democracia e pelos interesses do país. É uma força poderosa. É preciso determinação e clareza para vencer.

Exasperação política atenta contra o interesse nacional

Artigo publicado em 1º de dezembro de 2015

O Executivo foi obrigado a decretar um contingenciamento de 10,7 bilhões do Orçamento da União, o terceiro do ano, para fechar as contas adimplentes e nos termos da Lei.

A União tem o imperativo de obter a revisão aprovada para não ser enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso ocorre porque o ajuste fiscal não avançou no que tange a aumentar a arrecadação federal, mais que a reduzir gastos do governo.

A aprovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) nessa direção são fundamentais. E só se encerra o ano com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o que as medidas anteriores são fundamentais.

Em suma, a hora segue sendo de gravidade. *Cui prodest?* (A quem beneficia?).

Atribuir à presidenta a responsabilidade única é irresponsabilidade coletiva.

Imaginar que derrubando Dilma se “passa tudo a limpo” é uma amarga ilusão ou irresponsável charanga. O que vai ser condenado é o sistema político como um todo, como já se verifica em pesquisas. O povo não perdoará a omissão nem a jogatina de jogarem a culpa um sobre os outros.

Quer dizer, os três poderes da República têm a responsabilidade para apontar para a normalidade política e a estabilidade institucional, cada qual



com seu papel e rito.

A instabilidade do Congresso, a situação fragilizada do presidente da Câmara e a guerra política instalada entre forças dispersas, até mesmo no interior de cada partido, causam grandes danos aos interesses nacionais e de todos os setores da sociedade. No Senado, os recentes acontecimentos com a prisão do líder do governo também deterioraram a situação.

Nesta hora faz falta manter rigorosamente a institucionalidade, o Estado de Direito, não ceder à impunidade nem tampouco à terra arrasada dos que querem dar carniça à opinião pública.

Faz falta, em especial, aquele sentido de missão do Congresso Nacional, apostando no país para além dos interesses políticos mesquinhos. Líderes se forjam nessas situações e não nas questiúnculas da política menor. No Congresso e na própria Justiça não faltam vozes autorizadas e caminhos estabilizadores para apontar no mesmo rumo. Quanto ao Executivo, Dilma pode e deve liderar um chamado à convergência, mas isso não exime os demais atores de cumprirem seus papéis como autoridades perante a sociedade.

É preciso apontar convergências em prol do país, com Dilma no vértice em respeito ao mandato constitucional majoritário que lhe foi dado pelo povo – o que também será sinal de estabilidade institucional indispensável.

Delcídio, o sincericídio e as instituições republicanas

Artigo publicado em 26 de novembro de 2015

A delação premiada de Cerveró parece que incluiu a tocaia em que caiu o senador na coleta de provas. Foi coisa de profissional.

Não se sabe até agora se o pior é o sincericídio de Delcídio nas provas coletadas ou o quanto foi ordinária sua atitude junto com a de seu advogado: discutiam a possibilidade de surrupiar do país alguém com tornozeleira eletrônica!

Delcídio foi diretor da Petrobras nomeado em 2001 – governo FHC. Nomeou, por sua vez, Cerveró *et cetera*.

Era dito e considerado como “o mais tucano dos petistas”.

Agora a bomba caiu mais uma vez, seletivamente, no PT.

PT que, no caso, foi chamado de oportunista e covarde pela sua incrível nota pública acerca do senador. E não respondeu em plenário.

O Senado tinha a prerrogativa de decidir sobre a prisão em votação secreta segundo o Regimento, dado que o voto secreto nesses casos foi desconstitucionalizado por uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em 2001. O presidente do Senado respondeu com altivez e institucionalidade à questão de ordem sobre o rito de votação, e ofereceu ao plenário a palavra final.

O voto secreto nas condições determinadas pelo Regimento é tão democrático quanto o aberto. Segundo as circunstâncias, impõe-se mesmo para permitir a livre expressão da consciência de quem tem o mandato, dado pelo



voto popular, no caso voto majoritário, e afirmar a independência do Legislativo.

O Senado é uma instituição tão séria e necessária quanto o Supremo Tribunal Federal (STF). Não há choque institucional em qualquer que seja o caso do regime de votação, todos previstos na Constituição, dada a independência dos Poderes.

Haverá um julgamento de mérito, de atribuição do STF, que decretou prisão preventiva do senador alegando crime continuado. Se o Senado tivesse decidido relaxar a prisão, o julgamento se processaria do mesmo modo – depois de tudo o que aconteceu, difícil crer em destruição de provas.

A Justiça é necessária. A Política também. Ambas constituem instituições comprometidas com o país. Mas todas têm um rito, fronteiras e limites. Mexer com mandatos alcançados sob a soberania do voto popular é uma absoluta exceção e sempre envolve perigos republicanos. O Senado não diminuiria seu papel se tivesse negado a prisão, mantido o julgamento do mérito.

Não é à opinião pública que é preciso responder, de imediato, mas também aos interesses republicanos da nação e ao papel de suas instituições. O importante é isso: preservar as instituições, cada qual com suas atribuições constitucionais. Invasões de prerrogativas não são boas para a estabilidade institucional. Nem para a República.

Tempo conquistado, base para retomar iniciativa

Artigo publicado em 25 de novembro de 2015

É reflexão velha como a guerra, mas toda crise acaba sendo, também, um impulso, uma oportunidade.

No Brasil, o governo ganhou tempo, mas a situação segue grave. No horizonte de recuperar força política e sinalizar rumos que respondam à recessão galopante na economia, há muitas nuvens ainda. Essencialmente, há restrita margem de manobra da presidenta, dado o cenário internacional e dada a crise interna envolvendo política, economia e base social.

O que há de novo é que um consenso progressivo dos setores conservadores em torno de uma pauta/agenda para o país recolocará pressão sobre o mandato Dilma. Um embrião desse possível consenso foi apresentado pelo PMDB, com sua *Ponte para o Futuro*, radicalizando medidas liberais contra a Constituição cidadã de 1988 (na qual o papel do PMDB foi central), que levariam o poeta a indagar: “Se foi prá desfazer por que é que fez?”.

Recordando: durante o governo Itamar, de transição, criou-se à margem do próprio governo um consenso, o do Plano Real – arquitetado ao tempo do Consenso de Washington. Foi uma avalanche que arrastou forças econômicas e sociais, abrindo no país a era neoliberal, a era de tentativa de enterrar a era Vargas (nas palavras do próprio FHC). Foi tudo muito rápido, ou seja, nas crises, saídas se encontram se se forja um consenso majoritário.

Aí mora o perigo. As forças conservadoras estão avançando na disputa política sobre a pauta da retomada do crescimento econômico. Na essência, com a ideia de que esse Estado não cabe no Brasil, impõe-se “menos Estado” às custas de um violento choque institucional para derrocar os “deveres do



Estado e os direitos do Cidadão”. Daí que a pauta da dominância fiscal reina sobre o debate das saídas para a crise econômica.

Na Argentina, venceram. Aqui estão avançando na luta de ideias contra o projeto aberto em 2003.

Há grandes controvérsias sobre a situação econômica e as saídas para a crise, mesmo no campo da esquerda política e social. Já argumentei que o governo precisa aproveitar o tempo político ganho e apresentar uma agenda concentrada de pontos para fazer convergir expectativas e reunir forças.

Apontei como exemplo para a virada da página do ajuste, promovendo arrecadação e não cortes – como o feito por meio da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) partilhada com os estados e municípios; de repatriação de capitais alimentando o fundo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estados; autorização para crédito dos estados; algum estímulo econômico, como, por exemplo, crédito popular. E, muito importante: acelerar o acordo de leniência das empresas afetadas com a Operação Lava Jato.

Isto posto, se houver terreno para a base social ficar na defensiva perante a recessão, o desemprego, a queda salarial, tudo ficará mais difícil de sustentar. Ao contrário, é preciso disputar a pauta dos caminhos para a retomada do crescimento econômico. Melhor dizendo, trata-se de consensuar *novos caminhos* para se avançar no projeto nacional de desenvolvimento, dado que se esgotou uma *etapa* (vitoriosa) percorrida até 2014.

Mais em curto prazo, a questão é sinalizar a repactuação de condições para a retomada de investimentos públicos e privados (muitos já apresentados: petróleo e gás, logística e infraestrutura etc.), promover proteção nacional e pautar a reindustrialização do país. No horizonte estarão medidas de reforma tributária e a expectativa de um salto em educação e inovação para alimentar a produtividade e a competitividade da economia brasileira.

Na confluência desses diferentes tempos, são centrais a retomada da

queda dos juros e a sinalização de estabilidade para um câmbio que torne a estimular a indústria e a exportação. Pode-se até admitir, nessas bases, uma âncora fiscal planejada, com tempo mais dilatado para alcançar metas, utilizando também as reservas cambiais para sinalizar não explodir a trajetória da dívida pública como proporção do PIB.

Seguir adiante é possível, aliás é uma exigência. No fundo, a questão é relativa às reformas estruturais, reformas de Estado, não na direção de torpedear seu papel indispensável como indutor do desenvolvimento, enfraquecendo a capacidade autônoma da nação, mas ao contrário, fortalecendo-o como elemento indispensável para fazer frente à difícil correlação de forças do poderoso capital financeiro globalizado.

É preciso ousadia para ocupar o tempo conquistado com a força de governo e apresentar iniciativas – políticas, econômicas e sociais – que sinalizem as forças de sustentação do projeto em curso rumo à nova etapa. É preciso vender futuro! No mínimo, isso reavivará as forças sociais fundamentais que esse projeto representa: os interesses dos trabalhadores e do povo mais necessitado, os interesses nacionais e o imperativo da democracia.



Ponte de ilusões?

Artigo publicado em 16 de novembro de 2015

O documento foi saudado pela mídia e por formadores de opinião como o programa que o PSDB não teve coragem de apresentar, o que, se não diz quase tudo sobre o caráter da proposta, evidencia as disputas que estão em curso sobre os rumos do país.

Com efeito, a bancada do PSDB, na Câmara e no Senado, errou estrategicamente no modo como se situou diante da crise política e econômica, apostando no apocalipse contra o país, deixando espaço aberto à costumeira presteza do PMDB em ocupá-lo. Alguns tucanos já passaram o recibo da iniciativa do PMDB.

O Brasil tem uma travessia para enfrentar a crise, com os ajustes impostos pelas circunstâncias mundiais e a questão fiscal. Mas estão em disputa política os caminhos para a retomada do crescimento e, nesse terreno, as teses liberais estão na ofensiva: menos intervencionismo, menos Estado, o Estado que temos não cabe no orçamento.

Na confluência disso, o diagnóstico feito pelo PMDB e as medidas apresentadas estão centrados na questão fiscal como meio e como fim. Com inaudita severidade e liberalismo, a proposta envolve alterar, em múltiplos terrenos, o modo como o Brasil perseguirá o desenvolvimento e seu lugar no mundo: fim das vinculações previstas na Constituição, como os gastos mínimos obrigatórios com saúde e educação; orçamento impositivo; fim da indexação de salários e benefícios da Previdência; fim do regime de partilha na exploração do Pré-Sal; e busca dos acordos comerciais com os Estados Unidos, a Europa e países asiáticos, com ou sem os parceiros do Brasil no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Enfim, um cavalo de pau no transatlântico.

Além da austeridade que isso implica para os trabalhadores e os direitos sociais – os mesmos que a Constituição cidadã, proclamada por Ulysses Guimarães, consagrou como direitos do cidadão e deveres do Estado –, a proposta implica um choque institucional de proporções, alterações de vulto na Constituição no plano tributário, fiscal, federativo, social. Parece que seria necessária uma nova Constituição ou um novo país para caber na atual Constituição.

Não se sabe exatamente como o PMDB imagina repactuar esta plataforma com a sociedade, além da oportunidade que entreviu na cena da crise política. Forças sociais certamente se porão em choque aberto com a proposta. Forças políticas e empresariais ele as precisará disputar com a oposição formal, o PSDB e seus aliados. Sem ponderar, ainda, que esse partido é uma federação de facções em permanente unidade e luta entre si, e dar a cara da austeridade para concorrer às eleições de 2016 ou de 2018 não é uma perspectiva agradável para unificar suas fileiras.

Eu me pergunto sobre as possíveis ilusões do PMDB em ser o representante orgânico do *main stream* financeiro e produtivo do país. Sua tragédia como partido de caráter democrático é nunca ter-se viabilizado à Presidência da República por eleições diretas, não obstante ser o mais capilarizado do país, com o maior número de vereadores e prefeitos, uma das maiores bancadas de governadores, senadores e deputados. As portas foram fechadas para ele jogar um papel dominante na política brasileira. Restou-lhe o caráter (nada desimportante) de ser um partido centrista, fiel da balança, mas – o que é praticamente uma singularidade brasileira – com grande musculatura.

Isso ocorreu porque o partido foi alvo de uma poderosa desconstrução, marcado com ferro como expressão de todo o “atraso” que existiria na política brasileira, com a crítica mortífera à política populista, clientelista e patrimonialista, portador de um nacionalismo anacrônico. Isso especialmente em São Paulo, terra do vice-presidente Michel Temer, ecoando ainda os mesmos traços plutocratas da luta contra Getúlio Vargas, e uma academia



poderosa que foi a usina daquela crítica – da qual nasceram os tucanos (diretamente das costelas do PMDB) e o PT.

Decididamente, o PMDB tem no seu DNA notável sagacidade para ocupar espaço. E vocação para um partido de centro, uma necessidade objetiva no país. Mas não deveria ter ilusões: o transformismo a esta altura não lhe abriria as portas da confiança das forças econômicas e ideológicas dominantes, para as quais representa, ainda hoje, o atraso político. Ao lado da disputa de rumos para a retomada do crescimento econômico e do projeto de nação, está em disputa também a orientação geral desse grande partido brasileiro.

Uma agenda imediata do governo se impõe

Artigo publicado em 6 de novembro de 2015

O governo precisava de tempo político para reorganizar o jogo e sair da defensiva. Os acontecimentos das últimas semanas conquistaram esse tempo, embora não a normalidade política.

A manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o rito do *impeachment*, as complicações de Eduardo Cunha mais os impasses da oposição, a crescente manifestação em defesa da democracia e do mandato Dilma e, ainda, a reforma ministerial fazem com que o jogo fique “travado” no meio-campo, ninguém arrisca o ataque nem abre a defesa. A agudeza da crise vai sendo estendida provavelmente para 2016.

O mais grave que ocorreu foi a agenda do PMDB, *Ponte para o Futuro*. Foi saudada pela oposição, um verdadeiro oferecimento a uma “saída” à moda ortodoxa, comprometendo as bases para a retomada do crescimento econômico de caráter nacional e popular.

Resta, então, que o governo aproveite esse tempo. Ele precisa estabelecer uma agenda nessa transição, com medidas concretas e factíveis, poucas, mas decisivas para agrupar a base política e social e apresentar uma perspectiva para a economia. Será uma agenda político-administrativa e congressional, estabelecida entre o governo, as forças econômicas e o congresso.

A virada de página do ajuste fiscal é a mais urgente: mirar nas medidas passíveis de aprovação e estabelecer um roteiro para a queda dos juros e abertura de crédito popular. Ao mesmo tempo, pactuar roteiro e medidas



com o Congresso e que avancem na fidelidade da base. Será essa a forma, também, de se contrapor à agenda do PMDB.

Para enfrentar a defensiva, governos só podem fazê-lo assim, com iniciativas concentradas e convergentes. A base social saberá reconhecê-las e ir à luta.

2015

21 OUT

Protocolado o *impeachment* de Dilma Rousseff. O documento foi elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e a advogada Janaína Paschoal.

7 OUT

TCU rejeita contas de Dilma em 2014 por unanimidade, seguindo o relator Augusto Nardes.

3 OUT

Primeira manifestação da Frente Brasil Popular, com mobilização Nacional Unitária em defesa da democracia (contra o golpe) contra os ajustes neoliberais da política econômica e em defesa de "O petróleo é nosso".

2 OUT

Dilma Rousseff corta 8 dos 39 ministérios do seu governo. Com a reforma, o PMDB passa a dominar 7 pastas e o PT, nove.

Mobilização no Rio de Janeiro, em defesa da democracia, contra os ajustes neoliberais e da Petrobras.

21 SET

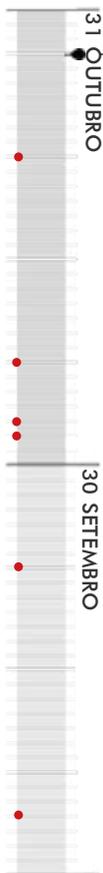
Justiça condena ex-tesoureiro do PT, Vaccari Neto, por envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras, incluindo o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque.

5 SET

Fundada a Frente Brasil Popular em Belo Horizonte.

4 SET

Governo anuncia novos cortes fiscais para fechar o próximo ano com as contas no azul.



28 de outubro de 2015

O Brasil, a economia, a política, o projeto

Artigo publicado em 28 de outubro de 2015

A Fundação Maurício Grabois promoveu, na última segunda-feira, 28 de outubro de 2015, um seminário sobre a crise mundial e seu impacto na realidade brasileira, e a retomada do crescimento econômico no país. Contou com quatro estudiosos de alto gabarito (Agenor Silva Junior, Luiz G. Belluzzo, Lécio Moraes e Eduardo Fagnani), mais oito comentaristas, num debate estimulante.

De modo geral, abordou-se a financeirização do capital e sua crise, não apenas do ponto de vista teórico como também do funcionamento concreto dos mercados financeiros e a assimetria de poder que detém; a geopolítica em curso, entre EUA e China em especial; a crise cíclica que atingiu o Brasil e impôs o ajuste fiscal promovido pelo governo; e a



proposição programática para a retomada do desenvolvimento subscrita por mais de uma centena de economistas progressistas.

Iniciativa feliz e importante, muitas contribuições originais e a inevitável presença do tema “que fazer?” na presente situação do país.

Apreciei os debates segundo três perspectivas de conjunto. Uma é a de que, de fato, não há narrativa unívoca nas forças progressistas sobre a gênese e os modos com que se produziu tamanho desarranjo na situação da economia brasileira, bem como sobre sua gravidade. Há, sim, sobre o fato de a crise capitalista internacional estar longe de um desfecho. E houve original provocação ao debate sobre o presumido fim da tendência à multipolaridade, voltando a predominar os influxos à bipolaridade EUA-China (como havia apontado também José Luis Fiori, mas que não é endossado por Paulo Nogueira Batista Jr., também atento observador na realidade geopolítica e econômica).

Conseqüentemente, quanto ao Brasil, há alguma dispersão na crítica que se faz à atual condução do governo – para alguns, para a condução dos últimos dois anos de Dilma-Mantega –, embora todos concordem que a política de ajuste, neste momento, é impraticável e ineficiente. Tal dispersão (frequente nos temas econômicos) vai desde a crítica da suposta “rendição” da presidenta Dilma ao receituário neoliberal (sic), até certa abstração dos efeitos da crise cíclica própria do sistema e sob impacto da crise internacional, combinada com desarranjo fiscal do governo.

Há, porém, em terceiro lugar, notável (e aparente?) convergência sobre os rumos para a retomada do crescimento e do projeto nacional de desenvolvimento. Aponta para uma macroeconomia do desenvolvimento, como fulcro para uma renovação programática. Mas atenção, também há notáveis críticas internas ao campo (como as de Bresser Pereira, centrado na crítica ao populismo cambial das eras FHC e Lula) e, especialmente, grande discrepância sobre a correlação de forças políticas que permita à nação, nesse contexto mundial, retomar seu projeto – já que, nem em condições melhores como no segundo governo Lula, se logrou superar o hibridismo com que se conduziu

a política econômica.

O debate não pode se deter, precisa ser feito com mérito, método e paciência, concatenando as condições externas e internas, políticas, geopolíticas e econômicas, com as margens de manobra existentes, para uma nação como o Brasil fazer a inteira defesa de seus interesses nacionais e populares. Voluntarismo em política e economia, seja na idealização de condições, seja no desconhecimento de restrições (como a questão fiscal), é veneno.

Minha opinião esquemática é de que segue no centro da contenda de nosso tempo, no Brasil e no mundo, a questão nevrálgica do papel do Estado para superar os constrangimentos ao desenvolvimento nacional. A luta política e ideológica centra-se na denúncia do “intervencionismo” e de “menos Estado”. O Estado indutor do desenvolvimento é poderosa força capaz de contrastar o poderio financeiro das oligarquias e do imperialismo – daí que imprescindível. Nesse sentido, a situação brasileira é um livro didático.

Em nosso caso, combinando vontade e coragem, voluntarismos e erros de condução ou de diagnóstico, o primeiro governo Dilma foi mais avançado em suas intenções que os anteriores, levando o pacto produtivista entre setores produtivos e trabalhadores para o desenvolvimentismo a medidas mais arrojadas.

Com poderosas medidas contracíclicas, não se logrou, entretanto, forças suficientes para seguir adiante, o que ficou patente já em 2013-2014. A crise internacional, em sua terceira onda de choque (após EUA e Europa, atingindo agora os países em desenvolvimento), pôs um fim ao superciclo de comércio de *commodities* (de que se aproveitou bem o Brasil no maior programa de distribuição de renda de nossa história). Portanto, a correlação de forças se desfavoreceu.

Por outro lado, o “instinto” dos investidores, empreendedores nacionais integrantes do pacto, se voltou contra essa agenda, preferindo salvar seus fundamentos de classe – descrença de que pelo caminho adotado se



pudesse garantir taxa de lucro para seus investimentos, numa situação em agravamento atribuída à insustentabilidade do caminho fiscal adotado ou sinalizado. Aliás, o papel eternamente dúplice da burguesia brasileira dá um livro inteiro: sempre no limiar de sacrificar seus interesses imediatos em função de se sentir ameaçada de perder o comando, o que a faz ser capturada ideologicamente pelas forças neoliberais. Desse tema ocupam-se com brilho Bresser Pereira e André Singer.

Portanto, na narrativa da gênese e do desenvolvimento da atual crise há que se combinar as causas da crise mundial, dos enfrentamentos estruturais tentados pela presidenta Dilma com acertos e erros, abrindo múltiplas frentes ao mesmo tempo, e a evolução de uma crise política sem precedentes que vinha, desde 2013, sinalizando insuficiente base política e social de sustentação ao avanço do dito projeto.

Nessa situação, o ajuste certamente não é um programa de governo nem pode ser. É meio, não fim. Foi imposto ao governo, e vem sendo feito pelo mercado. A recessão não foi provocada pela política de ajuste. Ele pode ser progressivo, não um golpe de austeridade na economia; não precisa nem pode atingir os investimentos prioritários já desenhados pelo mesmo governo Dilma, nem tampouco os programas sociais; e deve estar combinado a medidas que sinalizem a retomada dos investimentos e crescimento econômico. Nesse sentido, Levy tem prazo de validade para que se possa o mais rapidamente possível retomar a queda de juros e o aumento do crédito. Dilma precisa vender mais ativamente o “futuro”.

Há três questões a se considerar para maior consenso. Uma, claríssima, é a convicção de que o ajuste vem agravando a recessão pelo seu caráter pró-cíclico, deprimindo a iniciativa econômica e a arrecadação.

A segunda é que não há como nem por que desconsiderar maior equilíbrio fiscal – que não é de direita, nem de esquerda –, pois isso é parte da sinalização de rumos que podem encurtar a duração da recessão, já feita pelo “mercado”. E, em terceiro, não há também por que desconsiderar, como já disse, o

ciclo próprio da acumulação do capital, para uma futura retomada quando se repõe a taxa média de lucro por um processo de depuração de capitais.

Assim, longe de se “render”, Dilma foi além das expectativas em seu primeiro mandato (a demonstrar a integridade de seu compromisso com um projeto nacional), e teve de recuar progressivamente para poder reobter margem de manobra. Pouca gente teria a fibra de suportar o peso da responsabilidade que ela está demonstrando, embora lhe falte liderança política autócotone, própria de sua trajetória política.

A maior adversativa é que a situação econômica, para ser superada, exige maior estabilidade política, a normalidade institucional, que dá mais sustentação ao governo e ao próprio ajuste. Sem isso, ela se arrastará por falta de projeto e de forças. Nesse sentido, a primeira responsabilidade das forças avançadas é sustentar o mandato da presidenta Dilma frente às ameaças golpistas e, por decorrência, reafirmar a confiança política que ela merece dos brasileiros de bem, da esquerda, das forças progressistas e patrióticas.

Essas são medidas de UTI. Na base de tudo isso, penso que falta uma estratégia clara – levando em conta a correlação de forças interna e externa, a política e a economia –, bem como maior habilidade na condução da retomada do desenvolvimento e do próprio projeto nacional.

Esse é o maior desafio atual para a esquerda brasileira e demais forças progressistas – uma estratégia clara e afirmativa, inteligente em favorecer as vantagens comparativas do Brasil, levar em conta o contexto mundial desfavorável e com provável agravamento (a depender da política monetária nos EUA e da desaceleração da China), para promover um choque de oferta na economia brasileira. Ou seja, um choque de produtividade, com educação, ciência, tecnologia e inovação para reindustrializar o país, mais retomada dos investimentos públicos e privados, em especial na infraestrutura, para dizê-lo sumariamente.

A tática mais clara para essa estratégia são as reformas estruturais, ca-



pazes de ligar os desafios estratégicos aos anseios populares.

O outro fator, indispensável, partindo da estratégia requerida, é a mobilização da base social e de um novo pacto com as forças fundamentais interessadas na afirmação nacional. Sem forças sociais conscientes, mobilizadas, que suplantem o momento corporativo de seus interesses para se afirmar como vontade nacional popular, ao país não será possível dar esse passo – ao contrário, pode retroceder às trevas da inserção subordinada da ordem neoliberal.

Em suma, uma nova estratégia e mobilização social. Formular para atualizar o projeto, atualizar para mobilizar. O resto é a arte da política, da liderança, da capacidade de disputar ideológica e politicamente a sociedade, e vencer eleições.

Já deve estar claro que, em que pese os grandes avanços alcançados, a estratégia que vingou em 2003 está superada. O Brasil precisa unir seu povo e suas forças vitais, precisa de ampla frente política mobilizadora. Não vai romper seus grilhões sem reformas estruturais que não couberam na estratégia “ganha-ganha” praticada durante os mandatos Lula. Não pode mais ser aprisionado numa polarização forçada entre dois partidos. Nesse sentido, o fim de um ciclo político renova o desafio histórico para a esquerda brasileira.

Batalhas decisivas

Artigo publicado em 25 de setembro de 2015

A esquerda brasileira precisa ser firme e hábil em meio aos tormentosos acontecimentos que acometem a nação, o governo progressista e a própria esquerda política.

Ela tem lado definido, e ter lado significa jamais abandonar as bandeiras de luta em defesa dos interesses do povo, do desenvolvimento nacional soberano e da democracia. Isto é um forte atributo da esquerda brasileira.

Ao mesmo tempo, considerando que a luta social organizada é diretamente uma luta política, principalmente nas condições presentes do país, ela precisa saber se movimentar em meio ao curso político da vida concreta, dos desenvolvimentos contraditórios e dos comportamentos de todas as classes e camadas sociais.

Aqui se atua no terreno da ciência e arte de focalizar elos a cada momento que permitam avançar ou evitar retrocessos, preservar conquistas ou ampliá-las, e flexibilidade tática para estabelecer com precisão os alvos e isolar os adversários, ampliando forças básicas e mesmo provisórias para sustentar os embates. Isso tem por base uma estratégia determinada e por vértice uma justa avaliação da correlação de forças.

Hoje, o que une a maior parte da esquerda política e social é um projeto nacional de desenvolvimento soberano, democrático, popular e de integração regional sul-americana. Quanto à situação concreta, esse projeto vive um impasse, onde as bases de sustentação política e social a tal projeto atuam em meio a uma situação desfavorável. E o projeto em curso vive também o esgotamento de um ciclo, o que torna exigente um novo esforço de unidade à base



de renovação programática para levá-lo adiante nas circunstâncias atuais do Brasil e do mundo.

O que não faltam na presente situação de crise política no país são contradições. Em meio disso, se precisa encontrar os eixos para manter e perseverar conquistas alcançadas, enfrentar a ofensiva conservadora e criar condições para retomar a iniciativa política, isolando alvos centrais para o enfrentamento, neutralizando alvos secundários e unir o máximo de forças com unidade de ação em torno de bandeiras focadas em ultrapassar os imensos obstáculos presentes.

Do ponto de vista estratégico, o fator mobilização popular é o mais decisivo.

O Brasil conheceu desde 2013 uma profunda mudança na correlação de forças, expressa afinal nas eleições passadas e na ofensiva conservadora que persiste até hoje, sem mencionar os retrocessos políticos e sociais promovidos por um Congresso muito mais conservador e disperso.

Nesse jogo contraditório em que é mestra a histórica política brasileira, há movimentos decisivos que incorporam e subordinam objetivos mais imediatos, sem os quais não haverá avanços.

O PCdoB argumenta pelo esforço central de barrar o golpismo, preservar a democracia e o mandato constitucional presidencial. Essa é a condição para não pôr tudo a perder em termos do ciclo político aberto pelas forças populares nas últimas duas décadas na América do Sul e há quatro mandatos consecutivos no Brasil. A clara sinalização de que isso não pode ser nem será aceito pelo povo organizado é um dado fundamental nessa hora.

Ligada a isso se precisa também de uma luta decidida contra as medidas do ajuste fiscal e econômico que se voltam contra os direitos dos trabalhadores e do povo, dos serviços públicos de qualidade e universais, e da retomada do crescimento econômico. Essa é uma justa disputa política que se trava no próprio campo do governo.

Não se pode desconhecer, entretanto, que algum ajuste é necessário; ele se impôs por força das condições da crise mundial e da própria política econômica aplicada no sentido de minorar os efeitos dela. Nenhum país do mundo, principalmente entre os maiores e mais influentes, esteve imune à crise. Não se pode ser voluntarista nessa matéria.

Nesse sentido, impõe-se lutar para que o ajuste seja pago sobretudo pelo “andar de cima” e criar as condições mais propícias para superar essa pauta. Um palco de luta unitária imediata pode se dar em torno da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), aumentando a alíquota para abarcar a motivação e o interesse de prefeitos e governadores, cuja arrecadação se aplique não à Previdência e sim à seguridade social que abarca também a saúde.

Barrar o golpismo e ganhar a batalha para dar alguma folga fiscal às contas do governo não às custas do povo trabalhador. Essas são as questões pontuais mais decisivas nesta hora. Outras, logo adiante, se colocarão. Essas são imediatas.

Com isso o governo ganha margem de manobra e tempo político, sinaliza as bases políticas e sociais que tudo farão para o país retomar mais rapidamente a rota de baixa dos juros e retomada do crescimento – dando tempo às diversas iniciativas econômicas de futuro que a presidenta Dilma já vem instituindo em termos de investimentos.

O que não se pode perder de vista é que ambas, por óbvio – por experiência política e pela responsabilidade que temos com a democracia, o povo e o país –, exigem reafirmar a confiança política na presidenta Dilma, para não fazer o jogo dos poderosos adversários históricos que não suportam a afirmação nacional soberana e um povo livre.



O Brasil merece oposição mais responsável

Artigo publicado em 16 de setembro de 2015

Personagens menores da política brasileira estão à frente de um pretensão *impeachment*. Esgoelam-se como a “voz dos donos” para dizer que, previsto na Constituição, *impeachment* não é golpe.

O que diz a Constituição no artigo 85 é ser necessário um ato pessoal e provado da presidenta que configure crime de responsabilidade nos termos previstos, na vigência do atual mandato.

Apresentar *impeachment*, depois ir atrás de um pretensão crime, ou baseá-lo em um conjunto de argumentos como o faz o atual solicitante, Hélio Bicudo – triste figura, até seus filhos procuraram demovê-lo –, demonstra exasperação política, desprezo pelas instituições e descompromisso com o país.

São cavaleiros do apocalipse: só assim imaginam ter um lugar na história. Poucas dezenas de deputados, prestativos a provocações. Quando entram em jogo os interesses maiores do país e da democracia, a força das instituições, serão personagens relegados ao seu lugar, ausentes até dos rodapés da História.

É uma insanidade o que fazem com o país e sua imagem perante o mundo. Mereceriam ser citados em cortes internacionais, na comunidade sul-americana, pela pregação criminoso contra a democracia.

Luta política à parte, comandada pelos “donos da voz”, o Brasil é muito maior que isso. As instituições brasileiras são maiores que isso. Dilma é muito maior que essas personagens. Merecem, o Brasil e Dilma, uma oposição maior e mais responsável do que o golpismo que vem pregando.

O tempo é agora

Artigo publicado em 14 de setembro de 2015

Esta semana promete repor com centralidade o *impeachment* na cena política. Haveria um roteiro traçado, segundo o qual o presidente da Câmara não lhe daria provimento, mas, mediante recurso, seria votado em plenário. Eduardo Cunha nega a cronologia.

Não será tão simples, quanto querem fazer crer, levar adiante o processo. Seus autores misturam um “conjunto da obra” para apresentar o *impeachment*, mas contornam o principal: o eventual crime de responsabilidade caracterizado na função presidencial.

Ademais, não se fala ainda do que poriam no lugar, seja em termos de agenda palatável na sociedade para enfrentar a crise fiscal e econômica, seja na pactuação do “futuro” governo.

A ala mais radicaloide da oposição busca retomar a ofensiva quanto ao *impeachment* e “naturalizá-lo” perante a sociedade. Mas o processo seria relativamente prolongado e agravaria a situação do país. Pior para todos. Aliás, esse roteiro pode ser encontrado na mídia nativa desde novembro-dezembro do ano passado, no período pós-eleitoral que a oposição insistiu em transformar num terceiro turno.

Ao mesmo tempo, isso não deixa de indicar que o tempo político para uma ação mais incisiva da presidenta Dilma está se esgotando. Não há alternativas boas, apenas possíveis. Há que se fazer uma opção e pagar o preço para manter o país na estabilidade institucional e retomar a normalidade política. Quer dizer, superando o impasse que vive o governo e posturas erráticas.

O preço será apresentar uma agenda consistente, dura e crível para



indicar o caminho de retomar condições fiscais, para o país não retroceder às condições fragilizadas da década de 1990.

É algo como uma *Carta aos brasileiros*. Reconhecer a gravidade da crise político-econômica. Admitir a imprevidência no monitoramento da crise internacional e os erros de voluntarismo quanto às condições do Estado nacional de fazer-lhe frente. Chamar, assim, a crise à responsabilidade do governo. Afirmar que será responsável com o país e com a história, em indicar os sacrifícios que serão necessários para toda a sociedade.

Os sacrifícios não devem nem podem ser simétricos. A crise fiscal econômica precisa levar o Estado e o governo a um novo tamanho. Cortes orçamentários se tornam inevitáveis, mas devem afetar o mínimo possível os gastos sociais e os direitos dos trabalhadores. Mas haverá sacrifícios temporários também aí.

Extraordinariamente, até mesmo os gastos obrigatórios, redimensionados temporariamente, poderão ocorrer.

O governo já deveria ter realizado uma força-tarefa para aumentar a arrecadação – afinal o principal esporte nacional não é apenas o viciado sistema político, mas a sonegação de impostos.

Com isso se tem uma moratória para elevar a arrecadação e, tão logo possível, retomar crédito e aumentar o consumo para estimular a economia.

Taxação de grandes fortunas, de heranças, de lucros e dividendos contribuirá assimetricamente para isso, arcando com o maior peso. Também utilizando a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), envolvendo combustíveis. Nova fonte tributária ainda, principalmente se partilhada com estados e municípios – por que não um sucedâneo da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Numa crise dessas, inevitavelmente a carga tributária vai aumentar e igualmente o percentual da dívida pública como fração do Produto Interno Bruto (PIB). Corintianos e palmeirenses fariam exatamente isso. Então me-

lhor fazê-lo com consciência e pactuação.

Ministérios e cargos de confiança precisam ser redimensionados. Aliás, uma agenda desse tipo parte inevitavelmente de uma nova conformação política do governo e da base de sustentação.

Grandes disputas se darão. Também muita dispersão e desconfiança. Mas isso significará um chamamento às forças políticas e sociais para uma convergência de esforços. Mesmo as refregas para encontrar o termo médio – afinal é de luta de interesses de classe que se fala – dão perspectiva.

O fundamental é chamar à responsabilidade comum a Câmara e o Senado. Amanhã, reunir o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para a convergência. Ao mesmo tempo, pacientemente negociar com as forças sociais, as centrais de trabalhadores em primeiro lugar. Todos precisarão se defrontar com as disjuntivas da situação.

Dilma e Temer precisam encabeçar essa opção. E reformular o governo à imagem e semelhança dessa convergência. Se necessário cortar na carne, pois a crise e a responsabilidade com o país são maiores que qualquer partido e seus interesses.

Os partidos da base precisariam ser realinhados em função dessa agenda – com o que podem fechar questão em suas bancadas no voto contra o *impeachment*, se este vier a transitar.

O mandamento primeiro dessa espécie de Carta aos brasileiros será, ainda e uma vez mais, a democracia. Porque tudo isso é preciso conduzir dentro de um ambiente democrático e em respeito à Constituição. O mandamento fundamental é o respeito ao mandato constitucional da presidenta Dilma. A Operação Lava Jato, nesse sentido, não é problema do governo, mas da Justiça.

Nesse sentido, um ativo fundamental para essa Carta aos brasileiros é a reconhecida integridade da presidenta Dilma. Nenhuma alternativa que pudesse surgir a superaria nesse quesito.



Uma agenda desse tipo é a que seria aplicada em qualquer circunstância, com Dilma ou sem Dilma. Antes com Dilma, porque é garantia de compromisso com o projeto nacional soberano e com as parcelas mais necessitadas da sociedade brasileira. Ela mantém seu lado.

A crise passará, com sacrifícios certamente. A retomada ocorrerá e as medidas extraordinárias poderão ser revertidas. A agenda pós-ajuste já existe embrionariamente e poderá ser reforçada com os primeiros sinais de recuperação econômica. O Brasil seguirá adiante. Na verdade, os novos rumos que serão necessários ao crescimento econômico dependem do tipo de desfecho da atual crise.

Tsipras, governando a Grécia em condições graves, alcançou 61% na consulta ao povo grego sobre os caminhos para enfrentar a crise, mas 48 horas depois estava rendido perante a *troika* europeia. Ele teve a opção de renunciar ao governo e convocar novas eleições, dado o regime parlamentarista. No Brasil, não.

Que ninguém do lado de cá se iluda quanto às consequências de qualquer outro caminho senão o de manter o respeito ao mandato presidencial. Desde que a própria presidenta dê um rumo e aposte nele com coerência, firmeza e habilidade.

Frente Brasil Popular: nasce um novo sujeito político

Artigo publicado em 8 de setembro de 2015

**Manifestação como vice-presidente do PCdoB,
no ato de lançamento da Frente Brasil Popular ocorrido
em Belo Horizonte, em 06 de setembro de 2015.**

Lutadoras e lutadores de todo o Brasil,

Aqui estão as forças do povo brasileiro organizado, com as quais vencemos quatro eleições presidenciais consecutivas.

Nossa luta e nossos governos deixaram um legado de avanços para a nação e para nosso povo. Orgulhamo-nos deles e por isso nenhum de nós deve ficar na defensiva em preservar esse legado, com altivez.

Mas mudaram as condições no Brasil e no mundo. Desde o ano passado vivemos uma grande ofensiva das forças conservadoras, que permaneceu em curso no atual Congresso, contra as bandeiras do povo.

E o Brasil foi envolvido na segunda maior crise mundial do capitalismo, com o que estancou o crescimento econômico tão necessário para atender às demandas do povo. Hoje, vivemos dias perigosos para os interesses do povo e da nação, dias em que nossas conquistas desde 2003 estão ameaçadas.

A maior de todas as conquistas a preservar, de imediato, é a democracia e o mandato constitucional da presidenta Dilma.

Opor-se tenazmente à escalada golpista do poderoso sistema oposicionista reacionário que é contra Lula e Dilma, como também contra o projeto



que nós todos, aqui, representamos.

Nós temos lado, o mesmo lado esquerdo que tem Dilma Rousseff. Em primeiro lugar os direitos do povo, a soberania nacional e o desenvolvimento do país.

Precisamos alcançar um senso de urgência em torno dos acontecimentos, forjar uma poderosa unidade de ação contra qualquer forma de golpear a institucionalidade. E não é apenas essa a missão da esquerda política e social aqui presente, mas também unir em torno dela amplas forças democráticas, progressistas e patrióticas ou, pelo menos, responsáveis com o país.

É certo também, no combate democrático, que se precisa superar a crise ética, e ela precisa ser enfrentada com o fim da impunidade. Mas denunciaremos a criminalização da política, a demonização da esquerda e dos movimentos sociais, e a partidarização da Justiça, porque isso abertamente golpeia a democracia.

Por isso, um de nossos maiores consensos aqui, hoje, é o da reforma política para extinguir o financiamento empresarial de campanha, sem o que a luta contra a corrupção fica na hipocrisia dos mesmos de sempre.

Em segundo lugar, pelas mesmas razões, precisamos defender a Petrobras e as empresas nacionais construídas com o sacrifício de nosso povo. Nem mais se disfarça a cobiça contra elas. E, acima de tudo, nós reafirmamos, com vocês, a autonomia frente ao governo para disputar a sociedade com nossas bandeiras e organização política.

Mais que nunca é preciso consenso das forças avançadas, e eu saúdo, em nome do PCdoB, o que alcançamos neste nosso histórico encontro em que formamos a Frente Brasil Popular.

Não podemos aceitar que a crise capitalista seja paga com o sacrifício do povo. Quem pode mais – aliás, quem criou a crise – é que precisa arcar

com o maior sacrifício. Por isso somos pela taxaço das grandes fortunas e rendas, dos lucros e dividendos, das heranças.

Somos tenazmente pelo pacto de serviços públicos universais e eficientes, direito do cidadão e dever do Estado. E, com nossa autonomia, com nossa pressão e crítica, vamos ajudar o governo a acertar no rumo de uma política econômica que não pode acelerar a recessão e contrariar o interesse nacional e popular.

Nosso compromisso com a Frente Popular é aquele entre parceiros de longas jornadas de luta, com respeito mútuo e métodos de formação de consensos progressivos para unificar nossa luta. Aqui nasce um novo sujeito político, que vai ser protagonista de novos grandes combates. Nossa missão é disputar a agenda política e social junto à sociedade.

Nossa clareza política comum em cada conjuntura, a nossa unidade e a nossa organização para a luta são os caminhos para tirar o país da crise, retomar o crescimento econômico e fazer avançar o projeto que todos nós construímos.

Viva a FBP, viva a Democracia, viva a luta do povo!



A superação da crise passa pelo PMDB

Artigo publicado em 5 de setembro de 2015

O PMDB é um elo-chave na atual crise política; pode ajudar a superá-la ou agravá-la. É um partido em disputa, com contradições, próprio da fisionomia federada que assumiu, mas cuja força o torna um fiel da balança, para que lado for.

Hoje preside a Câmara e o Senado, além de ter a vice-presidência, com Michel Temer. E está sempre entre as maiores bancadas na Câmara e no Senado, de prefeitos e governadores, sobretudo de vereadores.

Quer dizer, um grande partido centrista no espectro político, com a característica de não ter viabilizado uma opção presidencial há exatos sete pleitos presidenciais.

O discurso dominante peemedebista é o da normalidade política e estabilidade institucional, unir forças para enfrentar a crise econômica, mostrando-se correto com a presidenta Dilma e confiável ao país.

Como se disse, é contrastado por várias de suas lideranças – especialmente de Eduardo Cunha, pela situação fragilizada –, mas é o predominante. Serve a evitar manobras golpistas, e ao mesmo tempo serve para se apresentar como alternativa. É isso que o une: abrir caminho, em 2018 ou quando quer que seja, para se apresentar como alternativa presidencial.

Mas está claro a esta altura que Dilma não será fator de unificação do PMDB. Aliás, nem nas eleições passadas foi. É nessa medida que o PMDB, nesta hora, não vai abandonar Eduardo Cunha e vai, além disso, mobilizar sua maior unidade.

Quero crer que o PMDB não tenha ilusões sobre suas contradições e, mais importante, sobre o espírito com que as elites econômicas o carimbaram em todo esse período como representação do “mal”: clientelismo, fisiologismo, nacionalismo anacrônico, populismo. Foi isso que aprisionou a disputa eleitoral desde 1989 entre petistas e tucanos.

De todo modo, é natural e legítima a aspiração do PMDB. O governo pode conviver com isso e preservar, mesmo assim, a aliança como está em curso. E será legítimo, para o governo, exigir de suas lideranças como Renan Calheiros e Eduardo Cunha o papel de representantes de poderes institucionais, com o compromisso de cooperarem com os demais poderes, e ajudarem o país a enfrentar a crise.

Por todos esses fatores, entre outros, não há encaminhamento para a crise política que não conte ou passe pelo PMDB. Mesmo sabendo que seu eixo programático se desloca mais nitidamente para o centro, ou seja, do interesse do empresariado, podendo ameaçar conquistas populares alcançadas nestes 14 anos. Mas há que se aceitar que algumas iniciativas, como, por exemplo, a Agenda Brasil, se prestam a ser palco de disputa política legítima. Então, na aliança existirá também a disputa.

Ainda é momento de manobras mais estratégicas do governo para Dilma vencer a crise de confiança e perspectiva. E fazer isso em meio à recessão e crise fiscal, em uma das mais graves crises capitalistas da história, com margem de manobra estreita.

Entre muitas iniciativas políticas que se fazem necessárias, o central é recuperar confiança política e perspectiva, para o que se exige reposicionar a relação de confiança com a vice-presidência e o PMDB.

O vértice Dilma-Temer é o que confere mais estabilidade institucional e contraste com a escalada golpista. Com isso, qualquer reformulação do governo para recompor a base política e a confiança do empresariado precisa contar com o PMDB.



De sua parte, a esquerda política e social pode compreender que se trata de salvaguardar as conquistas do atual ciclo vivido no país, a maior e mais imediata delas sendo a democracia e o próprio mandato presidencial. Sem isso, perdem-se as perspectivas de novos avanços e se abriria um rigoroso e prolongado inverno.

Ao contrário, com isso, barrando os fortes intentos de derrubar Dilma por qual caminho que seja, se mantém a perspectiva de se retomar a iniciativa política, sair da crise e renovar o programa para novos avanços no projeto de desenvolvimento soberano, democrático e de atendimento às imensas demandas populares. E mais: revigorada, a força de nossa luta, por superar a pauta do ajuste e por uma política econômica de enfrentamento da crise que não penalize o povo, teria maior perspectiva.

A cada momento um aspecto da tática se impõe, como questão central, sem detrimento das demais – quer dizer, assume a primazia. Ter foco, alvos de ataque bem definidos, e sagacidade para fazer manobras táticas em salvaguarda do que é estratégico são lições permanentes para a esquerda.

Frente Brasil Popular, de luta e conquista

Artigo publicado em 1º de setembro de 2015

Ultimaram-se nesta segunda-feira os preparativos para o lançamento da Frente Brasil Popular. Volto ao tema porque ele segue central na conjuntura imediata brasileira.

Frente Popular no Brasil é promessa de luta e esperança de conquistas. Ela é necessária não apenas do ponto de vista imediato, para constituir um núcleo básico a promover ampla união de forças democráticas, patrióticas e progressistas, frente à escalada golpista das forças reacionárias em nosso país, mas também para prosseguir adiante na jornada de construção de um projeto nacional de desenvolvimento, a partir das conquistas alcançadas neste ciclo de governos e se fortalecer para fazer frente à atual encruzilhada em que se encontra.

Encruzilhada, porque no plano interno serão precisos outros caminhos políticos, econômicos e sociais para se avançar nos mesmos propósitos. No plano externo, porque se está em meio à segunda grande crise da história do capitalismo, a crise da grande estagnação, cujas saídas ainda são hegemônicas pelas mesmas forças rentistas que a detonaram. O Brasil não teve todas as forças necessárias para sair ileso da terceira onda da crise, que acomete os países em desenvolvimento. Acredita-se que se conhecerá, pela segunda vez em sua história desde 1930, dois anos seguidos de recessão.

Nenhum processo transformador no Brasil vingou sem duas pré-condições absolutamente necessárias, mesmo quando não suficientes: união de amplas forças e articulação de um possante movimento popular em susten-



tação das mudanças. Sempre se exigiu também a força dos ideais transformadores, traduzidos em rumos políticos justos a cada momento.

A lição continua atual. A Frente Popular será continuação, em patamar mais maduro, do Fórum Nacional de Lutas e da Coordenação dos Movimentos Sociais, de memória recente. Cumprirá seu papel se compreender que toda luta social é uma luta diretamente política e, como tal, é legítimo aspirar a um projeto nacional popular, contando com as forças do Estado Nacional soberano a serviço do desenvolvimento econômico e social, que integre o povo brasileiro às novas conquistas civilizatórias tão arduamente ansiadas.

Nasce, pois, um novo sujeito político protagonista, que une as tradições de luta e o espírito democrático com que constrói sua plataforma, próprio do ambiente de respeito que existe entre os que comungam um mesmo ideário de valores, mesmo havendo distintas posições políticas diante da conjuntura.

Um sujeito que liga a combatividade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), a força da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), entre dezenas de entidades nacionais do movimento popular, e as une a forças e personalidades políticas da esquerda, partidárias ou não, da sociedade civil, do mundo intelectual e cultural. Quero crer que o embrião dessa unidade autônoma nasceu nos embates do segundo turno eleitoral de 2014, num confronto agudo de campos políticos em que não havia nem podia haver omissão.

Enfim, trata-se de um bloco político e social de afinidade com as bandeiras da esquerda, progressistas, patrióticas e democráticas. A Frente Brasil Popular debaterá em Assembleia Popular em Belo Horizonte, no próximo sábado (05), com milhares de representantes dessas forças, e lançará seu *Manifesto à Nação*, ao lado do propósito de estruturar a frente em todo o país.

Num programa de poucos pontos, mas concretos e vívidos, a unir estas forças está a defesa da democracia contra a escalada golpista dos grupos reacionários, em que se criminaliza a política e se partidariza a Justiça; a sobe-

rania nacional e a integração regional sul-americana; e, sobretudo, os direitos sociais dos trabalhadores e do povo, combatendo para que o governo e o Estado brasileiro façam um contraponto à tendência dominante no mundo de pagar a crise com a austeridade sobre o povo e os interesses da nação.

A enriquecer essa pauta, a Assembleia do dia 05 provocará a discussão de como integrar a ela os anseios sentidos de todo o povo e dos movimentos sociais, sua grandeza de representatividade e de luta. Pretende-se que todos saiam armados e mais unidos para os embates imediatos frente à conjuntura política e econômica, que segue grave, instável e de desfecho indefinido.

Numa perspectiva sintética, poder-se-ia dizer que no centro estratégico dessa plataforma está a luta pelas reformas democráticas estruturantes, para avançar no projeto nacional de desenvolvimento a serviço do povo, da soberania nacional e da democracia. Nesse movimento deve-se aprender a lição dos últimos anos, e pautar, de fato, uma agenda governamental que enfrente a natureza profundamente conservadora do Estado brasileiro. E deve-se alcançar unidade tática a cada momento, em fazer a resistência para preservar as conquistas alcançadas pelo campo político popular e os governos eleitos por ele, a ser utilizadas como alavanca para prosseguir no projeto, em nova e mais desfavorável correlação de forças.

Deve-se considerar que a maior e mais imediata dessas conquistas a preservar atende pelo nome de democracia e pelo mandato legítimo e constitucional da presidenta Dilma Rousseff. Mas sempre contando com as forças autônomas do movimento político e social para fazer a disputa de seu projeto na sociedade, com o que pode se ajudar o governo e impeli-lo a avançar.

É isso o que vai nascer neste 5 de setembro nas Minas Gerais, solo onde germinou a luta de Tiradentes. Será a forma mais elevada de saudar o dia da Independência.



2015

20 AGO

Acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) tornou-se o primeiro presidente da Câmara no exercício do cargo a ser denunciado pelo MPF.

16 AGO

Novas manifestações de protesto contra Dilma e pelo *impeachment*. Foram menores que as de março, mas maiores que as de abril.

9 AGO

O país perde o grau de investimento de 3 agências de risco em sequência.

6 AGO

Pesquisa Datafolha mostra que 71% dos brasileiros consideram o governo Dilma como ruim ou péssimo. É o mais alto índice de reprovação da série histórica superando, inclusive, o do ex-presidente Fernando Collor às vésperas de seu *impeachment*.

3 AGO

José Dirceu é preso na Operação Lava Jato, acusado de ser um dos responsáveis pelo esquema de corrupção na Petrobras. O petista já cumpria prisão domiciliar por envolvimento no esquema do "Mensalão".

20 JUL

Justiça condena cúpula da Camargo Corrêa na Lava Jato. Marcelo Odebrecht e mais 7 são indiciados pela PF por suspeita de envolvimento em corrupção em obras da Petrobras.

2 JUL

Cunha manobra e aprova redução da maioria penal na Câmara.



18 de agosto de 2015

Renúncia, grandeza?

Artigo publicado em 18 de agosto de 2015

FHC vem de pregar a renúncia de Dilma que seria um “gesto de grandeza”.

Foi a forma encontrada por ele, em meio aos impasses da oposição, para “forçar” a saída de Dilma.

Em que fatos da história política do país se apoiou o ex-presidente?

Getúlio, desmascarando o cerco golpista que lhe foi imposto, suicidou-se e entrou para a história como estadista comprometido com a nação. Gesto de coragem (como também foi o de Allende no Chile, em defesa da democracia). A história fez justiça a Vargas. Nem 34 anos depois, eleito FHC à presidência da República em 1994 por dois mandatos, ele conseguiu “enterrar a Era Vargas”, seu escopo maior.

Jânio, em manobra canhestra, renunciou à Presidência recém-eleito, in-



tentando voltar a ela “nos braços do povo” e com superpoderes. Grandeza zero, a história lhe fez justiça.

Jango, encurralado pelo golpe em marcha com apoio norte-americano – precursor de um ciclo de ditaduras latino-americanas –, foi declarado fora do cargo pelo Congresso ainda estando em território nacional.

Collor, alcançado pelo *impeachment*, ficou absolutamente sem margem de manobra, sem base social orgânica e sem partido para reagir.

Não há precedentes de grandeza na renúncia. O que houve foi grandeza em defender sagradamente o compromisso com a soberania do voto popular e do respeito às instituições democráticas.

FHC é, de fato, o “dono da voz” na luta política em curso. A declaração a pequena-o, está na fronteira da chicana política, falando aos seus e cantando como sereia ao PMDB. Não fala dos interesses da nação e não fala à nação, necessitada de vozes autorizadas em defesa da democracia, da defesa dos interesses nacionais e da retomada do crescimento econômico, com o respeito ao voto popular.

Aceita pagar o preço de instabilizar o país numa situação de crise econômica mundial que o alcança. Encurralado pela falta de perspectiva da oposição, apresentou essa radicalização. Pelo jeito, nem com o *New York Times* ele combinou, já que o jornalão diz que forçar a saída da presidente Dilma Rousseff do cargo sem “evidência concreta de malfeito traria sérios danos para a democracia” brasileira.

A crise política agravou-se após as eleições com a crise econômica e com a Operação Lava Jato, mais as instabilidades derivadas da base política, no Congresso em particular. Pergunta-se: Que proposições faz a oposição, desde então? Que propôs para sair da crise econômica? Que ações faz no Congresso, além de incendiar os ânimos, com *impeachment*, antecipação de eleições e renúncia da presidenta?

Mesmo na luta política na época dos mandatos FHC, não houve pregação de *impeachment* (salvo pelo PDT de Brizola e a agitação do PT). Até naquele momento a esquerda travou a luta no sentido de criar condições de vencer as eleições que se realizariam em 2002. E tinha um programa diferente, de defesa dos interesses nacionais, democráticos e populares. Por isso venceu. Qual o programa da oposição neste momento?

Luta política é de fato cruenta. Governo e oposição são parte do sistema político, indispensáveis em seus respectivos papéis. Mas a guerra não pode se prestar a mostrar despreço à democracia e enfraquecer a nação no enfrentamento da crise.

Está certa Dilma: renúncia é trair a democracia e a soberania do voto popular. É hora de seguir trabalhando na presidência para retomar a iniciativa, pacificar os ânimos e apresentar saídas para a crise econômica com a participação de todos os setores econômicos e sociais do país.



Tempos bicudos para a democracia

Artigo publicado em 18 de agosto de 2015

Sucedem-se atentados a sedes do PT. Não parecem tresloucados, ao contrário, bem calculados, para se “naturalizarem” no cotidiano e formarem parte da paisagem política. Pergunto: Que tipo de liberdade tem em mente um cidadão opositor, digamos, um tucano, que conviva com isso naturalmente? Por que o PSDB não condena de pronto e de público tais “manifestações”?

Que tipo de liberdade tem em mente alguém do meio cultural – atente, logo do meio cultural – no episódio ocorrido no Festival de Cinema de Gramado? Convidado ao palco do Festival para entregar algumas estatuetas para concorrentes de longas-metragens, Luiz Carlos Barreto, o Barretão, defendeu a democracia e se disse contra os que “planejam um golpe no país”. O produtor foi aplaudido pela maioria da plateia, mas era possível ouvir algumas vaias.

A resposta veio a seguir. O jornalista Luiz Fernando Emediato, autor do livro que inspirou o filme *O Outro Lado do Paraíso*, que recebeu o prêmio do Júri Popular, voltou a abordar a questão política. Ele criticou as vaias ao Barretão e lembrou que em nenhum momento foi citada a presidente Dilma. Apesar de assumir posicionamento contrário ao atual governo, Emediato também saiu em defesa da democracia. “Eu não gosto da presidente Dilma, mas ela foi eleita. Eu fico triste de ouvir vaias quando se defende o Estado de Direito. Eu não gosto desse governo, eu trabalhei nesse governo. Mas existe uma coisa que é golpe, existe a Constituição. Sem o Estado de Direito tem tortura, tem morte, tem escuridão”, afirmou, levantando aplausos seguidos de silêncio.

Que tipo de liberdade tem em mente alguém que, numa manifestação de oposição ao atual governo na capital de São Paulo, cruza com uma mulher

sustentando um cartaz lamentando que a presidenta Dilma não tivesse sido morta na tortura recebida dos órgãos de repressão?

Na Operação Lava Jato se debate que poderia ter havido contribuições legais e registradas a partidos políticos, embora supostamente provindas de operações ilegais de empresas. Aliás, contribuições de igual valor para PT e PSDB. Por que se calam os tucanos? Que tipo de democracia se tem em mente ao acusar o PT e mesmo assim votar por manter o financiamento privado de campanha?

Ninguém pense, nessa hora, em se justificar com a hipocrisia própria da política ou com a luta política entre campos opostos. Isso é simplesmente atentar contra a democracia, e tem elevado custo: aquele pago por toda uma geração que combateu a ditadura militar para que tivéssemos liberdade de expressão.

Tempos bicudos estes, para a democracia brasileira.



A crise é política, e na política é que se constrói a saída

Artigo publicado em 8 de agosto de 2015

Vivemos uma situação em que pactuações estão se tecendo, abaixo da linha d'água e frente à completa desorganização da base política do governo, à crise econômica e fiscal, ao caos ingovernável da Operação Lava Jato em sua aliança com a mídia conservadora. É um dado objetivo da política que desconhece o vácuo e tem horror, em geral, à conflagração geral.

A hipótese de *impeachment* seria uma impropriedade e uma violência institucional. Nesse ponto, um consenso vai se impondo, de empresários até o núcleo mais sólido da oposição. A 7ª economia do mundo tem muito a perder com uma recessão e crise fiscal que leve o país a perder o grau de investimento. Seria recuar à situação dos anos 1990, encarecendo todo o crédito, limitando os investimentos estrangeiros, e sobretudo prejudicando os interesses já estabelecidos.

O ajuste fiscal, no essencial, foi feito e, malgrado a insatisfação social, seria assegurado no consenso enfrentar as pautas-bomba com apoio dos governadores e do próprio empresariado pressionando a base política. Seria a hora de “vender futuro”, pois o presente já está precificado: juro não deveriam subir mais, se estimularia algum crédito e alívio a estados e municípios, para aumentar a arrecadação; enfim, a agenda de futuro. Nada antagônico com o que Levy já está trilhando.

As ruas permanecerão tensionando o governo, mas este ainda tem bases sociais importantes que podem ser ativadas em sua defesa.

A hora ainda é dos políticos e da política. Não será por aí que se imporá

o *impeachment*, contrariando a parcela da oposição cuja única perspectiva é a de cavalgar o apocalipse, mas se tentaria continuar a sítar a presidenta Dilma.

A governabilidade sobre a Lava Jato é uma grande incógnita. Isso ainda é um fio desencapado, e por ora impede uma reorganização política do governo, pois este poderia ficar refém da agenda da “faxina”. E este é o ponto que invoca a outra perna institucional, o próprio Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria-Geral da República, que poderiam dar segurança e confiança a um regime de apuração dentro da constitucionalidade, sem desconsiderar as garantias fundamentais, o direito de defesa, a presunção de inocência e a compreensão de que delação não é suficiente como prova. Isto, sem prejuízo algum de combater a impunidade. Os acordos de leniência das empresas envolvidas na Lava Jato dariam segurança à engenharia nacional, à produção e ao emprego.

Outro fio desencapado, difícil por ora de abarcar nas pactuações, está no Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados, onde se verifica rebelião de toda ordem, a começar pelo presidente em seu comportamento agonístico. Mas enquanto instituição, o Congresso poderia ser ganho para um chamado à razão – os interesses do país, da economia, do povo e da normalidade institucional. E neste sentido, o Senado, como é o seu papel, poderia ser uma força de contenção e equilíbrio.

Há ainda a outra variável, o papel do PT e, para além dele, de Lula e sua liderança. A estratégia das forças conservadoras midiático-judiciárias, em curso, desvendou-se completamente nos últimos dias: o centro estratégico é atingir Lula, com o que se retira a âncora de perspectivas para 2018. Sendo isso alcançado, por violência judiciária ou imposição dos fatos, um consenso caviloso avançaria mais célere.

Mas, há muita água para correr nessa questão: Lula precisa comandar a retomada do moral, ânimo e força do PT. Como afirma o 5º Congresso do PT, o rumo proposto seria a constituição de uma nova coalizão orgânica e plural, numa estratégia frentista, com um programa atualizado para os desafios do Brasil após as grandes conquistas alcançadas nesses 14 últimos anos.



O PCdoB conclamou à mesma perspectiva no 13º Congresso, no final de 2013: um bloco político, social, progressista e patriótico, de afinidade com as bandeiras da esquerda.

Tudo somado, diante da crise política, é na política que um consenso pode se apresentar. É hora da grande Política. Dilma é a presidenta constitucionalmente eleita, além de ser inalcançável por crime de responsabilidade – é honrada, íntegra e patriota, além de valente e compromissada com sua missão. O PMDB seria, certamente, chamado a um papel central para reorganizar o ministério e realinhar a base política, tendo Temer e Renan, seguramente, destacados papéis. Dilma e Temer, com a legitimidade dada pelo voto, precisam ser os vértices das saídas.

Impõe-se, assim, o chamado à democracia, à união de amplas forças para sustentar a presidenta e seu mandato. A democracia é um bem incomensurável ao povo e à nação, à economia e à sociedade. É a democracia que está em jogo nestes dias em que vivemos em perigo – a nação, o governo, as esquerdas, os democratas e patriotas. O combate nas trincheiras que construímos é necessário, não havendo como titubear agora frente aos compromissos gerados pelas urnas.

Justiça, ódio e intolerância

Artigo publicado em 3 de agosto de 2015

Justiça tem que ser feita com justiça. Justiça que precisa ignorar as garantias fundamentais constitucionais – provas obtidas lícitamente, direito de defesa e presunção de inocência, sem espetaculosidade nas prisões e conduções coercitivas e, principalmente, sem mancomunamento com a mídia absolutamente partidarizada – não é Justiça, mas luta política partidarizada e manipulada.

Do modo como estão procedendo a Justiça Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal, o país vive uma agonia à beira da quebra da institucionalidade. Promove-se o ódio à política que leva à antidemocracia, e ameaça levar à lona o sistema político partidário brasileiro.

Sem Política vige a antidemocracia.

Imaginar que com as normas democráticas de direito, sem exceção, não se combate o crime da corrupção é atestar contra a própria Constituição e as demais instituições, além do Judiciário.

É na Política que o país precisa encontrar seus caminhos para fortalecer a democracia e as instituições, a inclusão de todos os brasileiros à cidadania, o seu desenvolvimento autônomo e soberano, com base na valorização do trabalho.

Os fenômenos atuais, vistos em escala histórica, representam a encruzilhada com que se defronta o Brasil de tempos em tempos, visando a superar os condicionamentos para alcançar novos patamares civilizatórios.

Que fique registrado que, no tempo em que se amplia a democracia brasileira com a inclusão à cidadania de dezenas de milhões de brasileiros



abaixo da linha da pobreza, se intensifica a produção de ódio e intolerância nas relações sociais e políticas.

Depois reclamam quando se diz que as elites brasileiras não gostam do seu povo, não se identificam com ele. Herança escravocrata que se perpetua na mídia plutocrática e nas escorchantes desigualdades sociais e regionais, no sentimento antinacional e antipopular que grassa entre camadas sociais que sustentam o velho reacionarismo antinacional e antipopular.

Aliás, nada é mais explícito do que, nessa mesma hora, atentar contra a Petrobras, a engenharia nacional, o pré-sal, a energia nuclear... A velha luta de classes para fazer do Brasil uma nação que se dê ao respeito de seu povo e do mundo.

Concluir o ajuste e fortalecer a agenda do pós-ajuste

Artigo publicado em 29 de julho de 2015

A reunião de Dilma com governadores em Brasília vai na direção certa. É preciso pactuar com responsabilidade a conclusão do ajuste e anunciar pauta para retomada do crescimento econômico.

Todos os entes federados podem e devem se entender quanto à recusa de pautas-bomba no Congresso – que minam as contas públicas – e as ameaças anti-institucionais frente à crise política. Com os governadores, poderiam ser acertadas medidas como reformas no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), parcerias e créditos com os Fundos de Compensação e de Desenvolvimento Regional, a utilização dos depósitos judiciais e autorização para os estados tomarem empréstimos externos. E sinalizações quanto às dívidas de estados e municípios para 2016 – extremamente ansiadas por todos os governos – poderiam ser agendadas com o apoio à conclusão do ajuste no Congresso.

Aliás, o entendimento de amanhã pode e precisa buscar um consenso básico também com as casas do Congresso Nacional, dentro da institucionalidade e respeito que se devem reciprocamente o Executivo e o Legislativo, mobilizando consensos com a base aliada do governo e até mesmo com bancadas ligadas a governadores da oposição.

A crise política mina a confiança na política econômica, a crise econômica é pano de fundo da instabilidade política. Mas, se não for sinalizado com alguma clareza um pacto para sua superação, a economia vai acentuar a crise política e isolar ainda mais a presidenta Dilma.



Avoluma-se grande consenso contra a obsessão fiscal e o aumento dos juros, literalmente o remédio que se torna veneno. Entretanto, as margens de manobra do governo eram e são pequenas, saídas mirabolantes estão fora de questão na atual conjuntura, e não é alternativa afundar o país com a maior deterioração fiscal e perda do grau de investimento. Dessa maneira, as opções econômicas adotadas pelo governo são fruto de imposições da correlação de forças do mundo real, interna e externa, em especial do reino das finanças.

É preciso, mais que tudo, sinalizar o futuro, o pós-ajuste. Os projetos anunciados pelo governo para a retomada de investimento e crescimento são bons e sinalizam o longo prazo, resta ultrapassar o deserto do presente sem se desidratar. Para isso, será preciso alguma flexibilidade pactuada e uma previsão para cessar e retroagir no aumento dos juros.

Tendo isso em vista, Dilma precisa ser proativa em apresentar e defender o pacto perante uma nova edição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e, mais ainda, perante sua base social trabalhista e popular. O governo ficar entocado, nesta hora, só o encurrala. Há de ter protagonismo e oferecer credibilidade no caminho adotado. E, claro, o governo precisa ter regência forte, protagonismo por meio de todos os Ministérios e um gabinete de crise para fazer frente às tempestades em formação.

Muito cuidado nesta hora

Artigo publicado em 17 de julho de 2015

Deixar progredir nesta hora uma crise institucional aberta atenta contra os interesses fundamentais da nação. Tem gente apostando na terra arrasada das instituições para golpear o governo.

A opção do PMDB para 2018 é direito seu. Mas segue hoje sendo indispensável à governabilidade e à defesa da institucionalidade.

É hora de muita responsabilidade. Pessoas e partidos são apenas isso, não devem, entretanto, se sobrepor às instituições de Estado que dirigem.

A base social do governo precisa ser esclarecida e mobilizada numa ampla jornada em defesa do Estado Democrático de Direito.

É a condição para seguir com protagonismo político e preparar a luta pelo relançamento de novo ciclo de mudanças no país.



2015

22 de maio de 2015

Um pacto universalista na disputa do orçamento público

Artigo publicado em 22 de maio de 2015

A iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, de propor mudanças no pacto federativo é coisa para se atentar. Quer dizer, o modo como se partilha o orçamento público e as responsabilidades de cada uma das três instâncias da Federação.

Não fosse a insegurança de que a iniciativa possa se transformar em mais um expediente da luta política no seio do governo, o assunto demanda atenção há muitos anos, e incide sobre uma situação das contas de estados e municípios agonizante.

Há que se atentar, entretanto, para dois problemas.

O mais claro é que tais medidas, na ausência de entendimentos profun-

15 ABR

Vaccari Neto, tesoureiro do PT, é preso pela PF, em mais uma fase da operação Lava Jato.

12 ABR

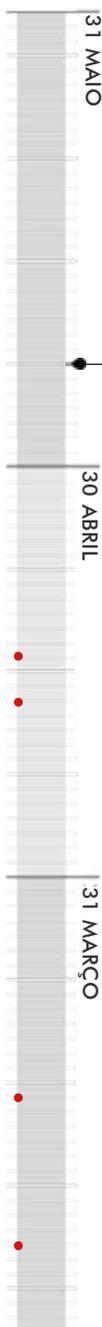
24 estados e o Distrito Federal têm protestos contra o governo, mas menores que em março.

15 MAR

Protesto contra Dilma reúne a maior manifestação nas ruas de várias cidades do país.

6 MAR

Janot divulga lista de políticos investigados na Lava Jato. O PP é o partido com mais políticos na lista (32), seguido pelo PMDB (7), PT (7), PSDB (1) e PTB (1).



dos entre Legislativo e Executivo – quaisquer que sejam seus ocupantes –, podem gerar crise maior que o próprio problema.

Mas poderia vir a ser uma importante mudança no país se for enfrentada a questão de fundo: ainda não se produziu um consenso definido em tal assunto, e não se trata de matéria que possa ser improvisada.

Quando falo em consenso refiro-me, na verdade, à criação de uma correlação de forças favorável a determinadas mudanças.

As forças progressistas deviam estar alertas quanto aos riscos, portanto, mas também às oportunidades de se alcançar, em função do projeto nacional e avanço do desenvolvimento econômico-social no Brasil, um *pacto universalista*.

O orçamento público é sempre alvo de uma disputa política. Nela, atuam poderosos interesses. O atual ministro Nelson Barbosa os expôs recentemente, num debate bem atual.

Identificam-se as forças rentistas, interessadas nos juros da dívida pública e superávit fiscal – afinal, a melhor parte do bolo orçamentário paga esses juros aos financiadores da dívida pública. Há as forças industriais, interessadas em desonerações e subsídios ou créditos, e dependentes do câmbio. Há as forças trabalhistas – nelas incluída a subparte do funcionalismo público – interessadas numa partilha maior do orçamento para aumento de salários. Há as forças das esferas públicas, estados e municípios, que partilham orçamentos “carimbados” ou não.

A oportunidade estaria em forjar um novo consenso social e político, de atribuir poder nessa partilha aos serviços públicos – saúde, educação, segurança, mobilidade urbana. Seria um pacto universalista. Na verdade, seria o coroamento do espírito da Constituição cidadã de 1988, e tal pacto beneficiaria não apenas a todos os presidentes, governadores e prefeitos, mas ainda mais substancialmente à população de todo o país, em particular os mais humildes.

Bem vistas as coisas, um pacto desse tipo já tem apoio na sociedade e nas ruas – desde as jornadas de 2013 isso ficou patente.

Sabe-se que disputas políticas magnas como essas demandam tempo para forjar um consenso amplo e dominante. Mas não custa tentar: seria um passo seguro na direção de melhorar as condições do povo e, igualmente, da produtividade do trabalhador brasileiro. A melhor parte do orçamento a ser aplicada nesse pacto universalista seria injeção na veia na promoção do desenvolvimento econômico e humano do Brasil.

Será isso o que terão em mente os senadores do grupo de trabalho instituído pelo Senado?

* * *

Alberto Carlos Almeida, cientista social, pôs mais uma pá de terra no projeto do sistema eleitoral chamado Distritão. Com cálculos baseados nas últimas eleições – embora extrapolados porque se deram sob o atual sistema proporcional –, ele chega bem perto da verdade. O Distritão desprezaria o voto de até 40% dos eleitores, já que entram apenas os mais votados. Os eleitores que votaram em candidatos não eleitos tendem a ser em número bastante expressivo. São votos jogados fora.

Quer dizer, reduz-se a representatividade das instituições do país escolhidas pela soberania do voto popular.

Tudo somado, não há sistema eleitoral perfeito, mas o atualmente vigente no Brasil é bom e pode ser aperfeiçoado. Entre outras coisas, extinguindo o financiamento empresarial e mantendo sob normas o financiamento privado, e deixando de excluir do cálculo do quociente eleitoral os que não o alcançaram.



O que virá a seguir?

Artigo publicado em 20 de maio de 2015

Constituiu-se um vazio político no país, carente de alternativas/estratégias para se retomar caminhos de crescimento econômico, e de lideranças políticas para conduzi-las, superando a crise.

O vazio é uma contradição em termos, porque nada é tão povoado quanto o vazio na política. Mas falta uma força e uma nova estratégia – sem o que se navega sem bússola – e aquelas lideranças que as empolguem.

O que está em discussão é o esgotamento do modelo de crescimento adotado no Brasil, no quadro de forças no mundo atual. O país vive, mais propriamente, uma crise macroeconômica, com o profundo desarranjo das contas públicas e atado, em muitas dimensões, ao tripé dominante dos juros, câmbio e superávit fiscal, todavia dominante.

No Brasil, precisa-se transformar a economia de demanda – renda, emprego, consumo, crédito – numa economia de oferta, promovendo a produtividade da economia e sua competitividade mundial. Reconhece-se a acentuada desindustrialização precoce do país, face à chamada “doença holandesa” (maldição dos recursos naturais) que deixou o câmbio cronicamente apreciado, comprometendo os termos de troca da indústria nacional.

Precisa-se de inovações estruturais: promover reformas estruturais que, hoje, estão mais dificultadas que no passado recente, no quadro de forças do governo Lula; e investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Incentivar a indústria nacional depende de enfrentar a valorização crônica da moeda brasileira, o que implica uma equação macroeconômica para o desenvolvimento. E os serviços públicos precisam de um salto, em especial da

educação e saúde, com financiamento e gestão que estão, ainda, dificultados no horizonte em face do orçamento público. É a isso que se refere a necessidade de uma nova estratégia. O que todos se indagam é como o governo Dilma sinalizará o que virá a seguir ao ajuste; certamente não faltam agendas positivas para o governo e possibilidades de recuperação de aprovação ao governo, mas a estratégia para a retomada do crescimento econômico pede mais clareza.

Mas do outro lado, do lado da oposição, também falta uma nova agenda para se dirigir ao povo. Fazer o quê? Iam pôr “Levys” mais duros na economia? Na verdade, o ajuste deles (embora o de Dilma-Levy os deixem na defensiva) é o ajuste de mercado, a austeridade, recessão assumida com desemprego para botar as coisas “em ordem”. Que novo crescimento econômico vão obter com isso? Que vão propor frente à desindustrialização? Eles precisam forjar um novo consenso, para nele encaixar o fim da partilha no petróleo, atrelar-se aos mercados financeiros de modo mais visceral etc. etc. Vão propor isso? Com que cara?

Na verdade, está claro: deixar o país e Dilma sangrarem para aplainar caminhos ao “novo” consenso. Enquanto isso, suas usinas vão tentar forjá-lo. Suas usinas estão a pleno vapor, a realidade hoje está inclinada em seu favor – dado o quadro internacional e, nele, a realidade econômica do país.

A esquerda brasileira, capitaneada pelo PT, reconhece abertamente um “vazio teórico (sic) de análises, reflexões e iniciativas sobre o que vem acontecendo no Brasil e no mundo”, o que é só em parte o reconhecimento de limites de horizonte dessa força política como governo, como evidencia o esforço que concedeu às reformas estruturais o eixo político em que assentou as alianças desde 2007 tirando do centro delas o núcleo de esquerda, a própria “teoria” do social-desenvolvimentismo com que procurou fundamentar o caminho percorrido.

Nesse quadro econômico e macroeconômico, o ajuste promovido por Dilma não é agenda, mas precisa ser apenas mera preliminar para ganhar



margem de manobra e depender menos da confiança financeira.

Mas é na política que a crise se conforma e é na política que se sai dela. De um lado e de outro faltam lideranças, os que capitaneiam, dada a situação de Dilma neste momento, e igualmente a de Aécio, pois já não estamos em outubro passado.

No vazio da ação do Executivo, o Congresso ocupa espaço, tenta impor agenda própria, de corte conservador – refletindo comportamentos conservadores de nossa sociedade. Nesse sentido, não há outro modo senão o Executivo e Legislativo se entenderem. Mas há o sentido partidário desse conflito, envolvendo o papel do PMDB e o do PT no governo.

O PMDB é o que é: o grande centro do espectro político, sagaz, experiente e profissional na ocupação de espaços. Por ora vai impondo sua agenda política própria, fazendo-se credor dos arranjos em curso. Argumentei em artigo anterior essa agenda se impondo na conjuntura.

O PT vive uma crise, tema de seu próximo Congresso. Precisa sustentar o governo, mas vastos setores, “autonomizados” como núcleos de poder paralelos à direção partidária, buscam, contraditoriamente, descolar-se dele em certo grau. Não é por seus limites que o PT e a esquerda são atacados vilmente, mas eles existem e precisam ser enfrentados, notadamente quanto à obtenção de consentimento para liderar, e não apenas impor-se pela força, além de uma atualização da estratégia para a retomada do crescimento econômico.

Para o governo e para a oposição, há dilemas pelo caminho, com altos e baixos, exacerbações e aparentes calmarias. Mas é, ainda, uma situação instável, perigosa e indefinida quanto ao desfecho nesse vazio político.

Agendas e unidade para uma nova estratégia

Artigo publicado em 27 de abril de 2015

Não há agenda convergente no país para nada neste momento. Entre Executivo e Congresso, de um lado, entre as duas casas do Congresso, de outro; menos ainda entre ambos e as ruas, sejam as da oposição e mesmo as que defendem o governo.

Tome-se por exemplo, embora seja o mais agudo na falta de consenso, a reforma política. O Senado aprovou projeto de José Serra, introduzindo voto distrital nos maiores municípios do país em 2016. Não passa na Câmara, quase certamente. Esta, a Câmara, quer votar em maio projetos de reforma engavetados há anos. Ambos, Câmara e Senado, aproveitam o vácuo político existente com o enfraquecimento do Executivo e do governo para promover, na verdade, contrarreformas, para o que vedar o debate com a sociedade é vital.

Algumas matérias relativas a direitos civis foram votadas no afogadilho, e aproveitam a falta de consenso na sociedade, com alguma predominância de opiniões conservadoras. Casamento homossexual e maioridade penal são expressão disso. Refletem uma maioria atrasada na Câmara dos Deputados e um pró-ativismo desenfreado de seu presidente.

Nada, no entanto, como a terceirização da força de trabalho. Um golpe sem misericórdia nos trabalhadores e suas conquistas históricas. Seria o caso de, parafraseando, dar razão uma vez na vida a Lacerda: esse golpe não deve passar no Senado; se passar, não deve ser promulgado; se fosse promulgado, não deveria ser posto em prática, com a resistência ativa dos trabalhadores em grandes jornadas de lutas.



Impeachment, então, está longe de qualquer consenso, até mesmo na oposição.

Enfim, este país e esta sociedade mudaram muito nos últimos anos; muito foi conquistado, muitas outras coisas são ansiadas, muito ideário conservador veio à tona – sofregamente capitalizados pelos reacionários –, e parece que o único consenso é a falta de consenso.

É verdadeiramente um período de transição este que se vive. O que valeu está perdendo eficácia; o que virá, está barrado pela correlação de forças e sobretudo (sobretudo!) pela limitação teórica da própria esquerda de entender a nova situação.

Não se sai de uma situação dessa, primeiro, com papel ativo das forças democráticas, patrióticas e progressistas, em defesa do Brasil, da democracia e do mandato legítimo da presidenta. Este é o componente de superar a crise política aguda que se vive.

Segundo, sem essas forças retomarem o protagonismo e a ofensiva. Mas ambas as coisas dependerão de se estabelecer uma nova agenda para seguir adiante, na retomada do crescimento econômico, na pactuação social e política de sustentação a esse caminho.

E é aí que entra o decisivo: as forças de apoio ao governo precisam ser lideradas pelo governo, de modo que cabe a este explicitar uma nova agenda e, principalmente, uma nova estratégia para seguir perseguindo os mesmos ideais dos últimos 12 anos. O que é o pós-ajuste? Como recuperar o crescimento econômico? Como avançar junto à sociedade com pautas universalistas, como as do serviço público eficiente e de qualidade? É preciso mudar para que possamos seguir adiante.

Ademais, elas, as forças de apoio ao governo, precisam fazer a sua parte, isto é, disputar ativamente a sociedade, de certo modo independentemente do governo – ou, ao menos, não atribuir ao governo a sua própria falta de iniciativa. E para isso precisavam produzir um fato político: forjar um bloco

político-social unitário, partidos e movimentos sociais afeitos à esquerda, em torno de bandeiras convergentes, como núcleo da unidade de forças mais amplas para sustentar a nova estratégia.



Um bloco político-social avançado para a união de amplas forças

Artigo publicado em 7 de abril de 2015

Aos poucos, se torna explícita a ideia de unir amplas forças democráticas, progressistas e patrióticas, para enfrentar a ofensiva conservadora, e passar à contraofensiva. Muitos segmentos políticos e sociais expressam essa necessidade, a partir da unidade de ação imediata em torno de bandeiras concretas em defesa do Brasil, da democracia e da retomada do crescimento econômico com garantia das conquistas sociais e trabalhistas.

Entre as forças políticas, o PCdoB e PT proclamaram abertamente esse rumo. Numerosos outros segmentos de partidos políticos também estariam abertos a isso. Entre os movimentos sociais, malgrado as discrepâncias, predomina a mesma tônica. Sinal de bom augúrio. A jornada será menos longa se se tiver consciência aguda do atual curso político, instável, perigoso e de desfecho indefinido no país.

Em meio a esse processo, não passaram despercebidas – embora com repercussão restrita – matérias de imprensa indicando que o próprio PT examina o cenário de uma Frente Ampla, com papel também eleitoral, como no Uruguai. Ou seja, uma formação orgânica. Não se sabe se isso foi um relâmpago invisível acompanhado de um trovão silencioso. Oxalá não. Tarso Genro vem emprestando apoio a algo do tipo há algum tempo.

Está claro que o atual ciclo de avanços no país exige ampla base de sustentação social, econômica e política. Essa é a realidade de correlação de forças no Brasil e no mundo. Na verdade, as experiências de esquerda são como que ilhas, “áreas liberadas”, em meio aos continentes amplamente hegemonzados pelo incontrastável poder político das finanças, da ideologia

neoliberal, da força militar e diplomática imperialista – mesmo que em declínio relativo. Eles próprios se resgataram da maior crise financeira dos últimos 80-90 anos e promovem a guerra financeira, comercial e monetária em defesa de suas economias nacionais. Até os países socialistas se veem obrigados a manobrar estrategicamente frente a isso. Que dirá os países da América do Sul, com evidentes carências para fazer a inteira defesa de seus interesses nacionais.

Nessa realidade de forças, no Brasil, um partido apenas, mesmo que forte como o PT, não dá conta da realidade das transformações exigidas e dos embates envolvidos, notadamente se se trata de relançar em outro patamar o ciclo de mudanças e de retomada do desenvolvimento. Com isso, aprisiona-se num bipolarismo político a complexa realidade política e social brasileira. Pois então, a ampla frente de forças políticas e sociais é uma necessidade histórica, não apenas para enfrentar a atual crise política, como também, partindo dela, para forjar um bloco político-social com papel seminal dessa frente.

Argumentei antes que de momento se trata de propor um diapasão único para essas amplas forças dispersas reporem o protagonismo e a contraofensiva. Mas isso pode avançar para um bloco político-social com protagonismo político, inclusive eleitoral se for o caso, como núcleo popular avançado de forças unidas em torno do programa básico das reformas democráticas estruturais. Nele, se mantém a autonomia das forças que o integram. E com ele se pode nortear a coalizão de forças de sustentação política congressual ao projeto da esquerda, ou seja, disputar o centro político, com rumos ao encontro de desenvolvimento, defesa da economia nacional, competitividade da indústria brasileira, e aprofundamento da democracia.

Aliás, bem vistas as coisas, parte da responsabilidade da atual crise política de governo deve ser buscada em um movimento feito no segundo governo Lula. Na ocasião, impôs-se um novo eixo de alianças do PT centrado no PMDB. Respondia-se assim à sustentação necessária do governo. Mas isso não precisava se dar com o desmanche do bloco à esquerda – PT, PCdoB, PSB e PDT – como ocorreu. Como se sabe, o governo moveu mundos e fundos



para derrotar a candidatura de Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados na ocasião.

Não era o único nem o melhor caminho. Um núcleo de esquerda, para além do petismo, norteador de uma mais ampla coalizão de forças, se mostraria mais justo. Jamais se saberá se isso teria impedido a dissensão do PSB de Eduardo Campos ou a atual posição distanciada do PDT. Mas certamente evitaria o relativo isolamento atual do PT, que leva o PMDB à defesa de maior espaço no governo.

O que se verifica é que se revelam insuficiências de diagnóstico da situação brasileira e da atual correlação de forças, além de concepções políticas estreitas para a realidade brasileira. É possível superar isso, com visão estratégica, descortino político e desprendimento. O próprio PT se beneficiaria muito disso, junto com toda a esquerda política e social. Mas quem ganha mais é o Brasil e seu povo.

Um mesmo diapasão

Artigo publicado em 31 de março de 2015

Disse um arguto analista político que, de fato, formou-se ampla frente política contra o projeto vitorioso nas eleições presidenciais pela quarta vez consecutiva. Uma ofensiva, como jamais vista desde 1964, motiva a direita política e ideológica com bandeiras diversas, mas tendo por denominador comum o *Fora, Dilma* por vias antidemocráticas. Alcançaram uma vasta base de movimento de massas nesse intento, entre inconformados, odientos ou estupefatos personagens.

A oposição política, PSDB, e o consórcio monopolista midiático tiram a castanha do fogo com mão de gato, para não expor o notório sentido golpista com que dirigem os fatos.

Os riscos desse tipo no Brasil nunca podem ser subestimados. Nessas horas, nenhuma força com alguma clarividência pode deixar de se pôr em alerta.

Para barrar a ofensiva conservadora, é preciso pôr em movimento num mesmo diapasão as forças de cunho patriótico, democrático e progressista.

Uma frente unida na ação. Que se disponha a defender a Petrobras e a engenharia nacional, dando fim à impunidade de quem assalta o interesse público, sem abrir mão do fabuloso patrimônio que elas representam para a afirmação nacional. Ao mesmo tempo, que rechace os intentos golpistas e antidemocráticos com que se quer desfazer a vontade majoritária do povo em eleições. Também que possa estancar a drenagem da coisa pública para financiar campanhas por meio das empresas.

Enfim, bandeiras não faltam, embora necessitem ser poucas e boas, e de ação, para aglutinar. Falta mesmo é a iniciativa mais enfática de líde-



res fundamentais que falam ao povo brasileiro em nome da grande corrente histórica do progresso social, com democracia e fortalecimento da economia nacional.

Líderes políticos é para essas horas: alinhar esforços numa mesma direção, sem prejuízo de legítimos interesses de cada qual ou diversidade de opiniões entre si. Precisam conversar e convergir entre si, para sinalizar a disposição de unir esforços e retomar a iniciativa política.

No calor da luta política aguda não se pode deixar prosperar quebra de relações de confiança com a presidenta. Ao contrário, a estabilidade de seu governo é um imperativo básico não apenas para estancar a crise política, como também para seguir adiante na retomada do crescimento econômico. Será essa a sustentação para permitir à presidenta liderar outra repactuação política com sua base congressual, com os setores produtivos e com sua própria base social.

Uma frente ampla das forças democráticas, patrióticas e progressistas em defesa do Brasil, da democracia e da retomada do crescimento econômico. É uma consigna clássica que sempre produziu bons frutos no Brasil. Anacrônico é o golpismo.

Em defesa do Brasil, da democracia e do governo eleito pelos brasileiros

Artigo publicado em 13 de março de 2015

Hoje ocorreu o fato político mais importante de 2015 e da conjuntura implantada ao se iniciar o segundo governo Dilma.

Movimentos sociais e populares capitaneados pelo movimento sindical se somaram às forças progressistas e de esquerda para se manifestarem em 23 estados, juntando várias centenas de milhares de lutadores, em defesa do Brasil, em defesa da democracia e em defesa do governo eleito pela maioria dos brasileiros.

A data é histórica, de outro 13 de março, em 1964, quando do famoso comício da Central do Brasil em que Jango presidente recebeu apoio dos sindicalistas para avançar nas reformas de base.

Será histórica também porque repôs o protagonismo popular no atual cenário político.

Para isso confluíram as históricas bandeiras de luta dos movimentos sociais, em especial os direitos sagrados dos trabalhadores, mas sob uma perspectiva política em defesa do Brasil, em defesa da democracia, em defesa do governo eleito pela maioria dos brasileiros. Isso unificou as tropas em torno da Petrobras e da economia nacional, do fim do financiamento empresarial de campanha, contra intentos golpistas.

Vai amadurecendo a compreensão de que a justa luta pelos direitos



dos trabalhadores, pela manutenção e ampliação das conquistas alcançadas nos últimos anos põe em tela precisamente essas bandeiras.

Mais uma vez o exemplo do outro 13 de março é útil, porquanto boa parte da esquerda não atentou para escapar da cilada política em torno do governo de Jango.

As forças populares seguirão o aprendizado de que, em hora de choques políticos exacerbados, não se deve titubear em defesa daquilo mais elevado que eles mesmos conquistaram, os governos dos últimos anos. Vão se pondo ao lado e à frente do governo em defesa do aprofundamento das reformas, disputando a sociedade com sua agenda própria.

O governo tem aí novas condições para sair da defensiva e propor sua agenda política em sintonia com esses anseios.

Hoje, 13 de março, o gênio saiu da garrafa, tornou a se unir para a luta política. Intentos de golpear o governo Dilma necessitariam pedir a esse povo mobilizado para ir para casa. Não o conseguirão. As condições para a contraofensiva aos conservadores estão postas.

Afinal, qual a agenda política?

Artigo publicado em 11 de fevereiro de 2015

Estão em curso agendas políticas concorrentes e dispersas para o país. A oposição, apesar de derrotada com sua agenda própria nas eleições presidenciais – um retorno ao passado –, mantém em tela um terceiro turno eleitoral. Não debate propostas para o país, apenas se esmera em encurralar a presidenta Dilma e flerta com aventuras como a do *impeachment*. Está no papel da oposição, digamos, mas não se dá conta de que dificilmente ela própria capitalizaria o infortúnio nacional.

Surge no Congresso uma agenda política distinta. Nasce com a vitória de Eduardo Cunha galvanizando boa parte da base de sustentação de Dilma. Hoje, tal agenda se imbrica com o “descontentamento do PMDB” (uma reação corporativa e defensiva, PMDB, aliás, que se dividiu vastamente nas eleições de outubro passado), mas vai muito além desse partido. Em parte, por ora, mobiliza uma pauta que é própria do Congresso, como o orçamento impositivo e o processamento das medidas provisórias.

Em outros temas, como os da lei do aborto ou da união homossexual, o conservadorismo vitorioso nas eleições ao Congresso as paralisará, mas há que se entender que são temas da sociedade e que dividem a própria sociedade. E há também o tema da reforma política, tendendo a ser pautada de modo absolutamente conservador e restrito à “classe política”, e não voltado para os anseios da sociedade melhorando a qualidade da representação política com aprofundamento do seu sentido democrático e pluralista. Jamais o Congresso brasileiro deveria dar as costas ao amplo debate reclamado pela sociedade civil em torno do tema.

Entretanto, tal agenda no Congresso em nada está se voltando até agora para os grandes e ingentes dilemas nacionais da hora, em termos de políti-



ca econômica e social, por exemplo, visando ao desenvolvimento. Pior, elas podem rapidamente evoluir para uma agenda concorrente e oposta à do governo, a atentar para o humor social e as pressões da mídia e de grandes corporações do país. Quer dizer, é latente o ímpeto de dobrar o governo. Flertará com o *impeachment*? Até onde o país suportará tal concorrência de agendas?

Respondo, em rápida digressão: talvez em rumo assemelhado ao dos resultados da célebre Operação Mãos Limpas, na Itália, partindo e retroalimentando a desmoralização do sistema político, alimentando e sendo alimentada por uma opinião pública sincera, mas fabricada e manipulada nessa direção pelos monopólios midiáticos, e ambos os fenômenos se aproveitando da desreferenciação política de vastas camadas sociais. Nessa ordem-desordem, o Judiciário se propôs a fazer justiça a partir de “juízes de ataque” que, se trouxeram resultados na ordem da justiça, derrocaram o sistema político italiano e desmoralizaram a brava nação com um presidente de araque como Berlusconi. No Brasil, parte do roteiro está em curso, agravado pelos vazamentos seletivos escancarados de processos sigilosos à revelia de um real Estado de Direito. O risco no Brasil é real quanto a isso realimentar a exaustão da sociedade com o sistema político, e disso resultar algo ainda pior.

Por outro lado, a agenda vitoriosa nas urnas, sustentada pela presidenta em campanha, tarda a liderar os acontecimentos. Após buscar recompor a confiança na economia e compor ministério que desse estabilidade à base de sustentação política, o fato é que ambos os movimentos não passaram até agora pelo teste de estresse. Há ainda o chão estremecido pelas apurações da Operação Lava Jato, aguardando as decorrências para o mundo político. Enfim, seis semanas passadas de novo governo, não se estabeleceu uma pauta positiva. Evidentemente, sem a liderança do governo em defesa da sua agenda e realizando amplo debate com todos os segmentos sociais, a situação se deteriorará, tanto no plano econômico, quanto no social e político. Nisso, será preciso partir da nova situação criada, em especial com o Congresso – são duas instituições, Executivo e Legislativo, que estão condenadas a se entenderem, a negociarem, em benefício do país.

O quarto componente é o que também está faltando: a agenda própria do bloco político e social que sustenta o atual caminho brasileiro há quatro eleições presidenciais consecutivas. São forças que se alteraram ao longo desse período, mas demonstraram vigilância e vitalidade no segundo turno do ano passado. Primeiro, não bastam agendas partidistas, seria bisonho a esta altura dos acontecimentos. Segundo, não basta a essas forças a agenda do governo, tem que ser uma agenda para disputar a sociedade com opiniões e movimentos próprios, convergente com a do governo, capaz de criticar e até demarcar com o governo em casos concretos, mas também e principalmente capaz de se contrapor à nova agenda conservadora nascente e agir em defesa do mandato de Dilma quando a luta política se exacerbar.

Falta unir essas forças – político-partidárias, sociais, intelectuais, enfim, progressistas e democratas – em torno de pontos nodais ou plataformas imediatas e concretas, para a unidade na ação que se requer conforme a conjuntura política, que aliás não faltam: em defesa da Petrobras e da engenharia nacional, contra a corrupção; pelo financiamento público de campanhas, em defesa do mandato legítimo conquistado nas urnas pela vontade da maioria do povo brasileiro.

Deve-se atentar para o que o sociólogo alemão Hartmut Rosa, bem lembrado pelo editorialista Alcino Leite Neto, da *FSP*, afirma: “O ritmo acentuado das mutações socioeconômicas e tecnológicas excede permanentemente as possibilidades das estruturas e dos horizontes temporais da política democrática e deliberativa, que tende ela mesma, na sociedade da aceleração, e justamente em razão da forte dinâmica social, a reduzir o ritmo dos processos de formação da vontade e da tomada de decisão”. E, da parte do editorialista, fazer força para não dar razão à reflexão de que isso “explicaria talvez o desânimo de muita gente com a lentidão da classe política e o crescente alheamento desta classe em relação às urgências do mundo atual. Também explicaria tanto a expansão do conservadorismo no mundo — devido, em parte, à dificuldade de as pessoas entenderem a realidade complexa e mutante –, quanto a impotência das esquerdas para fixar um projeto de futuro



comum para grupos sociais com demandas tão imediatas e heterogêneas”.

O fato do momento é que o tempo político urge. Não basta lamentar falta de iniciativa do governo. A esquerda brasileira prestou grandes serviços à luta dos brasileiros, saberá cumprir as exigências da hora. É preciso que mobilize amplas forças e as ponha em movimento, com uma agenda convergente com a do governo, mas que vá além dela. Esse o papel dos líderes políticos nesta hora – conversar ativamente, encontrar as composições necessárias e possíveis, articular a ação política e social de forças que são muito maiores que as da oposição.

2015

4 de fevereiro de 2015

A desfaçatez da mídia: N pesos, N medidas

Artigo publicado em 4 de fevereiro de 2015

Todo debate público é envenenado neste país pelo fato de existir quase absoluto monopólio da mídia. E toda ela se inclinar decididamente em direção conservadora, quando não reacionária, mas sempre facciosa a mais não poder.

Por isso, eventos são abordados com N pesos, N medidas.

Um deles é a recente retomada da crítica ao “patrimonialismo” marcante da tradição brasileira. O próprio Joaquim Levy a trouxe à tona recentemente, ecoando a grita da oposição durante a campanha.

Até as pedras sabem que criticar o patrimonialismo no país é o esporte predileto das elites econômicas. Entretanto, nenhuma palavra é dita sobre ser um país onde os impostos são indiretos maxima-

1 FEV

Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara dos Deputados em embate feroz com o governo federal.

19 JAN

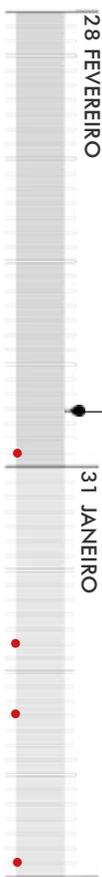
Joaquim Levy anunciou então a ambiciosa meta de um superávit primário de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), depois revista devido à piora das projeções para o PIB de 2015.

14 JAN

O ex-diretor da área internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, é preso preventivamente.

01 JAN

Dilma empossada para o segundo mandato, tendo obtido mais de 54 milhões de votos no segundo turno eleitoral. Joaquim Levy indicado ministro da Fazenda.



mente, não há taxaço sobre grandes fortunas nem imposto digno do nome sobre heranças. Para não falar do grande esforço sonegador praticado por todos os que não vivem de salários no país. É assunto que escandalizou até Thomas Piketty em viagem ao país.

*

Outro exemplo é a irresponsabilidade com que foi tratado o advento da crise hídrica em São Paulo, hoje praticamente instalada e de difícil enfrentamento. Irresponsabilidade maior, talvez, a da mídia, incapaz de trazer ao debate público de máxima relevância a questão, tratando, ao contrário, de blindar o governo estadual. Maior politização, no sentido negativo do termo, seria impossível.

Até este Blog postou matérias afirmando que “no verão de 2003 o nível da represa (sistema Cantareira) atingiu valores negativos (-7,3%), ou seja, enveredou pelo ‘volume morto’. Onze anos atrás! Com a renovação da concessão da exploração de Cantareira, mudou a cota-limite que define o volume morto, o que, por assim dizer, disponibilizou mais água para a SABESP, que aumentou a vazão de fornecimento”. “Ressuscitou-se água”, segundo Reinach, biólogo articulista do *Estadão*. “Passados dez anos, volta a mesma situação: falta água em São Paulo. E sobrevém nova ressuscitação de volume morto, só que agora ele é a metade do existente dez anos atrás. A população aumentou, o risco do desabastecimento voltou”. Não é mais risco, é certeza!

Enquanto isso, o Ministério Público paulista apontou que a SABESP descumpriu condições estabelecidas em 2004 para operar o Cantareira. Segundo os promotores, São Paulo precisava de “mais um Cantareira” e isso continua em pauta para os próximos 30 anos. A Companhia atrasou planos e não instalou monitoramento no rio Piracicaba; o plano de contingência não contemplou emergências por seca, diz documento.

Aliás, na mesma matéria citada, foi postado o gráfico abaixo mostrando a evolução do problema há mais de dez anos. Ele mostra a quantidade de água estocada no Cantareira desde 1982, em hm³. A linha horizontal em 486 hm³ é o

nível que separa o volume “vivo”, passível de ser retirado sem bombas, do volume “morto”. Analisem o que aconteceu desde 2010, em clara tendência: a queda gradativa do volume disponível, abruptamente acentuado em 2014.



Em algum momento lembrei que o próprio Mauro Arce, que interveio em 2003 “ressuscitando” água para a SABESP, é o mesmo que ano passado foi chamado para enfrentar a crise hídrica, pelo governador Alckmin. Ou seja, os agentes são os mesmos, dez anos passados, a crise se aprofundou. Onde alguém viu o debate sério desse magno problema? A quem responsabilizar por inação ou omissão?

*

Por último, haveria que referir o exemplo da crise da Petrobras e a do caso Alston-Metrô-CPTM em São Paulo, onde chega a ser escandaloso o tratamento faccioso que recebem. De um lado, ataques sem escrúpulos sobre suposta máfia política “petista”, CPIs e invocação de golpes judiciais; no outro, a blindagem em torno de presumível máfia “tucana”, nada de CPIs na Assembleia Legislativa, agentes estaduais posando de vítimas dos eventos.

Ambos referem-se a problemas de fundo que são os escândalos corporativos magnos que saqueiam o erário público. É um problema mundial (recentes nos EUA, França, Alemanha, Espanha...), e o melhor é lancetar o



tumor rapidamente. Se o Estado e suas empresas são principalmente vítimas dos eventos, o fato é que os maiores penalizados estão na sociedade como um todo.

Mereciam ser tratados com pesos e medidas correspondentes quanto à natureza. Mas, por trás da cobertura, há interesses inconfessos – transformar a questão numa rinha política que ensombrece tudo e só punisse adversários, e assacar contra a Petrobras e contra a engenharia nacional. É preciso preservar o patrimônio da maior empresa brasileira, pilar da tecnologia nacional, dona de um corpo técnico fantástico, que só crescerá com a purga dos corruptos que a assaltaram.

*

Enfim, o debate político brasileiro, nessa toada, está à beira do escárnio. Quer dizer, o verdadeiro mal nacional, por esses três exemplos, está na formidável luta ideológica dominada que impossibilita o debate crítico dos fenômenos por toda a sociedade, dados os monopólios midiáticos do país.

Daí a importância do pensamento crítico e da luta pela comunicação democrática, pois os três exemplos estão agudamente no centro da luta atual, cujo desfecho depende de todos nós.

Se...

Artigo publicado em 3 de fevereiro de 2015

A situação presente do Brasil e do governo está cheia de miasmas preocupantes, seja na economia, seja na situação social e, especialmente, na sustentação política do governo.

Há muitos “se” aguardando definições.

Se a agenda do Legislativo – sob comando de Eduardo Cunha após a fragorosa derrota que impôs à orientação do governo – se chocar abertamente com a agenda do Executivo, a instabilidade será a tônica do que virá.

Se a postura do Judiciário atendesse aos reclamos do chefe da oposição, ou seja, procedesse a um golpe judiciário como propôs FHC, a temperatura será máxima.

Se a estagnação econômica ainda prevista para 2015 se agravar com as medidas fiscais preconizadas pelo governo, a situação social será mais inquietante.

Enfim, fatores de atritos e turbulências não faltam neste início de novo governo.

É uma situação inusitada, decerto, mas não desconforme às contradições, aos obstáculos e armadilhas postos diante do desafio do Brasil de enfrentar a crise mundial e dar novos passos no rumo da afirmação nacional e democrática, promovendo direitos sociais sentidos da população. E, no plano político, bem conforme à tradição da direita no país.

Não há saídas simples. Mas há alguns outros “se” centrais para seu enfrentamento.



Se não for superada uma contradição básica da presente situação política, as coisas se agravarão. Trata-se de que um país complexo como o Brasil, sob regime de presidencialismo, pressupõe uma clara, afirmativa e proativa liderança política, “fazendo política”, encabeçando a união de forças com clareza do projeto nacional, que saiba evitar armadilhas e mobilizar as forças de sustentação.

Se tais forças de sustentação políticas e sociais, por outro lado, não estabelecerem uma agenda intensiva e concentrada para disputar a sociedade, a partir da confiança que têm na liderança política do governo, mas com autonomia, não se paralisarão os ímpetus conservadores e mesmo golpistas em ação.

Por isso, talvez o mais importante da hora seja o papel dos líderes políticos. Quer dizer, líderes políticos é para essas horas. Líderes no governo e na sociedade, que conversem entre si e com os movimentos sociais, a sociedade civil, para fazerem face à situação, sem esperar que ela se agrave em torno de temas para além de suas pautas partidistas ou governistas imediatas.

Trata-se de concertar unidade na ação concreta que congregue forças em torno de uma bandeira imediata – em defesa da Petrobras? – e ponha em movimento progressivamente forças substanciais de sustentação ao avanço do projeto do governo. Isso é caminho para, logo adiante, estabelecerem plataforma de poucas e sentidas bandeiras ao encontro aos anseios progressistas da maioria da sociedade. Quiçá, também, para ensejar a constituição de um bloco político social amplo, de esquerda e progressista, como protagonista político de primeiro plano na situação brasileira.

A crise, o Brasil, os dilemas de Dilma

Artigo publicado em 25 de janeiro de 2015

Dilemas, contradições e dificuldades para ulteriores avanços na afirmação do projeto nacional, democrático e social no país: esse foi o tema de fundo da renhida disputa eleitoral. Mantém-se para o novo governo constituído.

Governo que vem de acentuar a férrea fórmula macroeconômica, ancorada agora na retomada do superávit primário, a qual decididamente não é a que o país precisa para avançar. Ficou escrito: o país não vai retomar o crescimento em 2015, quiçá em 2016. A medida acrescenta combustível para instabilidades sociais e, naturalmente, agudiza instabilidades políticas, quanto a coesionar a base de sustentação no Congresso, sem falar dos desdobramentos da Operação Lava Jato.

No primeiro semestre de 2014, PT e PCdoB confluíram nas propostas para a campanha Dilma tendo por centro a realização das reformas estruturais. Para ambos, o desafio da produtividade e competitividade da economia brasileira era central, para o que a elevação dos investimentos públicos e privados em inovação era a base.

Em junho de 2014, o PCdoB ofereceu ao programa da disputa diretrizes básicas interligadas, entre as quais o redesenho da política macroeconômica. O superávit primário deveria, para isso, ter duas submetas explícitas e obrigatórias: uma, financeira, de estabilizar a dívida pública; outra, de meta fiscal para maior investimento público. Ao mesmo tempo, propôs ampliar para 36 meses o horizonte para o cumprimento da meta da inflação, permitindo acomodar instabilidades e, simultaneamente, promover a desindexação de con-



tratos progressivamente – causa notável da inflação brasileira. Por fim, nesse desenho, deveria se buscar uma taxa de câmbio competitiva, praticando uma política industrial horizontal capaz de diminuir custos da produção.

Mas, perante a situação econômica do país e do mundo, Dilma tratou de “recompôr a confiança dos investidores”, “arrumar a casa”, mediante a âncora de um ajuste fiscal, com subsequentes cortes no orçamento. O fato é que a opção adotada com a nova orientação no Ministério da Economia promoverá ajuste recessivo da economia, com diminuição da capacidade de investimento público, elevação dos juros e “ajoelhando-se no milho” para demonstrar capacidade de honrar a dívida pública mediante o superávit primário, pesado ônus que consumirá energias do país em benefício dos financiadores da dívida pública, predominantemente rentistas.

Enfim, a presidenta manobrou para sair da tentativa de isolamento e cerco a que está submetida por parte dos setores conservadores políticos e midiáticos. É uma gestão política da situação, nas condições de força existente no Brasil em meio à crise econômica mundial em curso. Estabeleceu-se uma espécie de consórcio respeitado de parte a parte, com desejadas fronteiras e prazos definidos, entre o programa da disputa presidencial sustentada pela candidata e a indicação de Levy ao Ministério da Economia. Aparentemente, espera-se que seja um freio de arrumação, um passo atrás, para permitir dois passos ulteriores à frente, ainda durante o seu mandato.

A grita se avoluma, à esquerda e à direita. Nem sempre com muita luz, sempre com muito calor.

A força atuante de fundo é que o país segue aprisionado nas tenazes do tempo.

À direita, é preciso desmascarar sua falácia. Não há por que subestimar o peso da crise econômica mundial. Fora dela não se compreenderá nada das relações de força que se desdobram no mundo atual. Em última instância, o sistema financeiro resgatou-se da crise emitindo dinheiro contá-

bil, com profundos efeitos sociais regressivos, que comprometem toda uma geração. Resgate que sequestra os próprios Estados nacionais e Bancos Centrais em sua lógica financeira, e aprofunda a crise econômica e social. Afinal, foi respondida a pergunta feita em 2008 sobre se os países emergentes seriam capazes de sustentar o ritmo da economia mundial. Não foram. Enfrenta-se a terceira onda da crise, afetando o crescimento econômico dos países emergentes, após a aguda situação nos EUA, primeiro, seguida da crônica situação europeia e japonesa, aquela patinando na austeridade. Estagnação é o mote mundial, coexistindo com deflação nos países mais centrais e inflação nos emergentes, com as exceções de praxe.

O Brasil não foi imune a isso. Tem que arcar com o movimento das economias mais poderosas em face da formidável luta em torno de interesses de Estados e blocos. Os profundos efeitos desestabilizantes sobre os países emergentes das ações de facilitação quantitativa promovidas pelos EUA e, agora pela Europa, bem o demonstram, jogando a relação dólar-real numa gangorra.

Aliás, após a descoberta do Pré-Sal e a mudança de paradigma em sua exploração, o Brasil entrou na tela de radar de modo mais agudo e central: a espionagem flagrada por parte dos EUA; a IV Frota no Atlântico Sul, pressões quanto ao preço das *commodities* etc. estão longe de serem eventos de geração espontânea. Afinal, está se lidando com o *status quo* dominante mundial imperialista (a palavra é bem usada, creiam), ainda inexpugnado: a força das finanças e a hegemonia da orientação econômica e cultural neoliberal. Como dizia Lênin, são forças capazes de arrastar nações inteiras ao abismo, hoje ainda mais que em seu tempo.

À esquerda, não há por que desconsiderar esse panorama mundial constringendo a economia brasileira e reduzindo suas margens de manobra. A nação não tem ainda as forças necessárias para a inteira defesa de seu interesse e Estado nacional, em meio a essa realidade de crises e instabilidades mundiais. Nesse sentido, não foram os erros, mas a coragem, que se deve



destacar nas medidas arrojadas tomadas pelo primeiro governo Dilma: juros em queda, mantendo emprego, renda, elevação do salário-mínimo, estimulando o consumo e os investimentos públicos, num movimento contracíclico.

É preciso considerar que fora da política não há como nenhum governo gerir os dilemas e contradições com que se lida. Seria inconsequente a crítica que não levasse isso em conta. Falar em submissão de Dilma seria desconsiderar a integridade e os compromissos da presidenta, e fazer vistas grossas ao fato de que a indicação de alguém como Joaquim Levy para a Economia teve a pressão de Lula, nada mais, nada menos – um cálculo político, portanto.

Falar em viragem estratégica, como foi a de Mitterrand na França em 1982, que perdurou pelos outros 13 anos de seus mandatos, é ficar nas analogias aparentes. Não há por que deixar de reiterar a confiança da pregação da candidata, quanto a não aceitar retrocessos no emprego, renda, salário e conquistas sociais. Ela é íntegra e consequente, tem claro o norte. Seu governo deverá ser julgado em quatro anos deste novo mandato.

O que é indispensável é a crítica progressiva, a que esclarece, une forças, apresenta alternativas, mobiliza. Para isso, as forças de esquerda, políticas e sociais, não precisam nem podem ocupar o mesmo lugar político do governo, embora devam sustentá-lo contra o retrocesso do projeto estratégico.

Diante da nova orientação macroeconômica, não há, portanto, por que as forças políticas e sociais avançadas deixarem de batalhar renhidamente contra quaisquer retrocessos sociais – até ajuda-se a presidenta em seu compromisso. Envolve pressão, luta autônoma para disputar o governo, e sobretudo a sociedade. Envolve constituir consensos e mobilizações mais elevados e avançados. Por que um ajuste fiscal com superávit que premia os detentores de títulos públicos com altos juros, condenando a produção e consumo? Por que não, mesmo que essa manobra se impusesse temporariamente, uma reforma tributária, num novo consenso de distribuição de renda e diminuição das desigualdades? Por que não firmar nova parcela do Fundo Social do

Pré-Sal para investir em um grande esforço de inovação para a produtividade e competitividade da economia brasileira, destacada nas propostas do PCdoB apontadas acima?

Por que não imposto sobre herança e sobre grandes fortunas, se se precisa ampliar a arrecadação? Por que não caminhar, progressivamente, para um pacto universalista na disputa do orçamento público, ou seja, voltado para os grandes empreendimentos da reforma urbana, saúde e educação?

O governo não pode garantir tudo o que o povo trabalhador, a nação e seu projeto estratégico carecem – isso era uma ilusão (ou acomodação) no tempo do lulismo. O mínimo que se pode dizer é que a sociedade brasileira está inquieta, em parte temerosa de retrocessos no crescimento econômico e de suas conquistas, em parte aspirando a mais conquistas. Inquieta, mas em boa parte desreferenciada politicamente. A esquerda brasileira não pode perder seu principal ativo: estabelecer uma agenda mais ambiciosa, para um horizonte mais largo e profundo, um projeto de nação e de Estado nacional capaz de sustentá-lo.

O que é preciso são forças mais poderosas para avançar. O governo e seu poderio são parte delas, por isso lutamos tanto por conquistá-lo e sustentá-lo. Mas a parada se decide em luta, em mobilização pela força das ideias e mobilização de largos contingentes sociais, novos consensos que gerem referências políticas renovadas para se lidar com uma sociedade que vivencia profundas transformações progressivas materiais e espirituais.

Essa reunião de forças está a exigir um bloco político-social de esquerda e progressista, para atuar com uma plataforma comum, respeitando as contradições existentes nesse campo, agindo no governo e nas ruas, nos movimentos sociais e na sociedade civil, disputando as opiniões na sociedade. Sem isso, vence-se eleições, mas não se tem hegemonia política e cultural. Sem isso, blasfema-se contra a escuridão, mas não se faz luz nem movimento. A “cara” desse bloco é a grande luta pelas reformas estruturais, acentuadas na campanha e reclamadas pela sociedade.

ANEXO 01

O QUE O POVO BRASILEIRO PERDERÁ COM O GOLPE



O QUE O POVO BRASILEIRO PERDE COM ESTE GOVERNO GOLPISTA

É importante se informar. Os governos Lula e Dilma sem dúvida cometeram erros. Mas o número de acertos e a importância das conquistas são infinitamente maiores, em todas as áreas de governo. Confira os dados abaixo. A mídia golpista nunca vai lhe mostrar isso. Informe-se e ajude a divulgar essas informações, fundamentais ao país.

Áreas	Fernando Henrique Cardoso (como era em 2002)	Lula e Dilma (o que se conquistou entre 2003 e 2016)
ECONOMIA		
Produto Interno Bruto (PIB): a soma de todos os bens e serviços produzidos no país no ano	R\$ 1,48 trilhões (2002) (13º maior PIB mundial)	R\$ 5,90 trilhões (2015) (7º maior PIB mundial)
Reservas internacionais líquidas do Brasil	US\$ 16 bilhões (2002)	US\$ 376,3 bilhões (2016) Esses valores superam, com folga, toda a dívida externa do país, que é de US\$ 333,6 bilhões. Assim, o Brasil é credor externo líquido em US\$ 42,7 bilhões
Dívida Externa	O Brasil devia R\$ 212 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (2002)	O Brasil pagou toda a dívida e tornou-se credor: já emprestou 10 bilhões ao fundo (até 2013)
Dívida Externa em Relação às Reservas	557% (2002)	81% (2014)
Dívida líquida do setor público	60,4% do PIB (2002)	38,9% do PIB (2016)
Renda <i>per Capita</i> (divisão da renda Nacional pelo número de habitantes do país)	US\$ 2.500 (2002)	US\$ 10.000 (2016)
Exportações	60,3 bilhões de dólares (2002)	191,1 bilhões de dólares (2015)
Posição entre as Economias do Mundo	2002-13ª	2014 - 7ª
Inflação Anual Média	9,1% (2002)	10,67% (2016) Atenção! A taxa de inflação já estava despencando e deverá fechar, segundo o Banco Central, perto do teto da meta em 2016, ficando próxima de 6,5% no acumulado do ano. Para 2017, já se prevê uma taxa de inflação perto do centro da meta, de 4,5%
Taxa de juros (taxa Selic)	18,9% (2002)	14,15% (2015)
Geração de empregos	5 milhões (1995-2002)	20,4 milhões (2003-2013) (com 1,5 milhão perdidos em 2015)
Salário-mínimo	R\$ 200 = 1,42 cestas básicas (2002)	R\$ 880 = 2,5 cestas básicas (2016)
Diminuição da pobreza	8,02 milhões de pessoas saíram da miséria (1995-2002)	42 milhões de pessoas saíram da miséria e 38 milhões de pessoas ascenderam à nova Classe Média (2003-2013)
Privatizações e perda de patrimônio público	125 empresas estatais foram privatizadas por somente US\$ 105 bilhões de 1994 a 2002. A Vale do Rio Doce, uma das mais importantes mineradoras do mundo e uma das principais estatais brasileiras, foi vendida em 1997 pela ridícula quantia de US\$ 3,558 bilhões (valor que a Vale costuma lucrar em um único trimestre). Em 2010 a Vale chegou a valer US\$ 125 bilhões, mais do que o valor de todas as	Estatais estratégicas foram preservadas e fortalecidas: Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES



	125 empresas privatizadas. Em 2000 foi também vendido um pedaço importante da Petrobras, por somente US\$ 4,840 bilhões.	
Valor de Mercado da Petrobras	R\$ 15,5 bilhões (2002)	R\$ 101,3 bilhões (2015)
Lucro médio da Petrobras	R\$ 4,2 bilhões/ano (1995-2002)	R\$ 25,6 bilhões/ano (2003-2013)
Capacidade energética do país	74.800 MW (2001)	142.884 MW (2016)
Lucro do BNDES	R\$ 550 milhões (2002)	R\$ 8,15 bilhões (2013)
Lucro do Banco do Brasil	R\$ 2 bilhões (2002)	R\$ 15,8 bilhões (2013)
Lucro da Caixa Econômica Federal	R\$ 1,1 bilhões (2002)	R\$ 6,7 bilhões (2013)
Falências Requeridas em média/ano	25.587 (1995-2002)	5.795 (2003-2013)
Investimento Estrangeiro Direto	16,6 bilhões de dólares (2002)	64 bilhões de dólares (2013)

Propostas e ações golpistas de Temer, Cunha, Aécio, Serra, Fernando Henrique e seus aliados (o que se perderá)

Objetivos gerais do governo golpista

- Diminuição do papel do Estado, deixando a política econômica ser governada exclusivamente pelos interesses do grande capital.
- Incremento das privatizações: nos últimos anos o crescimento econômico brasileiro foi em grande parte movido pelo aumento do consumo das famílias, pelo crescimento da renda pessoal e pela expansão do crédito ao consumo. Pretende-se agora mudar o modelo de crescimento, aumentando a participação do setor privado em setores estratégicos, sem intervenções do Estado. Ou seja, será executada uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, o que significa mais privatizações e também sucateamento de escolas, hospitais etc. e mais precarização do emprego. Ainda nesse tópico, o documento *Ponte para o Futuro* (elaborado pela equipe de Temer) fala em retorno ao regime de concessões na área do petróleo, levando à entrega da Petrobras ao capital privado, sobretudo estrangeiro.
- Petróleo do Pré-Sal: nessa lógica, o modelo de exploração do Pré-Sal será aberto às multinacionais, priorizando os interesses externos, especialmente os norte-americanos (em 2009, o Wikileaks denunciou a troca de correspondência entre o candidato José Serra com a petroleira Chevron, em prejuízo da Petrobras).
- Desvalorização real do salário-mínimo, com alteração dos critérios de reajuste.
- Fim das vinculações orçamentárias definidas na Constituição, que obrigam e garantem um percentual de recursos para saúde e educação.
- Fim das indexações que garantem a valorização do salário-mínimo e de todos os benefícios a ele vinculados, como aposentadorias e demais benefícios previdenciários, entre outros. O objetivo é extinguir os reajustes automáticos do crescimento do salário-mínimo, acabando com qualquer legislação que assegure um aumento real do salário-mínimo.
- *O Globo*, um dos patrocinadores do golpe, lançou um editorial propondo a substituição das empreiteiras brasileiras pelas americanas. Para quem não sabe, o Brasil é o 2º canteiro de obras do planeta, só perdendo para a China.
- O mundo inteiro está indignado e denunciando o golpe brasileiro, mas o presidente americano, Barack Obama, permanece em silêncio. Por que será? Segundo Mark Weisbrot, codiretor de Centro de Pesquisa Econômica e Política, em Washington, esse silêncio revela os interesses norte-americanos por trás do *impeachment* da Dilma: com o golpe os americanos pretendem implodir os BRICS e o Mercosul, que foi uma forma de os governos petistas ampliarem nossos relacionamentos com o mundo e deixarmos de ser quintal dos EUA, sem romper com os americanos, já que o Brasil continua tendo como um dos principais parceiros os EUA (para não restar qualquer dúvida, o juiz Moro, pelos serviços prestados ao golpe, recebeu um prêmio do governo dos EUA e foi homenageado pelas revistas americanas *Fortune* e *Time*).

Importante registrar que os EUA não operam golpes somente no Brasil, isso já acontece na Venezuela, Argentina, Equador, Paraguai e Bolívia. E ainda no Oriente Médio, onde eles patrocinaram a Primavera Árabe; na América, eles fazem a Primavera do Cone Sul. Tudo isso, que eles dizem fazer em nome da democracia, na verdade tem em vista o controle sobre a produção de petróleo em todo o mundo.

Ações já encaminhadas pelo governo golpista

- **Medida Provisória N° 727**, publicada em 12/05/2016 no *Diário Oficial da União*, cria o **Programa de Parcerias de Investimentos – PPI**. Entre os objetivos desta MP, destacam-se:

→ A retomada do processo de desestatização da economia conduzido por Fernando Henrique Cardoso, entregando para a iniciativa privada as empresas estatais que interessarem ao capital privado. Está claro no texto da MP 727 a recepção integral da Lei N° 9.494 de 1997, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização e garantiu a privatização, criminoso, da Companhia Vale do Rio Doce, Eletropaulo e Telebrás, por exemplo. Depois de 13 anos morta pelos governos do PT ela foi reencarnada no novo corpo:

o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Isto significa na prática que poderão ser objeto de desestatização todas as empresas, inclusive instituições financeiras – controladas direta ou indiretamente pela União e as estaduais –, serviços públicos objetos de concessão, permissão ou autorização. Ou seja, que deverão ser privatizadas prioritariamente aquelas já cobiçadas pelos investidores nacionais e internacionais: Petrobras, Caixa Econômica, Eletrobrás...

→ A transformação da infraestrutura em todos os níveis federativos na nova fronteira de acumulação e lucratividade para investidores nacionais e estrangeiros, retirando do caminho quaisquer empecilhos sociais, ambientais, culturais ou trabalhistas, que possam postergar ou afetar a rentabilidade esperada pelos investidores (sempre a prioridade máxima do governo golpista). Isso significa a obtenção irrestrita de “quaisquer licenças, autorizações, registros, permissões, direitos de uso ou exploração, regimes especiais, e títulos equivalentes, de natureza regulatória, ambiental, indígena, urbanística, de trânsito, patrimonial pública, hídrica, de proteção do patrimônio cultural, aduaneira, minerária, tributária, e quaisquer outras, necessárias à implantação e à operação do empreendimento”. Ou seja, Ibama, ICMBio, Funai, Fundação Cultura Palmares e IPHAN, que hoje participam do licenciamento trifásico (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação) e atuam, mesmo com suas limitações, para evitar que empreendimentos passem por cima das leis de proteção do meio ambiente, de indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, serão convocados pelo “poder central” para cumprirem com seu dever de emitir as licenças necessárias aos empreendimentos definidos como prioritários.

→ A construção de um braço privado dentro do BNDES para estruturar os projetos do PPI para que eles possam, depois, ser financiados pela parte do Banco que interessa que permaneça público, posto que lhes oferece crédito subsidiado. O BNDES passa a ter agora a atribuição de criar e gerir o Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias (público-privadas), que possui natureza privada e patrimônio próprio. A MP 727 contém ainda uma clara orientação para que todo esse processo seja feito sem transparência nenhuma, já que prevê que o estatuto do Fundo “deverá prever medidas que assegurem a segurança da informação”.

Esse é o projeto político ideológico que já se anunciava no programa *Ponte para o Futuro*, e que agora se consolida com o golpe: sem licenciamento, sem política socioambiental, sem travas e amarras, sem Estado Democrático de Direito, sem voto popular e sem vergonha. Vale a pena conferir na íntegra o texto da MP 727, já publicada no *Diário Oficial da União* em 12 de maio de 2016.

● **Aumento da meta fiscal (déficit previsto nas contas públicas):** apesar de ter aumentado a meta fiscal de 2016 para R\$ 170,5 bilhões (a meta do governo Dilma era de R\$ 96,65 bilhões), o governo golpista já anunciou cortes orçamentários em áreas fundamentais: serão reduzidos os recursos do BNDES para a indústria, o que poderá aumentar o desemprego; serão reduzidas as verbas do Minha Casa Minha Vida para um terço do previsto, significando a eliminação do subsídio para as faixas de menor renda; serão reduzidas as verbas para educação e saúde; o governo golpista tem divulgado falsas informações sobre supostas fraudes no Bolsa Família, visando também fazer cortes no Programa. Por tudo isso, Luis Nassif pergunta: “E, afinal, para onde vão os R\$ 170 bi?”. E responde informando que o presidente interino Michel Temer concordou com a votação, em regime de urgência, dos projetos de aumento salarial de funcionários públicos que estão empacados no Congresso, incluindo-se de uma só vez aumento para servidores do Judiciário, carreiras do Executivo, funcionários da Câmara e do Senado. Ou seja, o pacto conduzido por Temer reduz verbas não permanentes – como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida – e aumenta gastos permanentes, como os gastos salariais do alto escalão da burocracia estatal.

SAÚDE

Gastos Públicos em Saúde	R\$ 28 bilhões (2002)	R\$ 102,1 bilhões, voltados à expansão da rede de atendimento nas áreas com maior concentração de extrema pobreza (2015).
Agente Comunitário de Saúde	175,4 mil agentes atendendo 90,6 milhões de pessoas (até 2002)	238,3 mil agentes atendendo 116 milhões de pessoas (até 2010)
Programa Saúde da Família	4.261 equipes profissionais atendendo 62,30 milhões de pessoas (até 2002)	39.228 equipes profissionais atendendo 120 milhões de pessoas (2015)
Farmácias Populares	Não existiam	534 Farmácias Populares (criadas pelo Governo) em 408 municípios e 12.346 farmácias privadas cadastradas em 2.169 municípios (até 2010); 92,2 milhões de pessoas foram atendidas (entre 2004 e 2015)
Mais Médicos	Não existia	18 mil médicos foram contratados pelo programa, com prioridade de atuação em municípios e territórios de maior vulnerabilidade social; 63 milhões de pessoas foram atendidas (até abril de 2016)
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192)	Não existia	Criado em 2003, como parte da Política Nacional de Atenção a Urgências, o SAMU/192 tem como objetivo chegar precocemente à vítima após ter ocorrido alguma situação de urgência ou emergência que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo à morte. Trata-se de um serviço pré-hospitalar, que visa conectar as vítimas aos recursos que elas necessitam e com a maior brevidade possível.



		O SAMU atende cerca de 75% da população brasileira: 149,9 milhões de habitantes, distribuídos em 2921 municípios com acesso ao SAMU 192 no território nacional (até 2014).
Mortalidade Infantil	25,3 - em 1000 nascidos vivos (2002)	13,82 - em 1000 nascidos vivos (2015)
Programa Nacional de Saúde Bucal – Programa Brasil Sorridente	Não existia	O Brasil Sorridente constitui-se em uma série de medidas que visam garantir ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros.
Propostas e ações golpistas (o que se perderá)		
<ul style="list-style-type: none"> • Temer diz que é necessário acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com Saúde e Educação. Ora, isto significa que as verbas previstas na Constituição de 1988 para investimentos, na ordem de 15% para a Saúde e 25% para a Educação, deixarão de existir. Na prática, é anúncio de menos dinheiro no setor, mais sucateamento de escolas e hospitais públicos, e mais arrocho salarial para professores, médicos, enfermeiros e todos os demais profissionais dessas áreas. • Uma das principais medidas do programa de “sacrifícios” de Temer, anunciado no final de maio pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles, estabelece um limite máximo para os gastos primários do governo federal, de acordo com a inflação do ano anterior. Isso seria (ou será) um desastre; é uma regra antissocial. Cabe uma simulação do que teria ocorrido nos últimos dez anos nas áreas da saúde e da educação, se fosse aplicada a regra Temer-Meirelles: em 2006, o governo Lula investiu em saúde o montante de R\$ 40,6 bi e, em 2015, o governo Dilma alcançou o valor de R\$ 102,1 bi; se fosse adotada a regra antissocial Temer-Meirelles, o orçamento da saúde teria sido, em 2015, de R\$ 65,2 bi, ou seja, um orçamento 36% menor. Na educação, o orçamento de 2015 foi de R\$ 103,8 bi; na regra antissocial, teria sido de apenas R\$ 31,5 bi – um orçamento 		
EDUCAÇÃO		
Gastos Públicos em Educação	R\$ 17 bilhões (2002)	R\$ 103,8 bilhões (2015)
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$5,2 bilhões investidos (1995-2002)	R\$ 26,3 bilhões investidos (2003 a 2014) Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947 trouxe novos avanços para o PNAE, com a extensão do Programa para toda a rede pública de Educação Básica e a garantia de que no mínimo 30% dos recursos do FNDE sejam para compra de produtos da agricultura familiar.
Criação de creches	Sem informação	6.427 (até 2013)
Criação de Escolas Técnicas	De 1500 até 1994 – 140 Governo FHC – 11	Governos Lula e Dilma – 214 (até 2016)
Criação de Universidades Federais	Governo FHC – 0 (nenhuma!)	Governos Lula e Dilma – 23 (até 2016)
Criação de novos campi de Universidades	Governo FHC – 0 (nenhum!)	603 novos campi universitários (em municípios do interior de todo o país) – até 2016
Estudantes no Ensino Superior	583.800 (2002)	7.305.977 (2013)
ProUni (Programa Universidade para Todos)	Não existia	16 milhões de bolsas (até 2015)
FIES (Programa de Financiamento Estudantil)	Não existia	2,03 milhões de pessoas com financiamento universitário (até 2015)
PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)	Não existia	6 milhões de pessoas beneficiadas (2011-2013); com 1,79 milhão de matrículas de beneficiários do Bolsa Família, sendo 67% mulheres (em 2016)
Ciência Sem Fronteiras	Não existia	100 mil beneficiados (até 2013)
Programa de Cisternas Escolares	Não existia	2.378 cisternas escolares construídas (2015-2016). Acesso à água no meio escolar no Semiárido é

		garantia de criança estudando o ano todo, inclusive durante a seca.
Propostas e ações golpistas (o que se perderá)		
<ul style="list-style-type: none"> • Desvinculação da receita e diminuição dos recursos disponibilizados, assim como para área da Saúde. 		
PROGRAMAS SOCIAIS		
Combate à fome: Plano Brasil Sem Miséria (BSM)		<p>A partir de 2003 o Estado brasileiro se colocou a serviço da superação da fome e da pobreza. O pobre foi colocado como prioridade no orçamento público. A partir de 2010, os resultados das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil credenciaram o país a exportar técnicas e conhecimentos. Em 2011, as Nações Unidas e o governo brasileiro criaram o Centro de Excelência contra a fome, com sede em Brasília. Hoje, o Centro é referência para 37 países da América Latina, Ásia e África na busca de soluções sustentáveis para erradicar a fome.</p> <p>Nesse mesmo ano no Brasil foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), adotando-se a Busca Ativa, para não apenas localizar as pessoas de baixa renda e inseri-las nas políticas a que tinham direito, mas também priorizar a implantação de novas estruturas públicas (escolas em tempo integral, creches, unidade de saúde etc.), tendo como referência de prioridade o mapa da pobreza do país.</p>
	<p>Em 2001, cerca de 36 milhões de brasileiros passavam fome; e cada 5 minutos morria uma criança no Brasil, a maioria vítima da fome (cerca de 290 crianças por dia)</p>	<p>Em 2002, 35% de brasileiros eram pobres; e em 2003, 15% eram extremamente pobres. Nos governos do FHC reduziu-se somente 8,02 milhões o número de pobres</p>
Bolsa Família	Não existia	<p>Mais de 50 milhões de famílias atendidas ao longo de 12 anos. Somente em 2016, são 13,9 milhões de pessoas atendidas e 17 milhões de crianças e adolescentes com a frequência escolar acompanhada.</p>
Programa Territórios da Cidadania	Não Existia	<p>Criado em 2008 com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico dos territórios, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Com financiamento integral do Estado, o Programa tem em vista o apoio a atividades capazes de gerar renda, promovendo e acelerando a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia. O Programa conta com 120 Territórios da Cidadania, distribuídos nas cinco regiões brasileiras.</p>
Brasil Carinhoso	Não existia	<p>Programa de complementação de renda voltado para a primeira infância, que tem entre seus objetivos expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, em creches públicas ou conveniadas, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).</p> <p>Até 2015, o Brasil Carinhoso retirou da miséria mais de 8,1 milhões de crianças e adolescentes; e matriculou em creches 756 mil crianças do Programa Bolsa Família.</p>
Minha Casa Minha Vida	Não existia	<p>2,6 milhões de famílias beneficiadas (até março de 2016)</p>
Luz Para Todos	Não existia	<p>15,3 milhões de pessoas beneficiadas (2004-2015)</p>



Programa Cisternas: Água para Todos	Não existia	1,2 milhão de cisternas construídas entre 2003 e 2016, das quais 928,1 mil foram para beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria
Microempreendedor Individual - MEI	Não existia	Empreendedores de baixa renda se formalizam e têm acesso a benefícios previdenciários e fiscais. Em 2015, são 6,3 milhões de MEIs formalizados, dos quais 724 mil são beneficiários do Bolsa Família
Programa Crescer	Não existia	Acesso a crédito orientado e com juros reduzidos apoiam a estruturação de pequenos negócios. Até 2014, foram 11,3 milhões de operações de crédito, dos quais 3,9 milhões foram operações com beneficiários do Bolsa Família
Programa de Fomento à Inclusão Produtiva Rural	Não existia	210 mil famílias atendidas em todo o país com recursos não reembolsáveis, aplicados em projetos produtivos com apoio de assistência técnica e extensão rural especial; e 358 mil famílias recebendo assistência técnica para aumentar a produção e melhorar a renda (2016)

Propostas e ações golpistas (o que se perderá)

- Previsão de acabar com programas sociais, que hoje são priorizados e têm sua continuidade garantida, independente das circunstâncias econômicas.
- Estudos feitos pelo governo do presidente interino Michel Temer projetam que 10% dos atendidos pelo programa Bolsa Família estão fora dos critérios e deverão ser excluídos; o atual ministro Osmar Terra destacou que a proporção pode ser até maior.

DIREITOS DO TRABALHADOR

Trabalho escravo	Sem informações sobre combate ao trabalho escravo	<p>Uma das primeiras coisas que o governo do PT fez quando assumiu em 2003 foi criar uma "lista suja" de centenas de empresas e empregadores individuais que foram investigados por fiscais trabalhistas e descobertos como usuários de escravos.</p> <p>Os empregadores nesta lista estão impedidos de receber empréstimos do governo e têm restrições colocadas sobre as vendas de seus produtos. Além disso, em 2003 um plano nacional de erradicação do trabalho escravo atualizou a legislação e introduziu um sistema de procuradores e juízes do trabalho.</p> <p>Entre 2003 e 2015, o governo resgatou 44.483 trabalhadores em condições análogas à escravidão.</p>
------------------	---	---

Propostas e ações golpistas (o que se perderá)

- Fim do combate ao trabalho escravo: a criação da referida "lista suja" provocou uma reação por parte daqueles que lucram com a escravidão moderna. No final de 2014, a Suprema Corte do país, que tem apoiado decididamente os que desejam o impeachment da Dilma, emitiu uma liminar contra o Ministério do Trabalho para que este suspendesse o lançamento de uma nova lista de donos de escravos. A decisão foi tomada para favorecer grupos empresariais e ruralistas que hoje pressionam para a queda de Dilma e a destruição do PT.

Uma investigação feita pelo Repórter Brasil, uma ONG que combate o trabalho forçado, revela que os partidos políticos por trás do impeachment (incluindo o PMDB de Eduardo Cunha) são aqueles que receberam a maior parte das doações políticas de empresas que lucraram com o trabalho escravo.

- Ampliação da idade mínima para a aposentadoria, de modo que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados (é o que eles chamam de "adaptação da previdência às mudanças demográficas").
- Fim da indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo. O salário mínimo não será um indexador de rendas, mas somente um instrumento do mercado de trabalho.
- Legitimidade e incentivo à terceirização e à precarização do trabalho: o Projeto de Lei já aprovado na Câmara dos Deputados e que hoje tramita no Senado Federal como PLC 30/2015, não encontrará barreiras institucionais para sua aprovação no Governo Temer. Tal projeto representa um atentado aos princípios fundamentais do valor social do trabalho e da dignidade da pessoa humana, bem como aos direitos sociais previstos na Constituição de 1988, tendo em vista que traz a possibilidade de terceirização em qualquer atividade da empresa, seja secundária ou principal. Na prática, veremos cada vez mais empregados contratados como "empresários", para que a empresa principal possa reduzir os custos com o Estado e se livre do pagamento dos direitos trabalhistas até então garantidos pela CLT.
- Fim da CLT: Temer diz que na área trabalhista deverão prevalecer as convenções coletivas e não mais as normas legais.

Significa o quê? Significa que as regras contidas na CLT ficarão de lado e todos os direitos passarão a ser negociados. Com isso, o patrão poderá, por exemplo, dizer que não pode pagar o 13º, as férias, descanso semanal etc. Aí será preciso entrar em greve para conquistar o que já é assegurado desde a época do presidente Getúlio Vargas.

- Fim da estabilidade do servidor público: Temer e seus aliados têm prometido aos grandes empresários que uma de suas metas é também acabar com a estabilidade do funcionalismo público de todo o país. A medida é para facilitar as terceirizações, em particular de hospitais e escolas públicas.
- Fim de aumento real nos salários: O ministro golpista Henrique Meirelles anunciou, em 13/05/16, que o governo do golpe deverá praticar o nominalismo – quando os cálculos ignoram a inflação – nas políticas públicas a fim de desindexar a economia. De acordo com analistas, trata-se de uma guinada brusca em relação às políticas de governos petistas, que buscam fornecer crescimento real (acima da inflação), principalmente aos salários, como vem acontecendo nos últimos anos com relação ao salário-mínimo.
- Perdas de direitos em diversas frentes: são mais de 55 projetos de lei, feitos pela bancada que votou SIM pelo *Impeachment* de Dilma e que Temer apoia publicamente, incluindo-se a terceirização ampla, a flexibilização da CLT e a regularização do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e do trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 5016/2005, PL 3842/2012 e PLS 432/2013). Vejam ao final da planilha a lista completa desses projetos de lei.

CULTURA		
Recursos para Cultura	R\$ 540 milhões investidos nos grandes centros urbanos do país (1995-2002)	R\$ 2,2 bilhões investidos em programas culturais nas diversas regiões do país, sobretudo no interior e na periferia das grandes cidades (2010) R\$1,6 bilhões (2014)
Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania	Não existia	4.500 Pontos de Cultura implantados em 1.122 municípios em todo o Brasil, beneficiando 8 milhões e 400 mil pessoas (até 2015)
Programa Cine Mais Cultura	Não existia	Os “Cine Mais Cultura” são espaços para exibição de filmes com equipamento digital, visando democratizar o acesso à cinematografia nacional e apoiar a difusão da produção audiovisual brasileira, por meio da exibição não comercial de filmes. Até 2014 foram implantados 1043 cineclubes em diversos municípios do país.
Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras	Não existia	Mais de 10.000 bibliotecas rurais implantadas em 2.308 municípios (2003-2013)
Programa Nacional de Inclusão Digital nas Comunidades	Não existia	O telecentro é um Ponto de Inclusão Digital, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos. O objetivo do telecentro é promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos. 8.000 Telecentros Comunitários foram instalados em 5.480 municípios de todo o país a partir de 2010; e 4.000 jovens foram preparados para atuar como monitores nos Telecentros.
Propostas e ações golpistas (o que se perderá)		
● Área extremamente desvalorizada pelo governo golpista, que tentou inclusive acabar com o Ministério da Cultura, recuando somente a partir da forte pressão dos movimentos sociais em defesa da Cultura, destacando-se o Ocupa MinC.		
AGRICULTURA – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS		
Safrá Agrícola	97 milhões de toneladas	209,5 milhões de toneladas
Recursos para o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	4,2 bilhões (Plano Safra 2001/2002)	24,1 bilhões (Plano Safra 2014/2015)
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Não existia	R\$ 6,4 bilhões investidos (entre 2003 e 2015). Resultados: 298 mil agricultores familiares



		beneficiados, em 3.238 municípios; 20 mil entidades socioassistenciais atendidas; 4,7 milhões de toneladas de alimentos adquiridos.
Programa PAA Compra Institucional	Não existia	R\$ 107,6 milhões investidos por órgãos públicos na compra de alimentos da agricultura familiar (2015)
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA	Criado em 1993, a partir da Campanha da Cidadania contra a Fome e a Miséria (do Betinho), o CONSEA tem caráter consultivo e assessoria a Presidência da República na formulação de políticas para que o país garanta o direito humano à alimentação adequada e saudável. Em 1995 foi desativado por Fernando Henrique Cardoso.	Em 2003, o presidente Lula reinstituíu o CONSEA e adotou o programa Fome Zero como carro chefe na orientação e no financiamento de novos programas sociais, ambientais e econômicos, pautando a integração de políticas públicas para superar a pobreza, especialmente a pobreza rural.
Propostas e ações golpistas (o que se perderá)		
<ul style="list-style-type: none"> • O fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário, já incorporado à pasta Desenvolvimento Social, é um retrocesso para as conquistas da agricultura familiar e da reforma agrária no país, cujo modelo de gestão para políticas públicas agrícolas era referência mundial. • A Casa Civil fica responsável pelas secretarias de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, de Reordenamento Agrário, de Agricultura Familiar, de Desenvolvimento Territorial e Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, além do Incra. Ficam subordinadas assim, a este Executivo completamente submetido aos interesses da bancada ruralista, diversas políticas públicas fundamentais aos agricultores familiares, incluindo-se a demarcação e homologação de territórios quilombolas e indígenas. • Será estimulada a entrada de capital externo para financiar a agricultura por meio de adequações dos títulos do agronegócio, principalmente por meio dos Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRAs) e Cédula de Produtor Rural (CPR). 		
MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA		
Criação de Unidades de Conservação	20,8 milhões de hectares de novas áreas protegidas (1995-2002)	30,3 milhões de hectares de novas áreas protegidas (2003-2016)
Combate ao desmatamento na Amazônia Legal	21.394 km ² desmatados no período de um ano (2001-2002)	5.891 km ² desmatados no período de um ano (2013) – redução de 79%
Apoio e incentivo à Agroecologia	Criado em 1999, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) não incluía entre seus objetivos os públicos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar (responsáveis por cerca de 70% dos alimentos produzidos no país).	A partir de 2003 foi implementado um amplo conjunto de políticas públicas de desenvolvimento voltadas ao apoio da produção agroecológica e orgânica, tendo como foco central os públicos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. Assim foi instituído o novo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, que mudou de sigla justamente para incorporar as letras que identificam a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar. A partir de 2013, quando é lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário passam a articular as agendas da Sociobiodiversidade e da Agroecologia e Produção Orgânica, tendo em vista o fortalecimento político, com a mobilização de diferentes movimentos sociais ligados à agricultura familiar e aos povos e comunidades tradicionais. Foram também criadas novas linhas de crédito, como o Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Floresta e o Pronaf Semiárido, que se somavam ao Pronaf Pró-Ambiente, existente em caráter experimental na Região Norte.
Propostas e ações golpistas (o que se perderá)		
<ul style="list-style-type: none"> • Além da fragilização provocada pela Medida Provisória 727 em órgãos como Ibama, ICMBio, Funai, Fundação Cultural Palmares e IPHAN, que hoje participam do licenciamento trifásico (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação), necessário à implantação e operação dos empreendimentos impactantes, é importante lembrar que no legislativo o movimento de 		

flexibilização da legislação ambiental e em específico do licenciamento está em estágio avançado de tramitação: tem a PEC 65/2012 que acaba de vez com o licenciamento; tem o PL 3729 que acaba com grande parte do sistema de licenciamento ambiental; e o PLS 654/2015 de autoria do senador Romero Jucá, que define um prazo curtíssimo para o licenciamento de grandes obras consideradas estratégicas pelo governo, como grandes hidrelétricas e estradas, e também prevê que em caso de descumprimento dos prazos as licenças estarão automaticamente aprovadas (o que na prática já está incluído e autorizado na MP 727).

ECONOMIA SOLIDÁRIA		
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária	Não existia	<p>A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada em 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, objetivando organizar e fortalecer a rede de produção, comercialização e consumo solidários.</p> <p>Desde a sua criação, a SENAES identificou cerca de 20 mil empreendimentos de Economia Solidária (associações, grupos informais e cooperativas), distribuídos entre 2.713 municípios, sendo 40% no Nordeste e mais de 50% nas zonas rurais. Desses empreendimentos, 65% surgiram nos governos Lula/Dilma e 52,4% são formados por agricultores familiares e assentados da reforma agrária.</p> <p>Disseminação da moeda social e dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, totalizando atualmente 110 unidades.</p>
Propostas e ações golpistas (o que se perderá)		
<ul style="list-style-type: none"> ● Área extremamente desvalorizada pelo governo golpista, na medida em que ela tem em vista atividades econômicas com objetivos marcadamente sociais e inclusivos. Ou seja, o inverso dos interesses capitalistas e financistas que deram apoio ao golpe. 		
POLÍTICA EXTERNA		
OMC, relações comerciais multilaterais e cooperação Sul-Sul	Interdependência econômica e abertura ao investimento direto estrangeiro; diálogo, mas sem real coordenação com os países do Sul.	Defesa da soberania econômica nacional e políticas setoriais de desenvolvimento; fortalecimento de relações externas multilaterais, com especial atenção à África e Ásia, e criação de alianças estratégicas (G- 20 e paralelamente, no início, G3, com África do Sul e Índia); em 2006, foi criado o grupo dos BRICS; entre 2003 e 2010, foram criadas 17 novas embaixadas em países da África e do Caribe; e foram também fortalecidas as relações latino-americanas. Nas relações comerciais com países mais ricos, foram priorizados e defendidos os interesses nacionais (por exemplo, com a obrigatoriedade de importações com transferência de tecnologia, entre outros).
	Plena aceitação do Consenso de Washington e suas premissas neoliberais para a América Latina; priorização da dimensão econômica.	Recusa explícita ao Consenso de Washington; assinatura por Brasil e Argentina do chamado Consenso de Buenos Aires, em 2003; ênfase na sustentabilidade social.
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas	Não existia	A UNASUL foi criada em 2008, tendo por objetivo construir um espaço de integração dos povos sul-americanos. Até então, a América do Sul se relacionava com o resto do mundo por meio de um modelo do tipo "arquipélago": cada país atuava de maneira isolada e desintegrada, dialogando primordialmente com os países desenvolvidos de fora da região. A partir da UNASUL, os países da região passaram a articular-se em torno de áreas estruturantes, como energia e infraestrutura, e a coordenar posições políticas, privilegiando um modelo de "desenvolvimento para dentro" na América do Sul – complementando, dessa forma, o antigo modelo de "desenvolvimento para fora".
BRICS	Não existiam	O BRICS é um grupo de cooperação política e econômica integrando Brasil, Rússia, Índia, China e



<p>Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)</p> <p>Arranjo Contingente de Reservas (ACR)</p>		<p>África do Sul. Iniciou-se informalmente em 2006, com uma reunião de trabalho paralela à Assembleia Geral das Nações Unidas. Até 2009, as atividades intra-BRICS já abrangiam cerca de 30 áreas, como agricultura, ciência e tecnologia, cultura, espaço exterior, <i>think tanks</i>, governança e segurança da Internet, previdência social, propriedade intelectual, saúde, turismo, entre outras.</p> <p>Entre 2014 e 2015 os BRICS criaram dois importantes instrumentos de cooperação: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes e países em desenvolvimento; e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) – destinado a prover apoio mútuo financeiro aos membros do BRICS.</p> <p>Em 2015 foram aprovados pelo NBD quatro projetos, num total de US\$ 811 milhões, a maior parte no campo da energia renovável. O projeto brasileiro é um empréstimo ao BNDES, de US\$ 300 milhões, que será repassado a empreendimentos privados em áreas como energia eólica e solar.</p>
<p>Relação com os Estados Unidos</p>	<p>Definida como essencial, cooperativa; desacordos setoriais, a maior parte limitada a questões de comércio; ênfase política na cooperação bilateral; dependência unilateral, traduzindo-se em um Brasil submisso aos interesses norte-americanos.</p>	<p>Importante, mas não considerada essencial; várias áreas de desacordos, tanto políticos quanto econômicos; ênfase política na multipolaridade; ampliação de laços comerciais com diversos países; defesa da soberania e dos interesses nacionais.</p>
<p>Diplomacia</p>	<p>Integração ao mundo globalizado; política externa submissa aos EUA; abordagem tradicional da diplomacia, que possui um papel acessório no desenvolvimento.</p>	<p>Participação num mundo globalizado com preservação da soberania nacional; política externa criativa (“ativa e altiva”); diplomacia tem um papel substantivo na conformação do “projeto nacional”; liderança regional e internacional para mudar substantivamente e trazer justiça ao mundo (“nova geografia comercial”).</p>
Propostas e ações golpistas (o que se perderá)		
<ul style="list-style-type: none"> • José Serra iniciou sua função como chanceler do governo golpista defendendo que sejam fechadas as embaixadas brasileiras em países da África e do Caribe, com os quais o Brasil de Lula e Dilma vinha construindo importantes laços, não apenas econômicos, mas de apoio em diversas áreas onde o Brasil desenvolveu expertise internacional. • O governo norte-americano está por trás do golpe, visando colocar no poder no Brasil políticos de direita que operem sob o seu rigoroso controle, ou seja, defendendo os interesses norte-americanos e não brasileiros. Entre outras coisas, pretendem encerrar as crescentes relações do Brasil com diversos países, destacando-se a China e a Rússia. Com o mesmo objetivo, pretendem fechar o Banco dos Brics, tendo em vista a imposição de uma política de “Aliança Transpacífico” dos Estados Unidos para manter seu controle sobre o comércio internacional e, acima de tudo, o poder incontestável do dólar no padrão monetário internacional. 		
JUSTIÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO		
<p>Varas da Justiça Federal</p>	<p>100 (2003)</p>	<p>763(2015)</p>
<p>Operações da Polícia Federal</p>	<p>48 (1995-2002)</p>	<p>2.226 (2003-2014)</p>
Propostas e ações golpistas (o que se perderá)		
<ul style="list-style-type: none"> • Interrupção das investigações das operações da Polícia Federal que vêm expondo os crimes de corrupção dos agentes golpistas (entre elas, a Lava Jato), sendo esta a motivação central do <i>impeachment</i> da presidenta Dilma, cujo governo, assim como os de Lula, nunca tentou impedir essas investigações. • Extinção da Controladoria Geral da União (CGU), que obteve status de ministério no governo Lula e, desde então, já realizou exaustivas auditorias em quase dois mil municípios, por meio de sorteios, para que as investigações não sejam partidárias. <p>Quando FHC tomou posse em 1995, um dos seus primeiros atos como presidente da República foi extinguir a Comissão para Investigar a Corrupção, criada em 1993 pelo antecessor Itamar Franco, o verdadeiro pai do Plano Real. Mesma linha seguida pelo governo golpista de Temer.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforma da Constituição Federal de modo a priorizar ao máximo os interesses econômicos financistas; reforma que será 		

implementada em regime de urgência por este Congresso dominado pelos setores mais conservadores e corruptos do país.

FONTES:

<p>ECONOMIA</p> <p>MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna. O Brasil Real – de 2002 a 2013. Fonte: Pátria Latina. Em <http://jornalgnn.com.br/blog/iv-avatar/fhc-vs-lula-dilma-um-quadro-comparativo>. http://www.hildegardangel.com.br/?p=41715 http://www.sindipetromg.org.br/site/noticias/item/1663-comparacao-entre-os-governos-de-fhc-psdb-e-lula-dilma-pt IBGE Banco Central do Brasil http://www.bcb.gov.br/?rp20160509 http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPEXT http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOLFISC Banco Mundial http://www.washingtonpost.com http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/inflacao-oficial-fica-em-061-em-abril.html http://www.dolarhoje.net.br/dolarturismo.php http://br.advf.com/bolsa-de-valores/bovespa/petrobras-PETR4/balanco Entre 1994/2002, 125 estatais vendidas por US\$ 105,553 bilhões. Não às privatizações! José Prata Araújo. Em http://www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=225 http://www.valor.com.br/brasil/4403992/brasil-perde-1542-milhao-de-empregos-formais-em-2015 Geração de empregos (RAIS): 1994/2002, 5 milhões X 2003/2013, 20,4 milhões de empregos. Em http://www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=255 http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-03/ibge-pib-fecha-2015-com-queda-de-38 http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1725612-por-crise-balanca-comercial-tem-superavit-de-us-197-bilhoes-em-2015.shtml; http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/ipca-inflacao-oficial-fecha-2015-em-maior-alta-desde http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/02/02/petrobras-perde-r-226-bi-em-valor-de-mercado-em-janeiro-diz-consultoria.htm http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm</p>
<p>SAÚDE</p> <p>OMS, Unicef, FAO, ONU e Banco Mundial http://blog.planalto.gov.br/assunto/mais-medicos/ http://www.unicef.org/publications/files/Child_Mortality_Report_2015_Web_8_Sept_15.pdf DAB/MS - http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnsb.php Diretoria de Administração/DEGIAS/Assessoria FPB http://www.pt.org.br/dilma-prorroga-contratos-e-garante-mais-medicos-por-3-anos/ http://maismedicos.gov.br/noticias/235-medicos-estrangeiros-devem-confirmar-interesse-em-permanecer-no-mais-medicos-por-mais-tres-anos http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-mortalidade-infantil.html http://www.brasil.gov.br/saude/2016/03/programa-farmacia-popular-completa-10-anos http://anahp.com.br/noticias/noticias-do-mercado/com-gastos-de-r\$-450-bi-saude-representa-10-do-pib-do-brasil http://www.brasil.gov.br/saude/2009/11/pais-tem-servico-movel-de-atendimento-de-urgencia http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/951-sas-raiz/dahu-raiz/forca-nacional-do-sus/12-forca-nacional-do-sus/13407-servico-de-atendimento-movel-de-urgencia-samu-192</p>
<p>EDUCAÇÃO</p> <p>Ministério da Educação http://portal.inep.gov.br/ http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/210/apesar-de-numeros-positivos-pronatec-ainda-enfrenta-dificuldades-327538-1.asp http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/ensino-superior-registra-mais-de-7-3-milhoes-de-estudantes http://blog.planalto.gov.br/presidenta-dilma-cria-mais-cinco-universidades-e-inaugura-40-campi-de-institutos-federais/ http://blog.grancursosonline.com.br/institutos-federais-ifs-oferecem-centenas-de-vagas-para-todos-os-niveis-iniciais-de-ate-r-9-mil/ http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/02/mec-divulga-primeira-chamada-de-aprovados-no-prouni-2015.html http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/01/13/prouni-2014-oferece-mais-de-191-mil-bolsas-de-estudo.htm http://ubem.org.br/numero-de-novos-contratos-do-fies-caiu-quase-50-entre-2014-e-2015/</p>



PROGRAMAS SOCIAIS
<p>Índice de GINI: http://www.ipeadata.gov.br Centro de Excelência contra a fome. Em http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/reports/wfp283575.pdf http://www.calendariobolsafamilia2016.net/extrato-do-bolsa-familia/ http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/minha-casa-minha-vida-que-a-3a-fase-com-2-milhoes-de-novas-moradias-ate-2018 http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/01/programa-luz-para-todos-e-prorrogado-ate-2018 http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/06/construcao-de-cisternas-prepara-agricultores-para-seca-no-semiarido Conquistas Sociais: Compromissos de um Brasil sem Miséria. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), www.mds.gov.br - com dados do IBGE e PNAD, entre outros; maio de 2016 http://www.netcina.com.br/2014/10/a-tragedia-do-psdb-fome-no-brasil-36.html http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/cooperativismo-territorios-cidadania Programa territórios da cidadania Ministério do Desenvolvimento Social - conquistas_sociais_web</p>
DIREITOS DO TRABALHADOR
<p>GRANDIN, Greg. Um golpe dos donos de escravos no Brasil? Em: site Carta Maior, 04/05/2016 (veja o texto original em http://www.thenation.com/article/a-slavers-coup-in-brazil).</p>
CULTURA
<p>http://www.cultura.gov.br/cine-mais-cultura http://www.mda.gov.br/arcadasletras/ http://www.mc.gov.br/telecentros http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1</p>
AGRICULTURA – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
<p>http://brasildebate.com.br/o-avanco-das-politicas-publicas-para-a-agricultura-familiar http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/hist%C3%B3rico-da-execu%C3%A7%C3%A3o http://www4.planalto.gov.br/consea/biblioteca/documentos/tese-doutorado-renato http://conab.gov.br/conteudos.php?a=1444&t=2 http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditoral/linhas-de-cr%C3%A9dito http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/ibge-safra-de-2015-e-recorde-e-de-2016-crescera-05 http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/plano-safra-2014-2015-vai-destinar-r-24-5-bilhoes</p>
MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA
<p>http://www.brasildamudanca.com.br/meio-ambiente/reducao-do-desmatamento http://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/28692-o-eco-mostra-qual-foi-o-presidente-que-criou-mais-ucs/ https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelas-unidades-de-conservacao http://www.mma.gov.br/estruturas/221/_arquivos/agricultura_organica_221.pdf https://www.embrapa.br/agrobiologia http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/05/EM-DEFESA-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-E-DA-AGROECOLOGIA.pdf</p>
ECONOMIA SOLIDÁRIA
<p>http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/6.%20TESSAROLO.pdfKHROLING%20PBF%2074-92.pdf http://sies.ecosoil.org.br/images/resultado/artigoabo.pdf http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bm57_novosdados.pdf http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/ http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/02/ge/noticias/480498-o-desenvolvimento-no-lugar-do-lucro.html http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/A-contextualiza%C3%A7%C3%A3o-te%C3%B3rica-de-Bancos-Comunit%C3%A1rios-de-Desenvolvimento.pdf</p>
POLÍTICA EXTERNA
<p>http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36404339 Um exercício comparativo de política externa: FHC e Lula em perspectiva. Paulo Roberto de Almeida, 14/03/2004. Em www.pralmeida.org. http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-americanas</p>
JUSTIÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO
<p>http://www.dpf.gov.br/agencia/estatisticas</p>

<http://jornalggn.com.br/noticia/com-pt-pf-realizou-50-vezes-mais-operacoes-do-que-com-fhc>
<http://www.ptnosenado.org.br/angela-portela/pronunciamentos/404-fortalecimento-da-policia-federal-comecou-no-governo-lula-afirma-angela-portela>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1001.htm
<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2014/07/17/primeiro-ato-do-fhc-matar-investigacao-sobre-a-corrupcao/>
<http://daleth.cjf.jus.br/atlas/Internet/QUADRODEVARASFEDERAIS.htm>

AMEAÇAS E PERDAS JÁ EFETIVADAS PELO GOVERNO GOLPISTA

Ponte-para-o-futuro RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online
 ROCHA, Carlos Frederico Leão. Como Temer trama o retrocesso. Em: <<http://outraspalavras.net/brasil/como-temer-trama-oretrocesso/>>.
<http://jornalggn.com.br/blog/jose-carlos-lima/dados-do-banco-central-confirmam-que-temer-recebe-pais-equilibrado-economicamente>
<http://www.midiapopular.net/news/dados-do-banco-central-confirmam-que-temer-recebe-pais-equilibrado-economicamente/>
<http://www.apn.org.br/w3/index.php/opiniao/8006-logico-que-os-americanos-estao-por-tras-do-golpe-no-brasil#>
 Eua dão a Serra a missão de fechar o banco dos Brics. Em
<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/229286/Tijola%C3%A7o-EUA-d%C3%A3o-a-Serra-miss%C3%A3o-de-fechar-banco-dos-Brics.htm>
<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/232635/Ministro-fala-em-cortar-10-dos-benefici%C3%A1rios-do-Bolsa-Fam%C3%ADlia.htm>
 DANTAS, Camila. Direitos trabalhistas ameaçados: o que esperar de um possível Governo Temer? Em:<<https://expressaosergipana.com.br/2016/04/27/direitos-trabalhistas-ameaçados-o-que-esperar-de-um-possivel-governo-temer/>>.
 SANCHES, Frederico M. Advogado adverte: Mudanças propostas por Temer afetarão em cheio os servidores públicos do país. Em:<<http://www.plantaobrasil.net/news.asp?nID=94167>>.
 Todos projetos de lei que Temer pode aprovar que irão acabar com seus direitos trabalhistas. Em
<http://plantaobrasil.net/news.asp?nID=94216&p=2> - 24.04.2016.
<https://www.facebook.com/contragolpefascista/posts/813837405417412>
 CARDOSO, Alessandra. MP de Temer materializa projeto político e econômico por trás do golpe. 22/05/2016. Em:
 <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/05/mp-de-temer-materializa-projeto-politico-e-economico-por-tras-do-golpe->.2269.html>
 GRANDIN, Greg. Um golpe dos donos de escravos no Brasil? Em: site Carta Maior, 04/05/2016 (veja o texto original em:
 <<http://www.thenation.com/article/a-slavers-coup-in-brazil>>.
 CARDOSO, Alessandra. A MP que materializa o projeto político-econômico por trás do golpe. 20/05/2016. Em:
 <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/maio/a-mp-que-materializa-o-projeto-politico-economico-por-tras-dogolpe>>. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovistoria-727-12-maio-2016-783107-norma-pe.html>
 NASSIF, Luis. O xadrez da irresponsabilidade fiscal do presidente interino. 03/06/2016. Em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/oxadrez-da-irresponsabilidade-fiscal-do-presidente-interino>>.
 FARIAS, Lindbergh. O fim do Brasil. 03/06/2016. Em: <<http://www.brasil247.com/pt/colunistas/lindberghfarias/236123/O-fim-do-Brasil.htm>>.
 Silêncio dos EUA é apoio a golpe no Brasil. Opera Mundi, 15/04/2016.
<http://nossapolitica.net/2016/05/temer-28-medidas-impopulares/>
http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/04/politica/495916-agronegocio-pede-a-temer-integracao-do-nda-a-agricultura-e-fim-da-conab.html
<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/05/governo-transfere-o-incra-e-secretarias-da-agricultura-familiar-para-a-casa-civil-6657.html>
 MARCELINO, Ueslei. Grupo de Temer quer cortes em saúde e educação. Reuters. Em:
 <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/grupo->.de-temer-avalia-desvincular-beneficios-do-minimo>



ANEXO:

Todos projetos de lei que Temer pode aprovar que irão acabar com seus direitos trabalhistas

Plantão Brasil, 24/04/2016

Em <http://plantaobrasil.net/news.asp?nID=94216&p=2>

Maior parte dos projetos foi elaborada por deputados que votaram favoráveis ao Impeachment de Dilma, com apoio da FIESP, para colocar no poder Michel Temer, Eduardo Cunha e seus aliados. Entre seus objetivos destacam-se a defesa da terceirização e a flexibilização da legislação trabalhista, além da perda de diversas conquistas recentes da sociedade brasileira, representando um enorme retrocesso para nossa democracia. Confira abaixo os principais projetos de lei apoiados pelo governo golpista:

1. Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 - Senado, PLS 87/2010 – Senado);
2. Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara);
3. Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);
4. Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 - Câmara);
5. Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 – Câmara);
6. Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 - Câmara);
7. Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (PL 7341/2014 - Câmara);
8. Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 - Câmara);
9. Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3785/2012 - Câmara);
10. Estabelecimento do Código de Trabalho (PL 1463/2011 - Câmara);
11. Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 - Câmara);
12. Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6411/2013 – Câmara);
13. Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores (PL 6906/2013 - Câmara);
14. Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 - Senado);
15. Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara);
16. Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 - Senado);
17. Susta a Norma Regulamenta (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 - Senado);
18. Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5140/2005 - Câmara);
19. Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara);
20. Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 – Câmara);
21. Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 – Câmara);
22. Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 - Câmara);

23. Estabelecimento do trabalho de curta duração (PL 3342/2015 - Câmara);
24. Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal (PEC 127/2015 - Senado);
25. Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, às regras do Código de Processo Civil (PL 3871/2015 – Câmara);
26. Reforma da execução trabalhista (PL 3146/2015 - Câmara).
27. Substitutivo apresentado na CAPADR estabelece a inexistência do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural (PL 5288/2009 – Câmara);
28. Alteração da Lei 5.889/1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização (PLS 208/2012 – Senado);
29. Alteração da Lei nº 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse (PLS 251/2010 - Senado);
30. Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 107/2011 - Senado);
31. Regulamentação da compra de terra por estrangeiros (PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 - Câmara);
32. Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício (PLC 34/2015 – Senado).
33. Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 - Câmara);
34. Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 - Câmara);
35. Criação do Estatuto das Fundações Estatais (PLP 92/2007 - Câmara);
36. Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 - Câmara); e
37. Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 – Câmara);
38. Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal (PL 6726/2013 - Câmara);
39. Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão (PL 6726/2013);
40. Estabelecimento de independência do Banco Central (PEC 43/2015 - Senado);
41. Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 - Senado);
42. Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos (PLS 388/2015 – Senado);
43. Estabelecimento do Código de Mineração (PL 37/2011 – Câmara);
44. Demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000);
45. Cancelamento da política de Participação Social (PDS 147/2014 – Senado);
46. Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde (PL 5069/2013 - Câmara);
47. Retirada do texto das políticas públicas do termo "gênero" e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas (MPV 696/2015 - Senado);
48. Instituição do Estatuto do Nascituro - provavelmente maior ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Seria concretizada a criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal (PL 478/2007 - Câmara);



49. Instituição do Estatuto da Família - retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família - ficam fora do alcance de políticas do Estado (PL 6583/2013 – Câmara);
50. Redução da maioridade penal (PEC 115/2015 - Senado);
51. Instituição do Estatuto do desarmamento (PL 3722/2012 – Câmara);
52. Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais (PLS 513/2011 - Senado);
53. Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo (PLS 2517/2015 - Senado);
54. Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais (PRC 191/2009 - Câmara);
55. Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF (PEC 99/2001 – Câmara).

Estudo fruto de um trabalho coletivo da Frente Brasil Popular. Todas as fontes citadas foram acessadas entre maio e junho de 2016.

ANEXO 02

LINHA DO TEMPO

LINHA DO TEMPO DA CRISE

2016

AS DENÚNCIAS E A LAVA JATO

IMPEACHMENT

10 MAI
Em diálogos gravados, o senador Jucá (PMDB) fala em pacto para deter avanço da Lava Jato e pede demissão

25 JUN
Sócio e ex-presidente da OAS denuncia propina para assessor de Aécio Neves.

17 ABR
Impeachment votado e aprovado na Câmara dos Deputados. Manifestações contra o golpe em Brasília e todo o país.

13 MAI
Temer toma posse.



MANIFESTAÇÕES POPULARES

17 FEV
Ato em frente ao Fórum de São Paulo em solidariedade a Lula (com o lema: Investigação de todos, sim, linchamento não).



8 MAR Manifestação em São Paulo a favor da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nomeado ministro-chefe da Casa Civil. Protestos foram realizados em ao menos 45 cidades.

31 MAR Manifestações em mais de 100 cidades brasileiras, FBP e FPSM, contra o *impeachment*. No exterior, houve ato em Lisboa e em Londres.

15-17 ABR Manifestações da FBP contra o *impeachment* em todo o país, e novamente dia 17 de abril em Brasília.



10 MAI Manifestantes da Frente Brasil Popular bloquearam vias em protesto contra o *impeachment* na capital paulista.

1-7 JUN Semana de Mobilização em Defesa do SUS e da Seguridade Social. Fora, Temer!

2 JUN No Rio de Janeiro ato de Dilma com as Mulheres.

3 JUN No Rio Grande do Sul ato de Dilma em Porto Alegre.

6 JUN Ato Nacional contra as Privatizações das estatais, na Fundação Progresso no Rio de Janeiro.

10 JUN Dia Nacional de Mobilizações e Paralisações "Não ao Golpe, Fora Temer".

15-16 JUN Atos de Dilma em Pernambuco, Paraíba e Bahia.

21 JUN Ato de Dilma com as Mulheres em São Paulo.

28-29 JUN Atos de Dilma no Ceará e Pará.





7 AGO
Odebrecht afirma que José Serra recebeu R\$ 23 milhões via caixa dois.

19 OUT
Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, é preso e levado a Curitiba.

19 NOV
Fora do governo, ministro Calero acusa ministro Geddel de pressioná-lo para liberar obra.

9 DEZ
Odebrecht delata caixa 2 em dinheiro vivo para o governador Geraldo Alckmin.

31 AGO
Senado vota favoravelmente ao *impeachment* de Dilma e a presidente é cassada.

15 DEZ
PEC 55 é aprovada no Senado.



30 JUL
Atos esvaziados *pró-impeachment*.

5 AGO
Manifestação nacional pelo Fora, Temer e denúncia do golpe na Abertura dos Jogos Olímpicos.

9 AGO
Jornada Nacional pelo Fora, Temer com marchas em todas as capitais.

29 AGO
Acampamento Nacional em Brasília contra o *impeachment*.

30 AGO
Manifestantes contra o *impeachment* e o governo interino de Michel Temer atearam fogo em pneus e bloquearam o trânsito nas Marginais do Tietê e do Pinheiros.

31 AGO
Grande ato pela democracia realizado em frente ao Senado Federal.

7 SET
Protestos e manifestações de rua contra Temer em todo o país.

20 SET
Em protesto contra Temer, países da América Latina abandonam plenário da ONU.

3 OUT
Eleições municipais



4 DEZ
Manifestação contra a corrupção e a favor da Lava Jato.

7-8 DEZ
Segunda plenária nacional da FBP é realizada em Belo Horizonte.

13 DEZ
São Paulo e Brasília têm atos contra aprovação da PEC do Teto no Senado.

2016 – A inflação acumulada em 12 meses pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) – alcançou 7,17% em dezembro em alta.

- Para o ano de 2016, crescimento negativo de 3,7%. Desde 2014, a economia acumula retração de 8,4%.
- O déficit nominal é de 10% do PIB.
- O desemprego alcança 12 milhões oficiais, mas é bem maior se considerados os desalentados.
- Entidades federadas passam por profunda crise fiscal, encabeçadas por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.
- Os juros foram responsáveis por 81% do déficit fiscal, fazendo com que a dívida pública alcance 71% do PIB.

LINHA DO TEMPO DA CRISE

2015

AS DENÚNCIAS E A LAVA JATO

14 JAN

O ex-diretor da área internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, é preso preventivamente.

6 MAR

Janot divulga lista de políticos investigados na Lava Jato. O PP é o partido com mais políticos na lista (32), seguido pelo PMDB (7), PT (7), PSDB (1) e PTB (1).

15 ABR

Vaccari Neto, tesoureiro do PT, é preso pela PF, em mais uma fase da operação Lava Jato.

19 JUN

Presidentes da Odebrecht e Andrade Gutierrez são presos na Lava Jato em sua 14ª fase.

JAN

FEV

MAR

ABR

MAI

JUN

A ECONOMIA, O GOVERNO E O LEGISLATIVO

01 JAN

Dilma empossada para o segundo mandato, tendo obtido mais de 54 milhões de votos no segundo turno eleitoral. Joaquim Levy indicado ministro da Fazenda.

1 FEV

Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara dos Deputados em embate feroz com o governo federal.



19 JAN

Joaquim Levy anunciou a ambiciosa meta de um superávit primário de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), depois revista devido à piora das projeções para o PIB de 2015.



MANIFESTAÇÕES POPULARES

15 MAR

Protesto contra Dilma reúne a maior manifestação nas ruas de várias cidades do país.

12 ABR

24 estados e o DF têm protestos contra o governo, mas menores que em março.



3 AGO

José Dirceu é preso na Operação Lava Jato, acusado de ser um dos responsáveis pelo esquema de corrupção na Petrobras. O petista já cumpria prisão domiciliar por envolvimento no esquema do "Mensalão".

20 JUL

Justiça condena cúpula da Camargo Corrêa na Lava Jato. Marcelo Odebrecht e mais 7 são indiciados pela PF por suspeita de envolvimento em corrupção em obras da Petrobras.

20 AGO

Acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) tornou-se o primeiro presidente da Câmara no exercício do cargo a ser denunciado pelo MPF.

21 SET

Justiça condena ex-tesoureiro do PT, Vaccari Neto, por envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras, incluindo o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque.

7 OUT

TCU rejeita contas de Dilma em 2014 por unanimidade, seguindo o relator Augusto Nardes.

21 OUT

Protocolado o impeachment de Dilma Rousseff. O documento foi elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e a advogada Janaina Paschoal.

25 NOV

PF prende o senador Delcídio do Amaral, do PT, acusado de atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato, e se tornou o primeiro senador em exercício a ser preso no Brasil.

5 DEZ

Polícia Federal faz busca e apreensão na casa de Eduardo Cunha.

17 DEZ

O STF derruba o rito adotado por Eduardo Cunha no processo que pode afastar a presidente Dilma. Indica que quem decide sobre a instauração do *impeachment* é o Senado, com maioria simples na votação.



2 JUL

Cunha manobra e aprova redução da maioridade penal na Câmara.

6 AGO

Pesquisa Datafolha mostra que 71% dos brasileiros consideram o governo Dilma como ruim ou péssimo. É o mais alto índice de reprovação da série histórica superando, inclusive, o do ex-presidente Fernando Collor às vésperas de seu *impeachment*.

9 AGO

O país perde o grau de investimento de 3 agências de risco em sequência.

4 SET

Governo anuncia novos cortes fiscais para fechar o próximo ano com as contas no azul.

5 SET

Fundada a Frente Brasil Popular em Belo Horizonte

2 OUT

Dilma Rousseff corta 8 dos 39 ministérios do seu governo. Com a reforma, o PMDB passa a dominar 7 pastas e o PT, nove.

Mobilização no Rio de Janeiro, em defesa da democracia, contra os ajustes neoliberais e da Petrobras.



1 DEZ

A economia recua 1,7% no 3º trimestre, e país segue em recessão. Frente ao 3º trimestre de 2014, a queda é ainda maior, de 4,5%.

2 DEZ

Cunha aceita pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff.

2015

O PIB 2015 registrou 4,6% negativos, tendo sido em 2014 0,4% negativo. O total de desonerações tributárias no ano alcançou 4,5% do PIB.



16 AGO

Novas manifestações de protesto contra Dilma e pelo *impeachment*. Foram menores que as de março, mas maiores que as de abril.

3 OUT

Primeira manifestação da Frente Brasil Popular, com mobilização Nacional Unitária em defesa da democracia (contra o golpe) contra os ajustes neoliberais da política econômica e em defesa de "O petróleo é nosso".

13 NOV

Jornada nacional de mobilização da Frente Brasil Popular em Brasília.

3 DEZ

Grupos pró-*impeachment* realizam atos com público menor do que os protestos anteriores em 100 cidades do país - em algumas capitais, contudo, público não chegou a mil pessoas

16 DEZ

Grandes manifestações da Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo "Contra o golpe, em defesa da democracia!", "Fora Cunha!" e "Por uma nova política econômica".

ANOS QUE VIVEMOS EM PERIGØ

A CRISE BRASILEIRA

Os textos que Sorrentino oferece ao leitor tratam dos sombrios episódios que levaram ao afastamento da presidente Dilma Roussef por uma urdidura de elementos policiais, jurídicos e institucionais.

O governo Dilma caiu pela ação corrosiva antinacionalista e antidemocrática dos grupos conservadores, mas também por incapacidade de reunir amplas forças políticas e sociais para neutralizar a ofensiva conservadora.

A agenda conduzida pelo governo carregava uma ambiguidade que terminou por arruiná-lo. A questão nacional, que sem dúvida seduzia a presidente, perdia força quando confrontada com as demandas politicamente corretas das corporações públicas e privadas.

Como as caravelas de Cabral, os filmes de Hollywood e a Coca-Cola, a onda contra a agenda do consenso global chegará um dia por aqui. A esquerda poderá continuar a acusá-la de coisa do capeta, da direita e fascista, ou poderá também voltar seus olhos para o País subestimado, com seu povo, seu passado, presente e futuro.

Aldo Rebelo



Fundação Maurício Grabois



Anita Garibaldi

